

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

ELSON DOS SANTOS GOMES JUNIOR

A CULTURA POLÍTICA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES
(CAMPOS DOS GOYTACAZES/SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ)

CAMPOS DOS GOYTACAZES

JUNHO – 2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

ELSON DOS SANTOS GOMES JUNIOR

A CULTURA POLÍTICA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO ZUMBI DOS
PALMARES (CAMPOS DOS GOYTACAZES/SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Linha de Pesquisa Território, Meio Ambiente e Gestão Urbana, do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política, sob a orientação do Prof. Dr. Sergio de Azevedo.

CAMPOS DOS GOYTACAZES

JUNHO – 2015

ELSON DOS SANTOS GOMES JUNIOR

A CULTURA POLÍTICA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO ZUMBI DOS
PALMARES (CAMPOS DOS GOYTACAZES/SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Linha de Pesquisa Território, Meio Ambiente e Gestão Urbana, do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política, sob a orientação do Prof. Dr. Sergio de Azevedo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio de Azevedo – UENF (orientador)

Prof. Dr. Marcos Antônio Pedlowski – UENF

Prof. Dra. Joseane de Souza Fernandes – UENF

Prof. Dr. Renato Barreto de Souza – IFF

CAMPOS DOS GOYTACAZES

JUNHO – 2015

ABERTURA (1ª)

Quando vim de Macaé,
Vim com Boas Intenções
Trouxe algumas ferramentas
Sendo faca e facão.
Também trouxe a minha foice
A enxada e o enxadão.

Nove horas da noite
Embarquei na condução,
Sem saber qual o destino
Daquela lotação.
Não sabia que nós vínhamos
Pra usina São João.

Dia 12 de abril
Dia da ocupação,
Três horas da madrugada
Marcava meu patacão,
Os ônibus aqui chegavam
Com povo em união.

Tem alguns dos Companheiros
Que vieram dar proteção,
Veio gente de Capelinha
E também de Conceição,
Casimiro de Abreu
E de toda região.

Boiadeiro e Mineirinho
Dois amigos tão bons

Chiquinho, Marina e Nenê
Moram em nosso coração,
Que chamou para assembléia
Para nos dar explicação.

Estes amigos guerreiros
Pôs agente em união,
Quando estava em assembléia
Veio chegando um camburão,
Estava sendo formado
Uma grande confusão.

Mas terminou tudo bem
Pois nós estávamos com a razão.
Conversaram e foram embora
Com pouca satisfação,
Pois não conseguiu ninguém
Pra levar pra prisão.

Estava cheio de repórteres
Jornal e televisão,
Nós fazendo barracas
Com pouca condição
Pois não existia bambu
Para fazer armação.

As três horas da tarde
Veio chegando o caminhão,
Carregado de bambu
Vindo de Conceição,

Assim ficou resolvido
E foi dado a solução.
Depois das barracas prontas
Teve outra reunião
Para dividir em grupos,
Aquele população
E dali estava saindo
A nova coordenação.

Coordenadores de grupos
E também educação,
Coordenadores de Saúde
E de alimentação,
Coordenadores de trabalho
E de toda união.

Tivemos momentos ruins
E também momentos bons,
Uma hora era polícia
Outra hora doação,
Vindo daqui de Campos
E de outra região.

Assim limpamos a terra
E fizemos plantação.
A horta comunitária
Plantando milho e feijão
Só que ficou faltando
A divina proteção.

Pois não havia chuva
E nós não tinha irrigação,

Vendo as plantas secarem
Sem ver produção,
Tem umas que nem nasceram
Apodreceram no chão.

Aqui vou terminando,
Com a singela oração
Pedindo a Virgem Maria
E também a São João,
Que abençoe os governantes
E todos e meus irmãos,
Que divide logo as terras
Para todos nós cidadãos
Para que podemos fazer
A nossa própria plantação.

Paulo Poeta (Assentado no Projeto de
Assentamento Zumbi dos Palmares).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, meu criador, pelo fôlego de vida e por todas as oportunidades de crescer como humano e profissional.

Agradeço aos meus pais, Elson dos Santos Gomes e a Maria de Franco Souza Gomes, pelo privilégio de ser filho e de tê-los como meus primeiros orientadores de uma ciência mais ampla que comumente chamamos de vida.

Agradeço à minha avó, Maria de Lurdes, que com seus 102 anos de idade nunca deixou de saudar-me com seu amor. Todas as vezes que nos vemos ela pede para que eu não tarde a voltar. Pedido desnecessário: nunca me esqueço da matriarca da minha família. A mais forte de todas e de todos.

Agradeço à minha esposa, Vanessa da Silva Palagar Ribeiro, pelo seu amor e por toda força e motivação nos momentos mais difíceis. Agradeço por cada dia que escolhe estar ao meu lado.

Agradeço aos meus irmãos, Felipe José Franco de Souza Gomes e a Diego Franco de Souza Gomes, por toda força e torcida em minha trajetória. Eles acreditaram em mim, desde quando eu era apenas mais um sonhador que criava pássaros. Eles viam possibilidades que eu mesmo não enxergava. Meu amor eterno ao meu círculo familiar direto.

Agradeço à minha tia Noranei Franco por ser simplesmente espetacular e acrescentar à minha vida seu afeto e respeito pelo meu trabalho. Agradeço à minha prima Isabela Franco por todas as vezes que precisei conversar e das roupas e utensílios que me ajudou a manter durante minha estada na UENF.

Agradeço à minha amiga Sabrina Fernandes por ser única e forte feito uma rocha. Quantas vezes eu pude contar com suas palavras e os momentos que nunca foram tristes. Seu nome poderia muito bem ser “alegria”.

Agradeço ao meu amigo William Trajano por toda a torcida desde que comecei minha caminhada em Campos. Sempre nos falamos e nunca deixou de ser presente. Nossa amizade é maior que qualquer distância.

Obrigado Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro que, na pessoa de professores como Marcos Antonio Pedlowski, Vitor Peixoto, Wania B. Mesquita, Marlon Gomes, Arno Vogel, Márcia Leitão, Luciane Soares, Maria Clareth e Marinete dos Santos, me ajudou a encontrar um lugar de realização para toda a vida. Realização essa manifestada na

prática docente e de pesquisa que a mim foram oportunizados por essa instituição e seus pilares professores.

Ao professor Frederico Secco peço desculpas pela dívida que jamais será paga – as passagens de todas as viagens que me proporcionou e de tanta emoção que tive. Não acredito que eu tenha coragem de descer jamais desta “locomotiva maluca”.

Além desses, não esquecerei jamais os bons momentos oportunizados pelos professores George Gomes Coutinho, Marcos Abraão Ribeiro e Edilson Marcio de Almeida. Conseguiram fazer história em uma turma de graduandos, cuja conjuntura foi marcada pela saída de muitos professores. Fizeram o brilho dos sonhos externar aos olhos.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Sergio de Azevedo, por ter acreditado em mim e ter me ajudado a pensar uma realidade social que eu procurei entender de tantas formas e que, nesse período no mestrado, pude construir mais um olhar a respeito do social.

Agradeço, também com distinção, às professoras Denise Terra e a Joseane Fernandes, pelo árduo processo de construção dessa pesquisa desde o momento em que era apenas um projeto. Deixo meus agradecimentos especiais à professora Joseane, pela sua atenção, solicitude, críticas e ajuda em todo o processo de tratamento dos dados que não apenas foi de grande valia, mas simplesmente fundamental.

RESUMO

Os estudos referentes à “cultura política” tiveram seu marco na Ciência Política norte-americana com Gabriel Almond em 1956, quando se utilizou de forma explícita dessa abordagem. Entretanto, mesmo que de forma implícita, questões como “subculturas políticas”, “socialização política” e “mudança na cultura”, entre outras, encontram-se presentes desde os estudos políticos clássicos. No âmbito deste arcabouço conceitual, esta pesquisa identificou e caracterizou os integrantes do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares situado no Norte Fluminense e, em conjunto, identificou sua forma de organização e a mobilização sociopolítica. Além disso, verificou tanto os índices de mobilização “instrumental” como os baseados em valores, que priorizam as práticas destes indivíduos em relação ao exercício da cidadania. Compara as formas de socialização existentes entre os habitantes do meio urbano da cidade de Campos dos Goytacazes com as do citado Assentamento, e apresenta uma construção histórica da formação de seus principais atores. Assim, deste conjunto de variáveis, busca responder à hipótese de que os Assentados tenderiam, por conta de uma vida em comunidade, a possuir uma cultura política mais “intensa” que os moradores do meio urbano considerando as idiossincrasias da relação entre as lideranças do MST e a base dos Assentados durante o processo de luta e conquista da terra. Como resultado verificou-se que, apesar de grande maioria dos Assentados apresentarem um histórico de mobilização instrumental, na média, os índices de intensidade da cultura política são maiores do que os referentes à cidade de Campos.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Cultura Política; Associativismo; Exposição à Mídia; Socialização Secundária.

ABSTRACT

The studies on the “political culture” had their milestone in Science US policy with Gabriel Almond in 1956, when it was used explicitly that approach. However, even if implicitly, questions such as “political subcultures”, “political socialization” and “change in culture”, among others, are present from the classic *political* studies. Within this conceptual framework, this research identified and characterized the members of the Settlement Zumbi dos Palmares Project located in the Norte Fluminense and jointly identified a form of sociopolitical organization and mobilization. In addition, it both “instrumental” mobilization rates as those based on values, which prioritize the practices of these individuals in relation to citizenship. Compare existing forms of socialization among the inhabitants of the urban environment of the city of Campos dos Goytacazes with the said Settlement, and features historic building forming its main actors. Thus, this set of variables, seeks to answer the hypothesis that the Settlers tend, on behalf of a community life, to have a more “intense” political culture that residents of urban areas considering the idiosyncrasies of the relationship between the MST leaders and the basis of Settlers in the process of struggle and conquest of the land. As a result it was found that although the vast majority of Settlers present a history of instrumental mobilization, on average, the intensity ratios of political culture are higher than those for the city of Campos.

Keywords: Social Movements; Political Culture; Associations; Exposure to Media; Secondary Socialization.

LIATSTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição espacial dos Assentamentos no Norte Fluminense.....	23
Figura 2 – Mapa do Zumbi dos Palmares, mostrando a distribuição dos lotes.....	24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de lotes e população, considerando a proporcionalidade dos núcleos que compõem o Zumbi dos Palmares.....	27
Tabela 2. População nos censos demográficos por situação de domicílio.....	41
Tabela 3. Demandas prioritárias apresentadas pelos Assentados.....	72
Tabela 4. Grau de pertencimento dos assentados ao MST.....	75
Tabela 5. Participação em ocupações após a conquista do lote.....	75
Tabela 6. A instituição mais próxima do MST na percepção dos Assentados.....	76
Tabela 7. A organização espacial dos Núcleos e a existência de Associações Cooperativas no Zumbi dos Palmares.....	77
Tabela 8. A intensidade de associativismo por tipo de organização.....	85
Tabela 9. Intensidade de mobilização sociopolítica.....	97
Tabela 10. Associativismo religioso no Assentamento Zumbi dos Palmares.....	100
Tabela 11. Intensidade de associativismo em Campos e no Zumbi dos Palmares.....	102
Tabela 12. Intensidade de mobilização sociopolítica segundo a modalidade de ação política em Campos e no Zumbi dos Palmares.....	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Intensidade associativismo no Zumbi dos Palmares.....	96
Gráfico 2. Mobilização sociopolítica dos integrantes do Zumbi dos Palmares.....	98
Gráfico 3. Índice de socialização secundária dos integrantes do Zumbi dos Palmares.....	105
Gráfico 4. Índice de exposição à mídia informativa no Zumbi dos Palmares.....	107
Gráfico 5. Determinantes da cultura política no Zumbi dos Palmares.....	108

LISTA DE ABREVIÇÕES

AI 5 – Ato Institucional Número 5

ASFLUCAN – Associação Fluminense dos Plantadores de Cana

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CIEX – Centro de Informações do Exterior

CISA – Centro de Informações da Aeronáutica

CNA – Conselho Nacional do Alcool

COOPERFLU – Cooperativa dos Produtores de Alcool e Açúcar Fluminense

COOPERPLAN – Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana

CPDA – Comissão de Defesa da Produção Açucareira

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GERA – Grupo Executivo de Reforma Agrária

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LEEA – Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NCP – Nova Cultura Política

PA – Projeto de Assentamento

RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SNI – Serviço Nacional de Informações

SSR – Serviço Social Rural

STRSI – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana

SUPRA – Superintendência de Política Agrária

TFP – Tradição, Família e Propriedade

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA	23
1.1 – Área de estudo.....	23
1.2 – Instrumentos de coleta de dados.....	25
CAPÍTULO 2 – TEORIA DA CULTURA POLÍTICA: da formação à Nova Cultura Política (NCP)	30
2.1 – Capital social.....	33
2.2 – Nova Cultura Política (NCP).....	37
CAPÍTULO 3 – FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A LUTA PELA TERRA NO RIO DE JANEIRO	40
3.1 – A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.....	40
3.1.1 – Os conflitos por terras na reserva Nonoai – RS (1978) e a mobilização de trabalhadores e camponeses para as Fazendas Sarandi e Brilhante.....	43
3.2 – A luta pela terra no Rio de Janeiro: um breve histórico.....	49
3.3 – A formação do MST – Rio.....	54
CAPÍTULO 4 – LUTA PELA TERRA NO NORTE FLUMINENSE E A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES	58
4.1 – A atividade canavieira em Campos dos Goytacazes.....	58
4.1.1 – Instituições, cooperativas e a crise do setor canavieiro em Campos dos Goytacazes.....	60
4.2 – O MST e a reforma agrária no Norte Fluminense: o caso de Campos dos Goytacazes.....	63
4.3 – A formação do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	65
CAPÍTULO 5 – ORGANIZAÇÃO DO ZUMBI DOS PALMARES E O ENFRAQUECIMENTO DO MST	70
5.1 – Os integrantes do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	70
5.2 – A proposta de organização do Assentamento apresentada pelo MST.....	77
5.2.1 – A proposta de organização do Zumbi dos Palmares apresentada em oposição ao MST.....	80
5.3 – Os núcleos e suas Associações: disputas organizacionais.....	82
5.4 – A percepção dos assentados sobre as lideranças do assentamento.....	90

Capítulo 6 – AS FORMAS DE ASSOCIATIVISMO E MOBILIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA: a cultura política no assentamento Zumbi dos Palmares.....	94
6.1 – Indicadores sobre a cultura política no Zumbi dos Palmares.....	96
6.1.1 – Intensidade do associativismo no Zumbi dos Palmares e Campos dos Goytacazes.....	100
6.1.2 – Mobilização sociopolítica no Zumbi dos Palmares e em Campos dos Goytacazes.....	101
6.1.3 – Os fatores cognitivos da cultura política no Zumbi dos Palmares.....	104
6.4 – A cultura política no Zumbi dos Palmares.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118
Anexos I – Questionário aplicado para coleta de dados referentes à cultura política.....	126
Anexos II – Roteiro de entrevistas semiestruturando aplicado com as lideranças.....	134
Anexos III – Roteiro de entrevistas semiestruturando aplicado no Zumbi dos palmares em pesquisa realizada em 2013.....	135
Anexos IV – Imagens atuais do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	137

INTRODUÇÃO

O estudo do meio rural se consolidou como uma das grandes temáticas de investigação das Ciências Sociais não apenas por conter discussões nos chamados clássicos como Karl Marx (1985) e Max Weber (1981; 2012), mas também especificidades históricas que, no caso do Brasil, relacionam-se com o alto nível de concentração fundiária e as variáveis daí resultantes (Bosi et al., 1997).

Neste sentido, o que passou a ser denominado de “questão agrária” (Silva, 1986), permeia a história brasileira por possuir uma série de desdobramentos sociais em instâncias variadas entre as quais a política, econômica e social (Leite et al., 2004). Desde o processo de colonização, vários modelos de administração da terra foram desenvolvidos, entretanto, uma característica que permaneceu foi o alto nível de concentração fundiária (Wanderley, 1996). A primeira tentativa de organização administrativa de terras no Brasil ocorreu por meio das divisões, no período Colonial, das capitânicas hereditárias, seguida pela sesmaria (Fausto, 2002).

No tocante ao modelo de capitânicas hereditárias, não pode ser considerado o marco da distribuição desigual da terra, pelo fato de o projeto não ter se sustentado; ou seja, as capitânicas foram um fracasso em termos de organização territorial. Quanto à concessão de sesmarias, importou grandemente no período em que o Brasil esteve subjugado a Portugal. Segundo Nozoe (2006), “durante todo o período colonial, foi o principal meio legal de obtenção de terras rurais e seu título de propriedade”.

Apesar da importância da sesmaria, segundo Taglietti (2006), a referência para se pensar a questão agrária no Brasil está na Lei de Terras de 1850, que instituiu impedimentos para o acesso à propriedade para a população negra (escrava), indígena e homens pobres livres (caracterizando-se pelo alto nível de exclusão).

Os reflexos históricos do processo de exclusão da maioria da população do acesso à propriedade da terra estão assim enraizados em uma formação social cujo “sentido” tem estado associado à grande propriedade monocultura, voltada para exportação e que envolve uma alta exploração da força de trabalho no campo (Prado Junior, 1971). Estas características, em maior ou menor grau de intensidade, perduraram ao longo da história brasileira suscitando debates em várias conjunturas político-econômicas do país.

Assim, a década de 1960 protagonizou conflitos importantes, principalmente, na esfera política a partir da posse do presidente João Goulart. O caráter progressista de seu governo

atribuiu papel preponderante à reforma agrária como instrumento de diminuição da desigualdade social. Junto a isto vale considerar que a porção da população que ocupava o campo naquele período era consideravelmente maior que o atual, o que realçou a importância da questão agrária no cenário político tanto nacional como estadual. Como exemplo pode-se citar os conflitos ocorridos no Sul do Brasil, como também no Nordeste que, com a chegada de Miguel Arraes ao governo do estado de Pernambuco, conseguiu instituir, até o momento de sua deposição, uma política favorável aos trabalhadores rurais no que tange a “direitos”; isto em termos tanto salariais quanto corporativos e organizativos (Ferreira Filho, 2012).

Segundo Gusolphi (2010), a questão agrária teve como adversários naquele momento (anos 1960) a fração conservadora católica representada pela corrente Tradição, Família e Propriedade (TFP), apoiados pela União Democrática Nacional (UDN). Após sucessivas manobras para tentar aprovar as reformas que julgava necessárias, o governo Goulart acabou perdendo o apoio do PSD e, conseqüentemente, as reformas foram inviabilizadas. Para Yamauti (2005), esta derrota política ainda contou com o apoio dado por fração dos militares, via Castello Branco, caso a não aprovação gerasse manifestações contra o governo e/ou congresso. A crise gerada no governo Goulart teve como desfecho o golpe militar de 1964. Assim, com os militares no poder, outras mudanças ocorreram com desdobramentos importantes sobre o meio rural (e conseqüentemente, o Brasil).

A primeira delas foi a modernização institucional que culminou com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pelo Decreto-lei 1.110 de 09 de julho de 1970 e que aglutinou funções de órgãos anteriores (GERA, IBRA e INDA). Esta realização não refletiu o reconhecimento de uma demanda nova, podendo ser evidenciado pela existência de órgãos anteriores cujas funções estavam voltadas para a questão agrária.

Segundo Souza (1985), de 1954 a 1970 existiram: o Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC, instituído pela Lei 2.163, de 05 de janeiro de 1954; o Serviço Social Rural – SSR, criado pela Lei 2.613, de 23 de setembro de 1955; a Superintendência de Política Agrária – SUPRA, criada pelo DL 582 de 15 de maio de 1969; o Grupo Executivo de Reforma Agrária – GERA, criado pelo Decreto-lei 582, de 15 de maio de 1969; o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA, criados pelo Estatuto da Terra¹ (Lei 4.504/64), sendo este último voltado para o desenvolvimento rural nos setores da colonização, da extensão rural e do cooperativismo.

¹ Promulgado em 30 de novembro de 1964 e que, segundo Bruno (1995), conceituou a reforma agrária da seguinte maneira: “Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor

A segunda mudança importante ocorreu no início da década de 1960 e provocou o agravamento das relações socioeconômicas no campo, com a introdução de um pacote tecnológico com objetivo de maximizar a produtividade agrícola (Gomes, 2005). Originário dos Estados Unidos, o modelo conhecido como “Revolução Verde” uniu elementos técnico-industriais com o propósito de alinhar a produção agrícola à lógica de produção e controle do capitalismo (Moreira, 2000).

Este arranjo produtivo foi adotado como solução para uma “questão agrícola”, ou seja, questões relacionadas aos níveis de produtividade no campo que acabou acentuando os problemas sociais. Entre os elementos constituintes do pacote tecnológico da Revolução Verde estão os insumos químicos, agrotóxicos, mecanização do trabalho no campo, modificação de sementes e plantas; que teve como consequência direta a diminuição dos postos de trabalho e o êxodo rural (Junior e Ribeiro, 2007). Estes elementos acentuaram os conflitos rurais de luta pela permanência e acesso à terra em várias regiões do Brasil (Sigaud et al., 2010).

O esgotamento do período militar associado a uma realidade de lutas vivenciadas pelos movimentos sociais tanto no campo quanto no meio urbano contribuiu para o fortalecimento de formas organizadas de luta que, anteriormente, teriam sido suprimidas (Grynszpan, 2009). Neste sentido, apesar destes litígios no campo brasileiro estarem em evidência muito antes da década de 1980, foi neste período que se formou no Brasil o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Ele aglutinou uma série de conflitos e demandas menores e logo sua militância passou a se fazer presente em vários estados brasileiros (Comparato, 2001).

O MST passou a desafiar uma ordem histórica de concentração fundiária e em meados da década de 80 ajudou a pressionar os governantes na construção da Carta Constitucional de 1988, com vistas a institucionalizar a questão do “uso social da terra”, onde esta não poderia mais ser usada apenas para fins especulativos e de reserva de valor. Assim, os constituintes acataram a definição de “latifúndio” (principalmente relacionado à propriedade improdutivo), como forma de operacionalizar as demandas sociais de desapropriação de terras para reforma agrária no Brasil, mesmo sob forte oposição da bancada ruralista (Fernandes, 1994).

No Rio de Janeiro o MST se consolidou em finais da década de 1990, tendo a Região Norte Fluminense como a área de concentração de suas atividades. Marcada pela histórica

distribuição da terra mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e do aumento da produtividade”.

atividade canavieira, principalmente Campos dos Goytacazes (Lewin et al., 2005), possui grandes propriedades que, com a falência do setor sucroalcooleiro, apresentou um quadro propício para atuação do movimento.

Atualmente existe na Região Norte Fluminense 11 Assentamentos de Reforma Agrária, cujas localizações foram mapeadas tendo o Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes como referência². Este esforço está presente, entre outros³, na pesquisa de Soares (2013) e torna-se importante por atualizar e localizar dados que mesmo o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ainda não conseguiu organizar. Além disso, muitos dos dados apresentados no sítio do referido órgão estão incorretos⁴ e tais erros foram recentemente verificados com os resultados da pesquisa acima citada.

Os integrantes destes assentamentos são oriundos tanto do meio rural quanto do urbano e, como afirma Belo (2012), construíram organizações tanto em confluência quanto em oposição às propostas organizativas do MST. A diversidade de formas associativas e de mobilizações salienta a existência de disputas pelo direcionamento da atuação de indivíduos e sujeitos no campo. Para Neves (2008) estes “agentes mediadores” são eficientes em processos de organização, na circulação de ideias, na construção de estratégias, que são geralmente agregadas em torno de movimentos associativos e instituições.

Apesar da existência de disputas e conflitos internos ao MST, é possível salientar a presença de formas associativas que, por meio das possibilidades jurídicas do uso social da terra entre outros fatores, apontam para características tanto instrumentais quanto a valores (Azevedo e Prates, 1995). A primeira pode ser preliminarmente discutida a partir do cálculo olsoniano com base na relação entre custo e benefício. Para Olson (2011), as formas associativas estão permeadas por estes cálculos e os indivíduos apenas dispõem de suas energias quando o primeiro (custo) é menor que o segundo (benefício).

O cálculo olsoniano pode ser exemplificado através da pesquisa de Leite et al. (2004) que, realizada nas “manchas de assentamento” no Brasil, identificou que os ganhos materiais

² O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes foi a referência neste estudo pelo fato deste buscar delimitar a distância entre os assentamentos e o principal centro de comercialização de produtos agrícolas da cidade de Campos dos Goytacazes.

³ Ver PEDLOWSKI, Marco A. et al. *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

⁴ O sítio do INCRA está desatualizado. Assim, muitos dos assentamentos já existentes nem existem na lista disponível sobre os assentamentos da cidade de Campos dos Goytacazes e região.

obtidos pelos assentados após a conquista dos lotes são significativamente superiores as condições que antecedem a conquista da terra. No entanto, esta pesquisa não abrangeu o sudeste do Brasil e, por consequência, o Norte Fluminense. Apesar disso, podemos supor que essa presença de sucesso material pode contribuir para uma forte atividade de ações instrumentais.

No que tange a associação a valores, segundo Putnam (1997), as organizações além de proporcionarem a socialização de formas de ação, também contribuem para o fortalecimento de laços de confiança. Neste sentido, o que possibilita a frações de movimentos como o MST e/ou população rural assentada continuarem atuantes mesmo depois de conquistas materiais, está associado a um aprendizado que se inicia com a participação no acampamento, com sua importância simbólica e pedagógica (Sigaud, 2004; Belo e Pedlowski, 2014); ou seja, o compartilhar de concepções e valores que se consolidaram ao longo do tempo, contribuem para a manutenção da mobilização de indivíduos e atores mesmo quando estes alcançam suas conquistas particulares.

Os conceitos de “mobilização sociopolítica” e a “sofisticação política” (Azevedo e Fernandes, 2014) tornaram-se centrais no sentido de identificar e caracterizar a cultura política existente na atuação do MST e demais assentados ligados em algum grau ao movimento, mais precisamente dos integrantes do (Projeto de) Assentamento Zumbi dos Palmares⁵, em Campos dos Goytacazes/São Francisco de Itabapoana. Estes conceitos complementam o esforço de caracterização da forma associativa e de atuação dos assentados e do MST no referido assentamento.

Neste quadro conceitual este estudo apresenta as características da cultura política do Assentamento Zumbi dos Palmares, tomando como referência estudo anterior envolvendo a temática em Campos dos Goytacazes e Macaé. Com isso, a partir dos desdobramentos teóricos denominados pela literatura especializada de “Nova Cultura Política” (NCP), direciona sua análise para o entendimento da atuação (cultura política) dos integrantes do Assentamento Zumbi dos Palmares. Além disso, realiza uma contribuição para o

⁵ O termo PA refere-se à Projeto de Assentamento. Segundo o INCRA/FAO (1999), nem todos os assentamentos são “Projetos”. Para isso, é necessária a realização de um estudo em conjunto com os integrantes do Assentamento que, entre outras coisas, busque identificar o tipo de organização do trabalho, tipo de produção e cultura agrícola favorável, forma de comercialização, entre outros pontos. Como no Assentamento Zumbi dos Palmares este “projeto” não foi concluído, optaremos por chamá-lo por diante apenas Assentamento Zumbi dos Palmares.

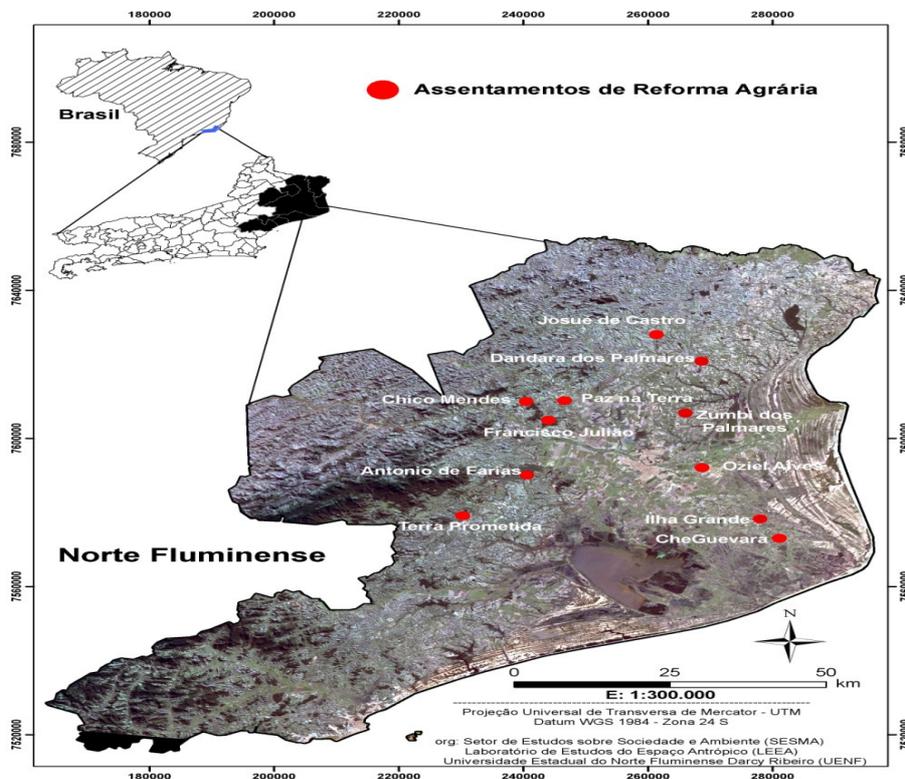
entendimento da cultura política no meio rural em uma perspectiva teórica ainda não abordada pelos especialistas da temática no Brasil.

Capítulo 1 – METODOLOGIA

1.1 – Área de estudo

O Assentamento Zumbi dos Palmares está localizado entre os municípios de São Francisco de Itabapoana e Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), mais precisamente, entre as coordenadas 21° 32' e 21° 45' S e 41° 11' e 41° 16' W. Apesar de ser considerado numericamente como único assentamento, divide-se em cinco núcleos, 506 lotes, em uma extensão de 8.005,3 hectares e uma área útil de 5.924,1 hectares (FAO/INCRA, 1999).

Figura 1. Distribuição espacial dos assentamentos no Norte Fluminense.

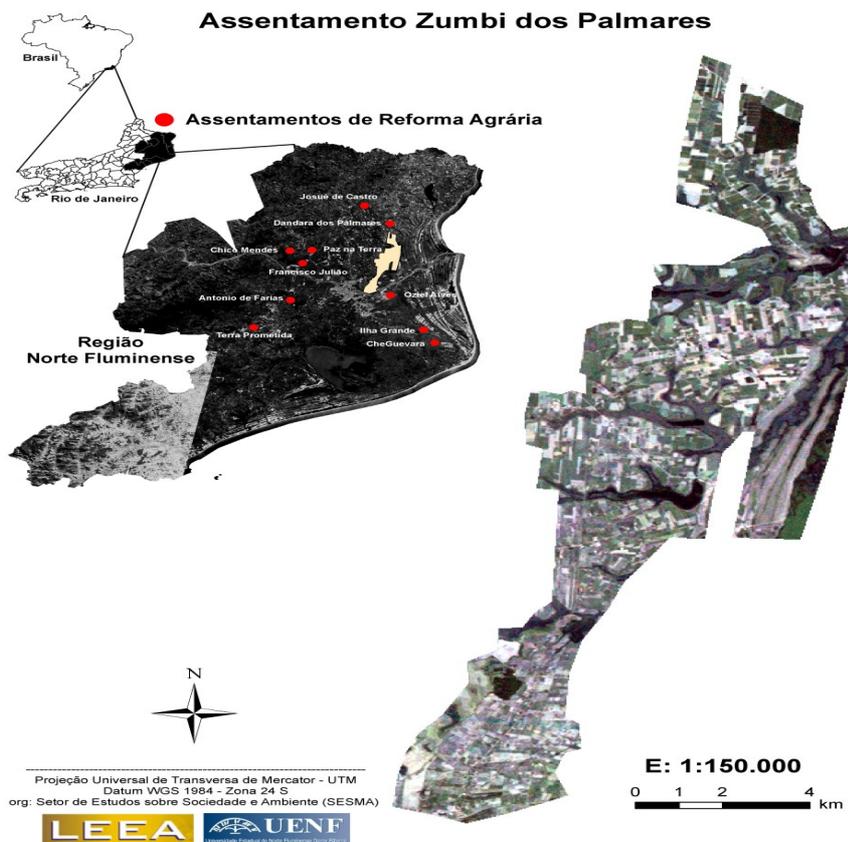


Fonte: Pedlowski e Belo, 2014.

O Zumbi dos Palmares possui alguns grandes reservatórios de água, como a Lagoa do Campelo. No entanto, mesmo o ano de execução desta pesquisa coincidindo com o período de uma das grandes secas que já assolaram a região dos lotes visitados, nenhum foi caracterizado como improdutivo e/ou abandonado.

No Zumbi dos Palmares, segundo a amostra coletada, a maioria de seus integrantes possui SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária), o que foi constatado pelo número de assentados que residem desde o período de acampamento e institucionalização (1997). Neste sentido, os assentados que não estão “siprados”⁶ estão aguardando nos lotes, seja por motivo de desistência ou falecimento, pela regularização perante o INCRA.

Figura 2. Mapa do PA Zumbi dos Palmares, mostrando a distribuição dos lotes.



Fonte: SESMA/LEEA.

⁶ Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA). Entre outras coisas, contem o cadastro dos lotes e de seus respectivos assentados. Por conta disto, o termo é usado comumente no assentamento como sinônimo de registro, ou seja, o assentado devidamente regularizado é também um assentado “siprado”.

1.2 – Instrumentos de coleta de dados

Antes de apresentar os instrumentos para coleta de dados, importa salientar que o questionário aplicado no Zumbi dos Palmares é o mesmo que foi usado para realização da pesquisa sobre cultura política em Campos dos Goytacazes e Macaé. A pesquisa, em que parte das análises encontra-se em Azevedo e Fernandes (2014), foi organizada pelo Observatório das Metrôpoles em parceria com a Universidade Candido Mendes e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Como os estudos referentes à cultura política são, desde sua formalização na Ciência Política, comparativos (Almond e Verba, 1992; Rennó, 1998), foi utilizado o mesmo questionário aplicado na pesquisa sobre Campos e Macaé (Azevedo e Fernandes, 2014) para coleta de dados, possibilitando assim, a elaboração dos indicadores a respeito da cultura política do assentamento Zumbi dos Palmares.

Assim, além do questionário, foram utilizados para coleta de dados os seguintes instrumentos: caderno de campo e o roteiro de entrevista semiestruturado; além de consulta a dados coletados em pesquisa anterior⁷. Essas atividades necessitaram de inúmeras visitas ao campo, as quais foram realizadas por meio de transporte público até os arredores dos lotes. Vale ressaltar que todo o Zumbi dos Palmares foi percorrido a pé, com intuito de registrar, fotografar e estabelecer contatos, e que essa prática não deixou nenhuma rua do assentamento sem verificação.

Com o caderno de campo busquei apreender o “subterrâneo” (Pollak, 1989), no qual as informações surgiram no fim da aplicação dos questionários ou em conversas de caráter menos formal (por exemplo, o de conceder uma entrevista ou responder um questionário com dados pessoais). O contato por meio de caminhadas se fez importante em um momento em que alguns crimes ocorreram no assentamento; o que deixou, em alguns casos, a aproximação um pouco mais dificultada.

Primeiro, o assassinato de uma importante liderança do MST na Região Norte Fluminense, assentado no Zumbi dos Palmares, Cícero Guedes (48 anos), em 26 de janeiro de 2013. Ele foi assassinado a tiros em uma emboscada, quando se deslocava em apoio dado ao acampamento nas terras da Usina Cambaíba.

⁷ Ver Gomes Junior (2013).

No dia 06 de fevereiro do mesmo ano, Regina dos Santos Pinho foi encontrada morta em sua casa cujo lote encontra-se no núcleo IV do mesmo assentamento. Sua militância, entre outras instâncias, importou muito no tocante às atividades culturais do Zumbi dos Palmares. Ela esteve presente na organização da Escolinha de Agroecologia, na organização de feiras para comercialização dos produtos do assentamento, em acampamentos, manifestações, entre outros. Como bem se definiu em entrevista datada de 2013: “sou uma estrela. Estou em todas”.

Por último, o assassinato de Gilcilene Paes Pereira (43 anos) e Izabeli Pereira (11 anos), mãe e filha assassinadas no lote em que moravam, também no núcleo IV. Os crimes ocorreram no dia 15 de maio de 2014. Esses acontecimentos formaram um cenário de desconfiança no assentamento e, pelo fato de possuir grande extensão, muitas informações circulavam reafirmando a necessidade de cuidados com desconhecidos.

Com relação ao caderno de campo, foi possível identificar as disputas políticas dentro do Zumbi dos Palmares por meio de associações dos núcleos, os partidarismos, e justificativas e posicionamentos em relação a instituições como o INCRA, as Prefeituras (Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana) e ao MST, principalmente. No caderno registrei também as principais reivindicações, a descrença e políticas incompletas realizadas no Zumbi dos Palmares, como os poços artesanais que nunca foram distribuídos ou usados, etc.

O roteiro de entrevistas semiestruturado foi aplicado às lideranças do Zumbi dos Palmares, mais precisamente, os presidentes das associações dos núcleos. Tal roteiro (ver anexo II) buscou identificar sob a ótica das lideranças as divergências organizacionais e as dificuldades de estar à frente de uma organização cujo fim é a mediação de vontades que nem sempre são confluentes. Por último, a aplicação do questionário teve como objetivo duas grandes questões. A primeira, conseguir informações que pudessem caracterizar a população do Zumbi dos Palmares. A segunda, construir conhecimento a respeito da cultura política dos integrantes do citado assentamento.

O assentamento é composto por 506 lotes, distribuídos em cinco núcleos. Essa divisão conduziu a aplicação dos questionários com vistas a obter uma amostra proporcionalmente (considerando o número de lotes por núcleo) representativa. Para isso, não houve sorteio, mas sim, uma orientação que buscou, quando possível, a aplicação em uma ordem de intervalo de cinco lotes para cada questionário aplicado.

Preservando a validação amostral (construída com um máximo de 10% em relação ao erro amostral), a aplicação do questionário foi organizada com intervalo de confiança de 95%,

erro amostral de 9%, totalizando aproximados 98 questionários, devido à divisão que se orientou pela proporcionalidade dos núcleos (Zinga et al., 2011). Assim:

Tabela 1. Número de lotes e população, considerando a proporcionalidade dos núcleos que compõem o PA Zumbi dos Palmares.

Núcleos	População Total	(N) Por núcleo
Zumbi I	149	29
Zumbi II	79	15
Zumbi III	62	12
Zumbi IV	145	28
Zumbi V	71	14
Total	506	98

Nesta organização foi aplicada a fórmula para o cálculo amostral:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

em que n = amostra calculada, N = população, Z = variável normal padronizada associada ao nível de confiança, p = verdadeira probabilidade do evento e, por último, e = erro amostral.

Além destes instrumentos, a pesquisa conta com uma base de referências bibliográficas, de reportagens e imagens. Esta última com propósito de proporcionar a percepção da diversidade agrícola, das condições de moradia e infraestrutura no Assentamento e a organização socioespacial dos assentados.

Nestes termos, posterior à exposição da metodologia, o percurso explicativo desta pesquisa divide-se em mais cinco capítulos. O capítulo 2 aborda o aporte teórico da cultura política, sua consolidação e as transformações sociais em escala global que contribuíram para a formulação teórica da chamada “Nova Cultura Política” (NCP). Além disso, apresenta uma discussão sobre capital social e a definição do sentido desse conceito para esta pesquisa.

O capítulo 3 aborda a formação do MST e sua consolidação. Além disso, o processo histórico de luta pela terra no Rio de Janeiro e de algumas de suas especificidades, por exemplo, os processos que dificultaram a inserção do MST nos conflitos fundiários da Baixada Fluminense em meados da década de 1980.

No capítulo 4, a abordagem privilegia a questão da luta pela terra na Região Norte Fluminense e os processos que contribuíram para a formação do Assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes/São Francisco de Itabapoana. Para isso, apresentamos os principais atores no processo e seus desdobramentos após a ocupação e instituição do Assentamento em 1997.

O capítulo 5 trata da organização do Zumbi dos Palmares tendo como ponto norteador as associações de núcleos e as disputas organizacionais. Além disso, analisamos as concepções apreendidas pela população do assentamento a respeito destas instituições, seus papéis e expectativas.

No capítulo 6, a abordagem centra-se nos aspectos referentes à cultura política no Zumbi dos Palmares e os elementos que a constituem, como escolaridade, associativismo, sofisticação política, entre outros. O ponto relevante deste capítulo é o entendimento deste conjunto de fatores e sua influência sobre o assentamento, principalmente, de toda mobilização para maximização de possibilidades e anseios da população que o constitui.

Desta forma, nosso percurso explicativo busca responder ao problema central desta pesquisa, ou seja, como se caracteriza a cultura política dos integrantes do assentamento Zumbi dos Palmares? Com esta questão, responde também à hipótese de que os assentados tenderiam, por conta de uma organização comunitária originada na associação de luta pela terra, a possuir uma cultura política mais intensa que os moradores do meio urbano campista (considerando as idiosincrasias da relação entre as lideranças do MST e a base dos assentados durante o processo de luta e conquista da terra); isto vale, principalmente, ao considerarmos nesta relação as formas de interesses envolvidos que, de forma geral, podemos ressaltar a relação de envolvimento a valores (por parte das lideranças do MST) e a relação de envolvimento com características instrumentais (maior parte dos assentados). Desta forma, além do objetivo geral (caracterizar a cultura política do Assentamento Zumbi dos Palmares), este trabalho também apresenta alguns objetivos específicos.

Primeiro, compreender o processo de formação do Zumbi dos Palmares considerando a conjuntura de crise do setor sucroalcooleiro e o processo de interiorização, no estado do Rio de Janeiro, da militância do MST, principalmente, ao tomar a região Norte Fluminense como principal região de sua atuação no Rio de Janeiro. Segundo, compreender e caracterizar os atores que formam o Zumbi dos Palmares, considerando as associações e suas condições como exemplo de materialização destas disputas. Terceiro, caracterizar e compreender as formas de associativismo presentes no Zumbi dos Palmares. Por último, comparar os

elementos sobre associativismo em relação aos dados existentes sobre Campos dos Goytacazes e, a partir deste conjunto de objetivos específicos, responder a pergunta referente a cultura política existente no Zumbi dos Palmares.

CAPÍTULO 2 – TEORIA DA CULTURA POLÍTICA: da formação à Nova Cultura Política (NCP)



Na década de 1960, através da pesquisa de Almond e Verba (1963), institucionalizou-se nas Ciências Sociais a chamada “teoria da cultura política”. Segundo Rennó (1998), elementos constitutivos de seu arcabouço conceitual foram abordados anteriormente onde, mesmo de forma implícita, se tratou, entre outras coisas, de questões como “subculturas políticas”, “socialização política” e “mudança na cultura”.

Segundo Almond (1999), estas abordagens podem ser encontradas em autores como Platão, Aristóteles, Plutarco, Maquiavel, Rousseau e Tocqueville. Este último figurando com uma, entre as obras, que precederam a sistematização da teoria da cultura política: “A democracia na América” (Tocqueville, 1998). Segundo Fagundes (2008, p. 132), o “culturalismo tocquevilleano” antecipou, em termos de componentes culturais, a experiência política e, além disso:

discorre sobre a dimensão cultural das atividades políticas na formação da sociedade americana do século XIX, e o papel que desempenham as instituições, experimentadas na prática histórica de longa duração, para ‘treinar’ e consolidar uma cultura política com repercussões sobre a governabilidade e a configuração da democracia americana.

Contudo, segundo Rennó (1998), a sistematização e a metodologia da teoria da cultura política cristalizaram-se em um contexto histórico que oportunizou novas demandas para o entendimento das relações sociais. Desta forma, dois fatores contribuíram diretamente: o contexto da Pós-Segunda Guerra Mundial e o aprimoramento das técnicas de pesquisa de survey (Chilcote, 1998).

O período Pós-Segunda Guerra foi marcado pelo processo de descolonização que contribuiu para que grandes contingentes populacionais antes submetidos por aparatos nacionalistas e estatais externos pudessem manifestar suas identidades e anseios. Junto a isso, as técnicas de pesquisa de survey sofreram aperfeiçoamentos, principalmente, nos estudos realizados no âmbito da Ciência Política nos Estados Unidos (Almond, 1999; Rennó, 1998). A associação desses fatores ajudou a consolidar uma nova abordagem sobre o político.

Segundo Fagundes (2008), esta abordagem da Ciência Política favoreceu o entendimento de que, com a emergência de novos atores políticos associados aos nacionalismos, processos de descolonização, culturas e instituições políticas variadas, os estudos políticos necessitariam da valorização de novos fatores (culturais) para melhor compreensão da dimensão política. Neste quadro que o trabalho de Almond e Verba, “The Civic Culture” (1963), introduziu novas perspectivas analíticas, consolidando o campo de estudos referente à cultura política.

Nesta obra são apresentados alguns conceitos fundamentais, entre os quais, “socialização”, “orientação cognitiva” e “orientação avaliativa”. Segundo Rennó (1998, p. 71-72), as principais abordagens da atualidade são nela baseadas, entre as quais, as que tratam do entendimento da “cultura política dos países industrializados e dos países em democratização e a modernização”.

Houve a tentativa de interpretar a cultura política através de abordagem diferente. Assim, Chilcote (1998) construiu uma história do conceito de “cultura política” a partir do conceito antropológico de “cultura” elaborado pelo antropólogo inglês Edward Burnett Taylor (1975). No entanto, para Almond e Verba (1963), a questão norteadora foi o questionamento sobre a nova política em escala global. Ao conceberem que as novas configurações sociopolíticas caracterizavam a cultura política mundial como uma “cultura política de participação”. Com isso buscou-se compreender suas formas, ocorrências e variações.

Assim, a respeito da cultura política, afirma Almond (1999) que o tema geral dessas pesquisas é a importância de valores, sentimentos, crenças e conhecimentos na explicação do comportamento político. Esses fatores são, segundo Rennó (1998), resultados de processos

que abarcam a (...) socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país. Para Almond (1999), estes fatores constituíram-se em um dos primeiros avanços, ou seja, a construção de um vocabulário conceitual próprio.

Para Rennó (1998), apesar de grande importância, a abordagem de Almond e Verba (1963) não privilegiou a relação da cultura política com elementos estruturais (crítica realizada pelos teóricos marxistas). Assim, esta ausência (que não considerou a especificidade das experiências históricas, como também governamentais) abriu espaço para críticas e discussões. Segundo Almond (1999, p. 204):

La crítica marxista (...) mantiene que el cambio de actitudes obedece a cambios de orden estructural y económico: dicho en otras palabras, la lógica de la causalidad funciona desde la estructura de clases hacia las actitudes políticas tienen un componente necesariamente políticos. Las actitudes políticas tienen un componente necesariamente estructural, por lo que poseen poco o ningún poder explicativo.

Na busca de superar a abordagem estrutural na instância em que esta não privilegiou a ação dos sujeitos e a possibilidade de racionalizar suas ações, Melucci (1989, p. 52) afirma que “a ação tem de ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções”. Nesta perspectiva, a ação não está associada a um racionalismo puro como enfatizou Rennó (1998) sobre as “críticas de esquerda”. Pelo contrário, está condicionada a uma tomada de consciência na estrutura das relações sociais que envolvem poder.

Nestes termos, para Fagundes (2008), esta oposição pode ser solucionada com o pré-estabelecimento teórico de que entre cultura e estrutura política existe uma relação de “mutua determinação”; ou seja, tanto os indivíduos que materializam as instituições possuem participação e influência na produção e reprodução dos elementos estruturais, como estes últimos possuem influência sobre os indivíduos. Segundo Rennó (p. 76), foi oferecida uma possibilidade interpretativa onde:

(...) um representante dos estudiosos que aceitam a visão almodiana sobre cultura política alega ser um engano das análises críticas ver de forma tão restrita a definição da relação entre cultura política e estrutura política, dada por Almond e Verba. Segundo este autor, há uma relação de mão dupla e de causalidade cruzada entre essas duas dimensões. A estrutura política, em outras palavras, é causa e efeito da cultura política.

Apesar do debate sobre a perspectiva teórico-interpretativa (análise estrutural ou das formas de ação), o desenvolvimento do campo de estudos tratando pela cultura política ampliou-se e outros fatores passaram a compor esta teoria (discussão a respeito da influência dos níveis econômicos e de organizações democráticas).

Junior e Eisenberg (2006), afirmam que nos estudos de Inglehart (1988; 1999), por exemplo, os elementos acima citados são entendidos “como um agregado do respeito a direitos civis e políticos e estabilidade institucional. Portanto, quatro variáveis estão em jogo: nível de riqueza, (modernização econômica), herança cultural histórica (religião), democracia e confiança interpessoal.

Muitos dos questionamentos envolvendo a relação destas variáveis com os estudos da cultura política estão presentes em outros autores como: Fagundes (2008), Almond (1999), Chilcot (1998) e Lipset (2007). Apesar de estas variáveis constarem na análise sobre cultura política dos citados autores, algumas críticas são feitas a Inglehart (1998; 1999), principalmente, pelo fato de instituir certo fatalismo de fundo religioso. Contudo, uma variável merece atenção, em especial pelo fato de permear diversas discussões a respeito da cultura: capital social.

2.1 – Capital Social

O conceito de capital social possui interpretações diversas, até mesmo, referente à sua emergência como instrumento analítico das relações sociais. Cunha (2000) atribui a Coleman (1988) o pioneirismo do uso do termo com o trabalho “Social Capital in the Creation of Human Capital”. No entanto, Fialho (2008), em sua revisão crítica do uso do conceito, atribui a Bourdieu (1980) a emergência do conceito e sua introdução como categoria analítica nas Ciências Sociais. Pelo montante de referências, seguiremos a cronologia apresentada por este último com o propósito de estabelecer o significado do conceito de “capital social”, ou seja, como parte da análise que realiza esta pesquisa sobre a cultura política no assentamento Zumbi dos Palmares.

Entre as variadas formas de uso e aplicação do conceito de capital social, Cunha (2000) afirma que existem duas abordagens interpretativas a respeito desse conceito. A primeira, neo-institucionalista, na qual as instituições possuem papel de destaque. A segunda, em que a herança cultural é percebida como elemento essencial para a manutenção das instituições.

A vertente neo-institucional salienta a importância do Estado e de suas instituições como responsáveis pela mobilização social. O autor aponta como seus grandes representantes Evans (1993) e Fox (1996). Assim, para esses autores, afirma Abu-el-Haj (1999, p. 71), “as instituições públicas têm, além do monopólio da coerção, a exclusividade da mobilização dos recursos sociais”.

A matriz culturalista traz implícitos dois importantes elementos, a saber, a ideia de herança histórica e a instituição do conceito de “confiança”, como o mais importante elemento constituinte do capital social. Seu grande representante é Putnam (1997), que apresenta uma relação direta entre desenvolvimento e herança cultural. Segundo Abu-el-Haj (1999), Putnam estabelece uma relação direta entre a especificidade cultural e o nível de capital social.

Apesar de as duas vertentes possuírem abordagens completamente diferentes, Abu-el-Haj (1999) defende que as duas vertentes interpretativas são impotentes diante da existência de um determinismo no processo de análise social. Cunha (2000) ainda considera que as duas matrizes interpretativas não são maniqueístas e que, entre elas, pode haver análises mais centrais. Assim, coloca o trabalho de Fukuyama (1996) nesta posição interpretativa. Em sua conceituação de “capital social”, o define como “(...) a capacidade de as pessoas trabalharem em conjunto, em grupos e organizações que constituem a sociedade civil, para a prossecução de causas comuns” (Fukuyama, 1996 apud Cunha, 2000, p. 51).

Fialho (2008), ao apresentar “as múltiplas definições de capital social”, afirma que este conceito pode ser aplicado com os seguintes significados: como “recurso individual” (Bourdieu, 1999), como “aspecto contextual” (Coleman, 1988), como “social resources⁸” (Lin, Vaughn e Ensel, 1981) e como relacionado à cultura cívica (Putnam, 1997). Além disso, apresenta uma importante crítica a respeito do uso do conceito por estes diversos autores; ou seja, referindo-se à sua aplicação, chamou de “a neutralidade moral do conceito”.

⁸ Recursos Sociais.

Segundo Fialho (2008, p. 72), como “recurso individual”, o capital social “é apontado como passível de mobilização e utilização – efetiva ou potencial – pela pessoa que o detém”, ou seja, como o define Bourdieu (1999, p. 14), “o agregado dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos mais ou menos institucionalizados”.

Como “aspecto contextual”, Fialho (2008) afirma que Coleman (1988) aborda vários aspectos já apontados por Bourdieu (1999), por exemplo, as ideias de mobilização de uma rede de relações sociais, de reprodução continuada do capital social através de seu uso, de confiança e reciprocidade. No entanto, as principais divergências encontram-se na questão sobre o “local de alocação” do capital social e, principalmente, na definição de “capital social”.

No tocante ao primeiro, Coleman (1988) não atribui ao capital social uma existência que possa ser privada por qualquer pessoa em um grupo ou formação social. Assim, sua visão de capital social é equivalente à estrutura das relações sociais que envolvem este ou aquele grupo social. Desta forma, referindo-se também à segunda divergência, o capital social não pode ser privatizado; antes, encontra-se à disposição de todos os seus integrantes.

Como “social resources” (Lin, Vaughn e Ensel, 1981), o uso do termo conflui com Bourdieu (1999) e Coleman (1988); ou seja, ancorado na discussão que envolve redes e relações sociais. Neste sentido, Fialho (2008) afirma que o conceito é aplicado de forma “ousada”, pelo fato de apresentá-lo como “ponte” para ligação entre indivíduo e o grupo, ou seja, entre indivíduo e sociedade. Assim, Segundo Lin (2001b) apud Fialho (2008), para operacionalização desses elementos, podemos adequar a definição anterior de capital social para “investimento de indivíduos em relações sociais através do qual ganham acesso aos recursos entranhados para aumentar os retornos esperados de ações instrumentais ou expressivas”. Com isso, prossegue Fialho (2008, p. 77):

A partir dessa definição, mais refinada, três processos são identificados, sendo eles (1) investimentos em capital social, (2) acesso e mobilização do capital social, e (3) retornos do capital social; e, também, dois tipos de resultados buscados, que são retomo para ações instrumentais ou retornos para ações expressivas.

Nesta perspectiva, o capital social pode ser uma ponte que, além de ligar o indivíduo ao social, pode ser um mecanismo de aquisição de bens de interesse individual e, por outro

lado, a manutenção de conquistas por meio da confluência de vontades via rede social. Assim, além do elemento instrumental, podem ser alocadas as ações movidas por valores; uma vez que estas não estão circunscritas aos interesses individuais mas, antes, ao interesse do social, do grupo ou equivalente.

Por último, o capital social relacionado à cultura cívica (Putnam, 1997), é concebido, segundo Fialho (2008, p. 79), com o mesmo viés interpretativo de “The civic culture”, de Almond e Verba (1963), isto é, “disposição dos indivíduos em participar de grupos, associações e ações coletivas que buscam objetivos socialmente positivos”.

A crítica salientada por Fialho (2008) à concepção de capital social utilizada por Putnam (1997) é direcionada à existência, segundo ele, de uma conotação de valor, ou seja, o capital social é visto sempre como um benefício para a sociedade e sua apropriação não é tratada de maneira alguma como algo que possa vir a ser negativo. Neste sentido, quando estuda comparativamente as instituições e a vida cívica na Itália, Putnam considera positivamente os elementos materializados no Norte da Itália pela herança histórica de formas de capital social.

Para além das críticas (Prates, 1998), importante é ressaltar a contribuição de Putnam (1997) para o entendimento da importante relação entre capital social e cultura cívica, principalmente, no que se refere ao caráter das instituições. Apesar de não tratar das possibilidades negativas de apropriação do capital social (Fialho, 2008), Putnam mostra que, sem participação na vida cívica, as instituições tendem a refletir cada vez mais características personalistas e menos de interesse social.

Como bem ressaltou Almond e Verba (1963), um dos pilares da teoria da cultura política encontra-se no entendimento das variadas formas de participação e, além disso, a comparação como instrumento metodológico de análise; ou seja, dois dos importantes elementos também presentes no trabalho de Putnam (1997) sobre a Itália. Neste sentido, contribui para o entendimento também das novas formas de participação que, para propósito deste estudo, estão presentes com o advento da chamada globalização e as mudanças advindas. Nesta perspectiva que as análises referentes à cultura política caminharam para a conceituação e compreensão de uma “Nova Cultura Política” (Clark e Navarro, 2007).

2.2 – Nova Cultura Política (NCP)

Nos anos 1990, a partir dos trabalhos do Terry Clark e seus pares (2007), o estudo da cultura política passou a abordar o que chamou de “Nova Cultura Política” (NCP). Esta análise privilegia as transformações tecnológicas na comunicação digital e a expansão do sistema educacional. Neste sentido, aborda o processo de transformação por meio do qual os grandes conglomerados urbanos vêm passando (metrópoles), isto é, considera o fato de que estas transformações também alteram as formas de sociabilidade e de atuação política apontando para a existência de relações políticas mais horizontais.

Nestes termos, materializam o que Simmel (1973) chamou de “efeito metrópole”, ou seja, os efeitos diretos deste conjunto de fatores sobre a sociabilidade urbana. Os elementos constituintes destas transformações integram um processo de intensificação das formas de comunicação, dos sistemas de informação, de uma cidadania, segundo Navarro (2007), com necessidades pós-materialistas. Desta forma, esses autores afirmam sobre esta agenda de pesquisa que:

Sobre todo, el enfoque ha tratado de mostrar evidencias sobre algunas razones y síntomas de cambio em las sociedades contemporáneas. La Nueva Cultura Política no es, pues, una teoría específica para responder a problemas de investigación, sino más bien una propuesta analítica general em forma de ‘agenda de investigación’, em donde se propone um modelo conceptual em forma de tipo-ideales, así como algunas propuestas analíticas de corte general para dar cuenta de su aparición. Como ‘agenda de investigación’, de Ella se derivan o derivarían problemas y preguntas de investigación específicos, esí como respuestas y propuestas analíticas ligadas a éstas (p. 39-40).

Desta forma, a “Nova Cultura Política”, além de continuar dedicando-se ao estudo de questões postas desde o trabalho pioneiro de Almond e Verba (1963), incorporou novas categorias que, por conta da chamada globalização, foram construídas pela emergência de novas formas de sociabilidade. Segundo Navarro (1997, p. 40), “sin duda, el cambio social post-materialista está dando lugar a la extensión de nuevas preferências y valores, como prueba la agenda de investigación pós-materialista”. As mudanças assinaladas por Navarro (2007) foram percebidas não como uma emergência, mas, como evidência, da existência de uma forma nova e consolidada de cultura política. Neste sentido, afirmam Clark e Inglehart (2007, p. 51), que:

los temas tradicionales de derecha-izquierda perdieron su fuerza, la polarización de los partidos em torno al conflicto de clases explica cada vez menos. Están emergiendo formas de acción y temas diferentes, algunos nuevos, algunos no tanto. Todos ellos se combinan em una Nueva Cultura Política.

Nesse sentido, Azevedo et al (2009 a, p.3) afirmam que a NCP “apresenta uma modificação da dimensão clássica entre direita e esquerda”, a separação entre questões sociais e econômico-fiscais, a sobreposição em grau de importância das questões sociais sobre as econômicas, o crescimento paralelo entre individualismo de mercado e o social, questionamento ao Estado de Bem-Estar Social, a busca pela ampliação da participação cidadã e, por último, a manifestação dos elementos constituintes da NCP entre indivíduos mais jovens, de grau de escolaridade mais elevada e com níveis de qualidade de vida mais elevados.

Além disso, Azevedo et al (2009 a) afirmam que apesar da constatação de elementos do que se caracterizou como “nova cultura política (NCP)”, se deve atentar para a existência de uma heterogeneidade da gramática cultural existente (alertando para as variadas formas de configuração). Com isso, tornam-se relevante também os cuidados metodológicos aplicados a pesquisas que não privilegiam a metrópole, neste caso, ao se estudar a cultura política no campo.

Apesar da existência de estudos a respeito da cultura política na Região Norte Fluminense (Azevedo e Fernandes, 2014), não existem trabalhos referentes à temática nas áreas rurais, mais precisamente, de um movimento social atuante no campo e de sua população. Com isso, esta pesquisa realizou um estudo de caso na Região Norte Fluminense, abordando e delimitando como população o Assentamento Zumbi dos Palmares (Campos dos Goytacazes/São Francisco de Itabapoa), com o objetivo de construir conhecimento a respeito da cultura política em uma realidade social rural e de contribuir para a ampliação do conhecimento desta temática de pesquisa.

Nestes termos, o presente trabalho realizou um estudo sobre a cultura política dos integrantes do Assentamento Zumbi dos Palmares onde, para tal, não deixa de utilizar o aparato teórico da Nova Cultura Política (Clark e Navarro, 2007; Azevedo et al, 2009; Azevedo e Fernandes, 2014). Além deste referencial, estabelece o conceito de capital social como importante conceito de análise em que, apesar das possibilidades interpretativas e de

abordagens (Fialho, 2008), o compreende na concepção de Putnam (1997); ou seja, a concepção associada à Almond e Verba (1963), ligada à cultura cívica e alicerçada na participação e à prática associativa em suas várias modalidades cujo interesse e fim sejam o bem coletivo.

Com este aparato teórico, esta pesquisa iniciou sua análise a partir de uma reconstrução histórica da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), considerando sua consolidação e expansão até a Região Norte Fluminense, mais precisamente, a cidade de Campos dos Goytacazes. Esta região que, logo após a chegada do MST em 1997, tornou-se o principal núcleo de atuação do movimento no estado do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 3 – FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A LUTA PELA TERRA NO RIO DE JANEIRO



3.1 – A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social que começou a ser formado no Sul do Brasil a partir do final da década de 1970, marcado por um processo histórico cujos determinantes de consolidação foram variados. Entre os fatores principais, podemos salientar a conjuntura político-econômica e a existência plural de litígios fundiários, com o envolvimento de sujeitos diversos em conflitos relacionados à luta por terra (STÉDILE; FERNANDES, 2005; RODRIGUES, 2013).

No tocante ao primeiro, em uma conjuntura que também envolveu a intensificação da industrialização (FAUSTO, 2002), pode-se falar do pacote de modernização da agricultura implantado pelo governo militar que começou em finais da década de 60. Segundo Junior e Ribeiro (2007, p. 7), a “revolução verde”, como foi chamada esta orientação para o desenvolvimento agrícola no Brasil, “se prestou a legitimar o modelo agroexportador baseado na grande propriedade e na monocultura”; além disso, teve como seu principal pilar uma reorientação produtiva pautada em inovações tecnológicas.

Por isso, Fernandes (1998, p. 7) considerou que este pacote de inovações agrícolas foi um agravante das condições de vida no campo, justamente, por conta dos efeitos do capital sobre as relações sociais rurais. Junior e Ribeiro (2007, p. 7) afirmam que, entre as consequências das transformações realizadas pelo capitalismo no campo, estão a diminuição de postos de trabalho por meio da mecanização, a mudança da cultura agrícola com a difusão de uma mentalidade produtivista baseada na busca por grande volume produtivo e o uso de insumos químicos. Em conjunto, influíram na desestabilização de parte da força de trabalho existente no campo. Neste sentido, a respeito do processo de transição da população brasileira para o meio urbano, pode-se evidenciar a seguinte desenvoltura histórica (IBGE):

Tabela 2. População nos censos demográficos por situação de domicílio

Ano	1950 (%)	1960 (%)	1970 (%)	1980 (%)	1991 (%)	2000 (%)	2010 (%)
Urbano	36,16	45,08	55,98	67,7	75,47	81,23	84,36
Rural	63,84	54,92	44,02	32,3	24,53	18,77	15,64
Total	100	100	100	100	100	100	100

Além dos efeitos da citada política agrícola (referentes ao deslocamento da população para o meio urbano), constatou-se a necessidade de se pensar a questão agrária, apesar de suas especificidades em cada contexto histórico (Silva, 1986), como relevante mesmo com o constante declínio da população rural, ou seja, apesar do declínio do número de pessoas no campo, continuou mantida a relevância da “questão agrária” por conta da desenvoltura econômica do campo na produção de alimentos, como possibilidade de alternativa econômica, e ascensão de frações de despossuídos e marginalizados tanto economicamente quanto socialmente (JUNIOR; RIBEIRO, 2007; LEITE et al., 2005; ABRAMOVAY, 2007).

O segundo fator, além desta realidade político-econômica estrutural (CALDART, 2001, p. 207), constou a presença de conflitos envolvendo a posse da terra e que já atingia populações da Região Sul do Brasil desde a década de 60 (FERNANDES, 1994; SIGAUD et al., 2010). Com isso, segundo Fernandes (1994), o processo de formação do MST aglutinou experiências e reivindicações de outros movimentos populares menores (posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem terras).

Para Fernandes (1994, p. 57), o período entre 1979 e 1985 pode ser entendido como “a primeira fase deste momento histórico da luta pela terra e da formação do MST”, por conter o

ressurgimento de antigos conflitos (como as ocupações das fazendas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta – RS), sua legitimação enquanto movimento social, e a realização do Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra. Com esta análise vale considerar os fatores relacionados ao contexto político nacional.

Podemos estabelecer como fatores externos e precedentes ao MST o período do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Como características se pode citar o início da abertura política por meio do fim do Ato Institucional Número 5 (AI-5) e os sinais de esgotamento da máquina política regida pelos militares. Assim, o período que coincide com sua saída e o processo de consolidação de movimentos sociais (tanto no campo quanto na cidade) tem em parte explicação neste processo de decadência do regime (FAUSTO, 2002).

Os conflitos que contribuíram para a formação do MST não ficaram restritos geograficamente à região Sul do Brasil, importando também lutas localizadas, em outros estados. Segundo Fernandes (1994, p. 58), pode-se citar “(...) em São Paulo a luta dos posseiros da Fazenda Primavera nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência”. No Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória Dourados, conflitos relacionados à luta de posseiros pela permanência na terra, além de conflitos em outros estados como Bahia, Rio de Janeiro e Goiás.

O MST construiu assim uma memória de luta que não foi fundamentada regionalmente, mas que passou a contar com outras experiências tanto no período de sua consolidação quanto historicamente. Nesse sentido, enquanto movimento social de luta pela terra, construiu uma identidade que reivindica para si lutas anteriores a sua formação (FERNANDES, 1998, p. 17), como os conflitos de Canudos (Bahia, 1893-97), Contestado (Santa Catarina-Paraná, 1912-1916) e as chamadas Ligas Camponesas (1940-1964). Estas últimas, segundo Motta (2005), organizações rurais originalmente formadas sob influência do Partido Comunista⁹.

A partir destes elementos a bibliografia especializada privilegiou como marco histórico ocupações como as que foram realizadas nas fazendas Sarandi, Brilhante, Macali e Annoni, justamente por possuírem antecedentes históricos apropriados no processo de

⁹ No Nordeste, mais precisamente em Pernambuco, as Ligas Camponesas ganharam notoriedade em âmbito nacional após a vitória judicial de trabalhadores do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. O advogado e deputado que representou os camponeses, Francisco Julião, ficou conhecido como representante no cenário nacional das causas camponesas (Motta, 2005).

formação do MST na região Sul (SIGAUD et al., 2010; FERNANDES 1998; TEDESCO, 2012).

Na década de 1960 estas terras foram as causas de conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul. No entanto, na ocasião não foi possível aos atores envolvidos, em pleno governo ditatorial, uma conquista enquanto “sujeito de direitos”, como classificou Neves (2007, p. 230), muito menos o reconhecimento da questão agrária como uma causa socialmente relevante a ser resolvida.

De acordo com Fernandes (1997, p. 7), ocorreu que a proposta de administração de conflitos implantada pelo regime militar foi “a lógica de militarização da questão agrária” que, entre outras coisas, buscou “manter o controle do Estado sobre os conflitos por terra e sobre as terras devolutas”. Por isso materializou seu posicionamento com programas de colonização, levando centenas de famílias sem-terra para fronteiras de expansão agrícola sem preocupação em fornecer a estrutura necessária para (re)territorialização das famílias. Assim, a estrutura fundiária excludente permaneceu intocada.

Apesar das deliberações políticas do período, a década de 1980 viu o início de uma reação da classe trabalhadora no Brasil (MATTOS, 2002). Não apenas em grandes centros urbanos e industriais (em estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) como também no campo, associado ao já citado declínio da sustentação do governo militar e de sua política econômica. Formou-se assim uma conjuntura favorável à luta dos trabalhadores (FERNANDES, 1994). No Sul do Brasil este momento foi bem aproveitado principalmente pelos camponeses, que se organizaram em torno de um movimento de luta pelo direito ao acesso e permanência à terra.

3.1.1 – Os conflitos por terras na reserva Nonoai – RS (1978) e a mobilização de trabalhadores e camponeses para as fazendas Sarandi e Brilhante

Nonoai é uma das reservas indígenas situadas no Norte do Rio Grande do Sul. Nesta região que ocorreu o conflito entre índios e posseiros e, como consequência resultou na desterritorialização de centenas de famílias e a organização destas em busca do retorno à terra (TEDESCO, 2012; FERNANDES, 1994). O início deste processo ocorreu em 1978, quando os índios Kaingang reivindicaram a retirada total dos colonos que estavam em suas terras.

O fundo histórico do pedido de retirada por parte dos indígenas encontra-se no fato de que estavam vendo suas terras serem ocupadas por grileiros, madeireiros e posseiros

(TEDESCO, 2012). Além disso, assistiram ao longo do século XX a uma gradual diminuição de suas demarcações, incluindo a apropriação por parte do estado para criação de reservas ambientais que também sofreram apropriações.

Segundo Tedesco (2012), a reserva indígena de Nonoai, por exemplo, quando demarcada, possuía uma extensão de 34.908 ha. No final da década de 1940, quase 20 mil ha foram destinados pelo estado para criação de reserva ambiental. Na década de 1970 estava em torno de 19.830 ha, sendo o mesmo da atualidade. Assim, a partir desta situação de constante perda:

A mudança de cacique da reserva de Nonoai, no final de 1977, foi fundamental para imprimir decisões mais radicais entre os índios. Oriundo de uma ala, no interior do grupo, contrária à presença de posseiros e arrendatários, e estando mais próximo à nova geração de Kaingangs, o cacique Xangrê trata desde logo dos preparativos para a “revolta”, afrontando a FUNAI e desencadeando um clima de guerra contra os brancos. (TEDESCO, 2012, p. 251).

De acordo com Fernandes (1994), até existiu uma relação menos conflituosa entre os indígenas e os posseiros através de relações de arrendamentos mediados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) desde a década de 1960, quando houve os primeiros conflitos envolvendo trabalhadores sem-terra na região. No entanto, quando os índios reivindicaram a saída dos agricultores de suas terras, parte deles não teve possibilidade de realocação e, apesar de relativo apoio do governo e de setores religiosos como a Igreja Católica, os trabalhadores precisaram construir algum nível de organização diante da situação. Assim:

Das famílias que foram despejadas da reserva [Nonoai], uma parte permaneceu acampada na região de Ronda Alta/Sarandi: 700 famílias. A maior parte, não tendo para onde ir, foi alojada no Parque de Exposição Internacional de Esteio. Das famílias alojadas no Parque, 550 foram transferidas para o estado de Mato Grosso, no projeto de colonização da Cooperativa Agropecuária Mista Aceguá Ltda. Os trabalhadores sem-terra que permaneceram na região, com o apoio de diversas entidades e da Igreja Católica, começaram a realizar assembleias para discutir a sua realidade (FERNANDES, 1994, p. 66).

As discussões dessas assembleias levaram, conforme Fernandes (1994), 200 famílias a ocuparem parte da reserva da Fazenda Sarandi. No entanto, esta ocupação não foi bem sucedida e os colonos tiveram que retirar-se da área. Segundo Sigaud et al. (2010, p. 70), o

acampamento Sarandi significou mais que a intervenção do governo e a criação de uma reserva de terras que serviu tanto a reforma agrária como para a locação a grandes proprietários rurais. O acampamento possibilitou a criação de uma reserva de capital político, que institucionalizou a questão da terra na agenda política da região.

Em 1979, parte da gleba da Fazenda Brilhante foi ocupada no município de Ronda Alta, envolvendo participantes de outras ocupações no Rio Grande do Sul. Apesar do amadurecimento das ocupações como estratégia de luta, segundo Fernandes (1994, p. 67), o já constituído Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST (fundado em 1984), conseguiu ocupar definitivamente as terras da Fazenda Annoni somente em 1985 (a maior fazenda gaúcha da época).

A ocupação da Fazenda Annoni é considerada um marco na história da luta pela terra e do próprio MST. A ocupação foi a primeira realizada por famílias já organizadas no MST (...). Além disso, também foi uma grande conquista para os agricultores que estavam acampados desde o final da década de 70 na beira de estradas. Expulsos de suas terras, que haviam sido demarcadas como indígenas, e sem receber indenização do governo federal, os camponeses não tinham para onde ir. É o que relata a agricultora Irene Manfio, que é assentada na antiga Annoni (MST, 2007).

O período para definição a respeito da permanência dos trabalhadores rurais nas terras da antiga Fazenda Annoni foi longo. Sua ocorrência se deu pelo fato de ter havido uma disputa política que envolveu este momento da ocupação. Segundo Sigaud et al. (2010, p. 114), dois dos principais produtores da região tinham atividades agrícolas nas terras desta fazenda e, além disso, estavam no citado contexto aliados aos principais políticos da região. Com isso, a ocupação foi dificultada.

Em 1981, formou-se o que Fernandes (1994, p. 70) denominou de “histórico acampamento da Encruzilhada Natalino”. A descrição da composição deste acampamento pode salientar a ressonância que ganhou a luta pela terra nas regiões Norte e Nordeste sul-riograndense. Além de ter evidenciado uma formação política dos trabalhadores que estavam lutando pela terra na região (por meio da ocupação), mostrou também que não caberia mais a proposta paliativa do governo de levar famílias inteiras para regiões remotas por meio de projetos de colonização.

Em 1981, após a confirmação dos assentamentos definitivos na Macali, na Brilhante e na CEMPA, ainda havia famílias acampadas. A transferência das famílias das barracas de lona preta para a Beira da estrada na Encruzilhada Natalino (em dezembro de 1981), atraiu remanescentes da reserva Nanoai, meeiros que viviam na região e um grupo significativo de “retornados” dos projetos de colonização. Às margens da Macali, os colonos observavam parentes e antigos vizinhos trabalharem em suas próprias terras, acreditando que também tinham o mesmo direito, muitos deles negaram-se uma vez mais a ingressar em projetos de colonização (SIGUAD et al., 2010, p. 121).

O processo citado de reconhecimento de iguais, da socialização de certa concepção de direitos, o apoio mútuo, trabalho coletivo, entre outros, são apresentados por Sigaud (2004) como elementos de constituição de uma identidade que seria a identidade sem-terra. Esta identidade também possuiu contribuição na motivação e persistência dos sujeitos envolvidos nos vários movimentos que culminaram com a criação do MST. A realização desta consolidação contou também com o apoio indiscutível da Igreja Católica que:

Embora tenha apoiado o golpe de 64, a Igreja começa a mudar de posição a partir de 1973. Nas suas bases, alguns sacerdotes já se envolviam com o processo de resistência dos trabalhadores em torno da questão da terra. Esse espaço político havia nascido no começo dos anos sessenta, quando começaram a surgir as primeiras Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. Nessas comunidades, começa a ganhar importância a reflexão sobre a realidade imediata, como exercício da liberdade pessoal (FERNANDES, 1994, p. 61).

Em 1975 foi fundada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que surgiu como uma demanda social no campo brasileiro. Conforme Fernandes (1994, p. 63), a partir da visão libertadora da nova evangelização, os trabalhadores rurais deixaram de ser vistos como simples vítimas das relações desiguais entre os homens.

Até então, o posicionamento da Igreja Católica era extremamente conservador e deixava transparecer muito do seu posicionamento (o lado dos grandes fazendeiros), como mostra a proposta de reforma agrária apresentada por Dom Inocêncio Engelke, em 1950. O texto, além de defender para o camponês uma “elevação de vida nas fazendas”, o vê, em termos de organização, como ameaça caso ele tivesse possibilidade de associação em prol de direitos:

Só assim, apoiado na ação e na palavra de elementos tirados de seu meio, nos quais deposita toda sua esperança, o homem do campo poderá defender-se contra as perigosas seduções daqueles que enxergam nele um caldo de cultura fecundo para o bacilo das agitações e das revoluções violentas, poderá contribuir para que sua numerosa classe venha a colocar-se em igualdade de condições com as demais classes dos setores urbanos (ENGELKE, 1950, p. 36-37).

Assim, com o advento da “Teologia da Libertação”¹⁰, parte da Igreja Católica passou a incorporar outros elementos em seus “rituais” e “trabalhos na comunidade”. Desta forma, o conflito no campo foi absorvido pela fração progressista da Igreja Católica, passando a necessitar de sua presença e atuação. Por conta disso, a CPT acompanhou o crescimento do MST e consolidou militância nas frentes de conflitos rurais por todo o país. Ressaltam-se, mais uma vez, o processo de abertura política fortalecido no governo Geisel que, entre outras coisas, contribuiu para ações deste tipo por conta do desmantelamento dos aparelhos de repressão (DOI-CODI, SNI, CIEX, CENIMAR, CISA, além do DOPS)¹¹ criados durante a ditadura (PRIORI, et al., 2012).

Entre 1978 e 1979, os camponeses começaram a perder o medo de lutar contra o governo. Embora tenha sido criada em Goiânia, em 1975, a ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) só se consolidou no Rio Grande do Sul em 1978. A Igreja era muito conservadora naquela região. Tanto é assim que, nos idos de 1962 e 1964, voltávamos da roça mais cedo para pegar as famosas missas das 18h, transmitidas por todas as rádios católicas, durante as quais rezávamos o terço ajoelhados para afastar o comunismo. Acho que de tanto rezar o terço contra os comunistas acabei também virando um deles... De certa forma, a CPT resgatou o pecado cometido pela Igreja contra os camponeses, indicando que, a partir da Teologia da Libertação, era necessário conscientizar e organizar os camponeses para lutarem pelos seus direitos (STEDILE apud BOSI et al., 1997, p. 70).

No ano de 1984, na cidade de Cascavel – Paraná, todos os anos de luta, aprendizado e organização confluíram na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (CAMINI, 1998). Com isso, amadureceu uma proposta de formação de um sujeito

¹⁰ Teologia da libertação, segundo Neto (2012), foi um dos movimentos que buscou aproximar a fé religiosa, o socialismo e os movimentos sociais.

¹¹ Respectivamente, Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna, Serviço Nacional de Informações, Centro de Informações do Exterior, Centro de Informações da Marinha, Centro de Informações da Aeronáutica e, por último, o Departamento de Ordem Política e Social.

construído coletivamente, com objetivos definidos e com uma visão clara dos oponentes sociais às suas reivindicações e luta. Com isso, instituiu-se de modo a deixar claro que:

Um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso. (MCADAM et al., 2009, p. 21).

A partir de então, o movimento passou a atuar e se organizar em número cada vez maior de cidades e estados. Em 1985 ocorreu o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Sem Terra, em que alguns dos principais pontos da agenda de reivindicações do MST foram estabelecidos. Com isto podemos ver que:

No primeiro período de sua história, o MST organizou-se em estados da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O primeiro Congresso do MST, realizado em janeiro de 1985, reuniu trabalhadores de todas as regiões do Brasil. Iniciava-se assim o processo de territorialização do MST pelo Brasil. Desde então o Movimento começou a se organizar nas regiões Nordeste e Amazônia. Nesse período, o MST organizou-se em 12 estados. (FERNANDES, 1998, p. 27-28).

No primeiro Congresso do MST foram colocadas as bases de sua agenda de reivindicação, salientando que “*lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e por mudanças sociais no país*”¹² (MST, 2010, p. 9) norteariam suas ações e objetivos. Além disso, o MST construiu uma pauta mais ampla de conquistas a serem alcançadas, delimitando, entre outras coisas, uma concepção de organização e formação política dos trabalhadores rurais. Neste sentido, os sete pontos instituídos estabeleceram a necessidade de:

1. Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; 2. *Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados*; 3. Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária; 4. Organizar os trabalhadores rurais na base; 5. *Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político*; 6. Dedicar-se à *formação de lideranças* e construir uma direção política dos trabalhadores; 7. *Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina*¹³ (FERNANDES, 1994, p. 70).

¹² Grifo nosso.

¹³ Idem.

Assim a formação do MST consolidou não apenas uma agenda política, mas, também, o fortalecimento de uma identidade enquanto movimento social de luta pela socialização da propriedade da terra, que se originou do diálogo e da luta de movimentos menores e anteriores a sua formação (FERNANDES, 1994). Além disto, legitimou-se de forma que sua atuação e organização logo ocorreram em outros estados do Brasil. Segundo Comparato (2001, p. 105), o MST já concretizou manifestações em duas capitais simultaneamente e, estando presente em quase todos os estados da federação, tornou-se um movimento de força reconhecidamente expressiva.

Quando o MST ganhou representatividade nacional, sua organização foi constituída por meio da criação de instâncias deliberativas e dependentes: Coordenação Nacional, Direção Nacional, Direção Estadual, Coordenações Regionais e Coordenações dos Assentamentos e Acampamentos (FERNANDES, 1994). Teoricamente, acima do camponês, toda proposta de organização deve ser, necessariamente, constituída coletivamente.

Conforme Alentejano (2011), o MST está presente no Rio de Janeiro desde finais da década de 1980. Estruturou uma direção em âmbito estadual que procurou construir a organização em várias cidades e regiões do Estado, buscando continuidade do processo de conquista do acesso à terra a agricultores sem terra ou com pouca terra (a ponto de não ser possível a produção da própria existência). Apesar deste processo não ter sido contínuo por conta de especificidades regionais da questão agrária no Rio de Janeiro, o movimento apresentou-se como fator decisivo na constituição de maior número de assentamentos no estado (ALENTEJANO, 2011).

3.2 – A luta pela terra no Rio de Janeiro: um breve histórico

No século XX, os conflitos por terra no Rio de Janeiro tiveram suas motivações iniciais na decadência da economia cafeeira, mais precisamente do Vale do Paraíba. Com a constituição de uma frente agrícola hegemônica estabelecida por São Paulo, a economia fluminense passou por um processo de diversificação agrícola. Na definição de Pedroza (2010, p. 105-106) “entre fins do século XIX e início do século XX, a Baixada Fluminense passou a ser vista como área abandonada e decadente”, uma vez que “a *plantation*¹⁴ abandonou a região”.

¹⁴ Palavra utilizada comumente entre os ingleses, a partir do século XVI, associada à ideia de colonização e propriedade agrícola. Assim, tornou-se comum, entre os ingleses, chamar toda atividade agrícola de grande

Assim, a condição decadente em que se encontravam as grandes propriedades da região antes ocupadas pela economia cafeeira possibilitou que seus proprietários estabelecessem novos usos e relações, por exemplo, o estabelecimento de foros, desmembramentos e posses. Segundo Pedroza (2010, p. 106), “novos ocupantes” chegaram ao Rio de Janeiro no período de 1920-1950, atraídos pelas oportunidades de terem acesso à terra, melhores condições de trabalho e moradia.

Apesar da superação pela economia paulista, Grynszpan (2009) adverte que se deve olhar para a diversificação de oportunidades que a mudança agrícola fluminense causou, contribuindo para a melhoria de condições de frações anteriormente excluídas; ou seja, mesmo em um quadro de decadência econômica, as terras antes ocupadas pelo café passaram a ser ocupadas por um número maior de pessoas e com maior variedade agrícola.

Em 1938, no Rio de Janeiro, foi a vez de a Baixada Fluminense receber as mudanças envolvendo terra no estado. Isto por conta de um projeto de saneamento e drenagem com vistas a “viabilizar o surgimento de um cinturão verde para abastecer a cidade do Rio de Janeiro” (ALENTEJANO, 2011, p. 21). De acordo com Pedroza (2010, p. 107), estas obras também buscaram proporcionar melhores índices de salubridade na região, além de “fomentar a colonização”. Com isso:

A maior parte dos grandes proprietários de terras e grileiros do local optou pela erradicação dos laranjais ali existentes, expulsão dos lavradores e sua substituição por loteamentos urbanos ou, nas áreas mais distantes, pelo gado, tradicional forma de mascarar a ação especulativa, aguardando os efeitos valorizadores da expansão urbana (ALENTEJANO, 2011, p. 21).

Como resultado, o efeito destas ações influiu pouco sobre a agricultura, mas desencadearam um processo de valorização de terras no entorno da cidade que culminou com vários conflitos. Os sujeitos envolvidos nestas disputas foram os já citados posseiros, foreiros e arrendatários, e envolveu especuladores que, segundo Pedroza (2010, p. 107) “podiam ser bancos, empresas imobiliárias, famílias e até órgãos públicos”.

Em síntese, conforme Alentejano (2011) e Pedroza (2010), constituiu-se assim, de 1920 a 1950, um cenário de disputas por terras no Rio de Janeiro, ou seja, um processo de

escala no novo mundo de “plantation”. Já que quase todas aquelas fazendas dependiam do trabalho forçado, a palavra *plantation* acabou sendo aplicada para significar a grande propriedade trabalhada por escravos nas Américas. Ver WELCH, Cliff (2005).

decadência das atividades agrícolas, seguido pelo acesso destas terras por populações antes excluídas por meio de novos pactos econômicos e sociais e, por último, a retomada por parte de especuladores e proprietários, por conta de um conjunto de investimentos públicos que ocasionaram a valorização e os consequentes conflitos.

Um fator que agravou a situação dos trabalhadores rurais nas citadas áreas com influência da especulação imobiliária foi o crescimento populacional iniciado a partir de 1950. Segundo Alentejano (2011, p. 22), entre 1950 e 1970 a Baixada Fluminense teve um crescimento populacional de 340%, enquanto que a cidade do Rio de Janeiro cresceu 80%. Este fator, além de ter aumentado o índice de pessoas buscando acesso à terra, marcou a história de luta fundiária fluminense com um traço “urbano” (ALENTEJANO, 2005; ERNANDEZ, 2010). Nestes termos:

O contexto fundiário historicamente construído era de proprietários ausentes, novos grileiros, limites imprecisos entre terras públicas e privadas, colonos instalados há mais tempo para produção de alimentos. Mas, com a retomada do interesse econômico, os proprietários se fizeram mais presentes, exigindo foros mais altos, proibindo cultivos permanentes, ou simplesmente requerendo a terra de volta, já que a primeira providência dos especuladores era desocupar o imóvel, o tornando livre para suas transações comerciais (PEDROZA, 2010, p. 107).

Neste contexto de conflito fundiário, as formas de luta mais usadas pelos da Baixada Fluminense foram a resistência aos despejos, manifestações públicas, delegações para negociações, passeatas e ocupações. Conforme Alentejano (2011, p. 24), as ocupações começaram a ocorrer por meio de conquistas cotidianas pela permanência na terra, uma vez que começaram a atrair cada vez mais pessoas que viram a possibilidade de conseguir uma porção de terra.

Segundo Alentejano (2011, p. 26), estas lutas tiveram como resultado “uma série de desapropriações” que, entre 1950-1960, totalizaram 20. No Rio de Janeiro, a visibilidade dos conflitos fundiários levou o governo estadual a criar o chamado “Plano de Ação Agrária”, com vistas a mediar as conflituosas relações entre os atores envolvidos que ganhavam cada vez mais visibilidade. Além disto, jornalistas, advogados e profissionais liberais também passaram a apoiar a luta dos “lavradores-depois-posseiros fluminenses” (PEDROZA, 2010, p. 108).

O reconhecimento da existência da “questão agrária” no Rio de Janeiro foi, até a instituição do regime militar (em março de 1964), o mais evidente em todo o país no período. Assim, em relação às intervenções do Governo Estadual, afirma Alentejano (2011, p. 26), que foram “(...) mais de 50% das realizadas pelo Governo Federal no país todo, o que demonstra o grau de radicalização do conflito pela terra no Rio de Janeiro na época, embora o estado já fosse fortemente urbanizado”. No entanto, com o golpe militar em março de 1964 a questão agrária ganhou outros contornos.

Um dos fatores que marcou os conflitos pela terra no Rio de Janeiro foi a devolução de parte de terras que haviam sido conquistadas pela via jurídica por posseiros. De acordo com Alentejano (2011, p. 26) “(...) áreas desapropriadas começaram a ser devolvidas aos antigos donos ou aos grileiros que alegavam o direito à propriedade destas”. Assim, os processos de retomada de áreas desapropriadas tiveram como fundamentação jurídica a chamada “vocação urbana”, ou seja, foram concebidas como impróprias para atividades agrícolas pelo simples fato de existirem áreas limítrofes ao meio urbano.

Foi com o discurso de que as terras estavam em perímetro urbano e, por isso, não se fazia relevante desapropriação para posseiros e pequenos agricultores, que os magistrados fluminenses acataram os processos de retomada de posse. Com isso, além de deixarem mais evidente o caráter urbano da questão agrária no Rio de Janeiro (Baixada Fluminense), “tal política desenvolvida pelos governos militares favoreceu o processo de especulação imobiliária que se intensificou na região” (GRYNSZPAN, 2009).

Nas décadas seguintes os conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro continuaram apresentando traços urbanos. Assim, na década de 1970 houve uma mudança geográfica das disputas por terra no estado que, silenciados na Baixada Fluminense, ganharam notoriedade nas regiões da Baía de Ilha Grande e Baixadas Litorâneas (ALENTEJANO, 2011, p.27).

Na primeira, a questão principal foi o início das obras da rodovia Rio-Santos que, cortando os municípios de Parati e Angra dos Reis, fez com que estas áreas anteriormente isoladas se transformassem em receptoras de projetos industriais e turísticos. Com isso, populações que anteriormente viviam quase isoladas passaram a se deparar com atividades de especulação.

A população rural residente na área até então era composta basicamente de indígenas, caiçaras, remanescentes de quilombos e de fazendas escravistas cujos donos deixaram as terras para os antigos escravos. Constituíam assim grupos sociais com mínima articulação política, acesso extremamente restrito aos mecanismos jurídico-legais e precária formação educacional, tornando-se presas fáceis do processo de falsificação de documentos, base de conflitos que resultaram na expulsão de boa parte desses segmentos das terras da região (ALENTEJANO, 2011, p. 28).

Na segunda, região da Baixada Litorânea, os conflitos giraram em torno do avanço do turismo e de um processo de valorização de terras por conta da crescente procura de turistas pela região, geograficamente, caracterizada pelo clima de sol, belezas naturais e baixo índice pluviométrico. Segundo Alentejano (2005), esta região assistiu a conflitos entre grileiros de um lado e pequenos proprietários e posseiros de outro. Alentejano (2011, p. 29), ainda afirma que a região, por conta das citadas características naturais, passou “a ser alvo privilegiado de empresas imobiliárias e de construção civil, interessadas em expandir as áreas de veraneio para as classes média e alta da capital”.

Na década de 1980, também chamada de década perdida por conta da forte crise econômica (MATTOS, 2002), os conflitos voltaram a manifestar maior intensidade na Baixada Fluminense. Desta vez as motivações foram os milhares de trabalhadores desempregados e subempregados que habitavam os bairros pobres e a periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro. Conforme Alentejano (2011, p. 30), estas pessoas “(...) sem alternativas diante da profunda crise socioeconômica do início da década de 1980, realizam uma série de ocupações de terra na região”.

Uma característica importante desta reincidência da Baixada Fluminense no cenário de conflitos fundiários é que algumas áreas que já haviam sido motivo de disputas nas décadas de 1950-1960 voltaram a ser ocupadas nos anos de 1980. Porém, de acordo com Alentejano (2011, p. 30), o contexto não é mais o de resistência, e sim, de crise econômica em que trabalhadores viram o acesso à terra como uma forma de amenizar os efeitos por ela causada.

Nos anos 1990, as tensões deslocaram-se para as regiões do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas que passam a figurar com a maior parte dos conflitos. Segundo Alentejano (2011), foi a partir de dois importantes fatores que estas regiões, em maior intensidade a do Norte Fluminense, passaram a capitanear os conflitos. Primeiro, o retorno do MST ao Rio de Janeiro depois de não ter encontrado condições favoráveis à sua consolidação

no estado nos anos 1980. O segundo, a mudança de tática da FETAG-RJ¹⁵, que passou a realizar ocupações e fazer-se presente também em cidades do interior.

O Norte Fluminense ainda se mantém como principal polo de conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro, apresentando também a mais intensa atuação do MST. Assim, de acordo com Alentejano (2011, p. 32), é a “(...) região que concentra os maiores latifúndios e a maior parte dos trabalhadores rurais do estado”, além de ser o “palco de conflitos”. No entanto, até chegar a atuar em uma região com predominância rural (o que não é característica geral da organização espacial e da população do estado), o MST passou por muitas dificuldades. Estas dificuldades remontam as suas primeiras tentativas de inserção no Rio de Janeiro e que foram frustradas pelas peculiaridades culturais dos conflitos fundiários no estado.

Em sentido amplo podemos afirmar que a inserção do MST no Rio de Janeiro enfrentou resistências e, por isso, necessitou reorientar sua atuação para as especificidades culturais do campesinato fluminense. Este ajuste contou principalmente com a singularidade de levar uma organização de luta pela terra a uma realidade cultural muito influenciada pelo urbano.

3.3 – A formação do MST – Rio

Em meados da década de 1980, assim que se consolidou o MST no Sul do Brasil, as lideranças do MST buscaram integrar as disputas fundiárias na Baixada Fluminense com o objetivo de estruturar sua expansão pelo território nacional; o que realmente ocorreu muito rapidamente, segundo Comparato (2001). No entanto, estas lideranças tiveram muitas dificuldades em desenvolver bases organizativas no Rio de Janeiro, principalmente por conta da característica urbana de seus conflitos (ALENTEJANO, 2011; SIGAUD et al., 2010; GRZYNSZPAN, 2009).

O fato de o Rio apresentar uma população rural de aproximadamente 4% (ALENTEJANO, 2011, p. 35), só confirmou o que esse autor refletiu: “(...) a visão negativa construída por estudiosos, mediadores, militantes, técnicos, e sindicalistas rurais acerca dos assentamentos da região metropolitana”, ou seja, uma conformação social agrária marcada fortemente por vivências e práticas urbanas. Neste sentido, Alentejano (2011) afirma que o

¹⁵ Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG, organizada também em vários estados do Brasil.

MST encontrou-se fora de sua “base original”, ou seja, “os pequenos produtores empobrecidos ou expropriados”.

A influência urbana atribuiu qualidade à população do entorno metropolitano do Rio de Janeiro na década de 1980, com uma população pauperizada, subempregada ou desempregada, vivendo uma conjuntura econômica de crise (GRYNSZPAN, 2009). Assim, foi um dos agravantes o fato de uma fração desta população não ter estado ligada diretamente à terra, com um passado rural que pudesse recepcionar as concepções do MST naquele momento.

Além da influência do urbano, o Rio de Janeiro vem apresentando, conforme Alentejano (2011, p. 36), um processo de “desagriculturalização” em que, ao analisar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao Censo Agropecuário de 1970-2006, evidenciou o declínio das atividades econômicas deste meio. Com isso, tanto o número de estabelecimentos rurais quanto de pessoal ocupado (para citar duas das variáveis) não apresentaram crescimento. Em 1970 havia 77.428 estabelecimentos rurais e um número de 245.649 em pessoal ocupado. Em 2006, esses números caíram para 58.887 e 157.492, respectivamente.

Dadas tais condições, o MST voltou a buscar seu espaço no cenário fundiário fluminense somente em meados da década de 1990. No entanto, a estratégia do MST foi de “interiorização” da luta pela terra (ALENTEJANO, 2011). Neste sentido, começou a atuar marginalmente na zona canavieira, com o objetivo de consolidar na região seu polo de atuação, mesmo margeando o centro sucroalcooleiro e buscando bases seguras para sua inserção. Nesse sentido, conforme Alentejano (2011, p. 36),

Trata-se neste caso, em geral, de trabalhadores que moram em favelas e têm como única experiência agrícola o trabalho no corte da cana, ou de antigos operários de usinas que veem seu mercado de trabalho reduzir-se cada vez mais em função das sucessivas falências e que buscam na obtenção de terra uma alternativa de sobrevivência, ou ainda de trabalhadores urbanos crescentemente excluídos pelo processo de modernização em curso nas atividades urbanas.

Assim, com este processo de mobilização, o MST impulsionou a reforma agrária no estado do Rio de Janeiro (ALENTEJANO, 2011). Além disso, fez da região Norte Fluminense o principal palco de conflitos por terra no estado e, conseqüentemente, sua principal região de atuação no estado do Rio de Janeiro.

Sua inserção se fez em um quadro de particularidades no que se refere ao processo de desenvolvimento histórico-econômico da citada região Norte Fluminense onde, além de apresentar um alto nível de concentração fundiária (SOUZA et al., 2007), contou com uma conjuntura de transição econômica e política que se caracterizou pelo não intervencionismo e/ou mediação financeira por parte do Estado (LEWIN et al., 2005). Com isso a região passou por um processo de esgotamento de recursos e investimentos por parte do setor privado e, principalmente, do poder público por meio de incentivos históricos com linhas de crédito para economia açucareira regional.

Para não deixar que a análise aponte elementos estritamente estruturais a respeito do início de um movimento por reforma agrária na região, vale ressaltar que este momento foi fruto de articulações intensas e nem sempre retilíneas do MST, dos trabalhadores rurais marginalizados na região e adjacências, além de moradores e trabalhadores urbanos. Deste conjunto, como bem salientou Melucci (1989), o “objetivo dos movimentos sociais” pode ser entendido através de uma análise que, além de considerar os fatores estruturais, considere também o caráter reflexivo destas ações por meio do reconhecimento mútuo da necessidade de organização para mudança de determinada realidade.

Assim os fatores acima citados contribuíram para a fixação do MST no Rio de Janeiro. Contudo, com mudanças e ajustes estratégicos para a obtenção do razoável nível de êxito, que pode muito bem ser expresso pelo número de ações desencadeadas pelo MST no estado e, principalmente, na região Norte Fluminense (PEDLOWSKI, 2011).

Este número de ações organizadas, quando comparadas com a fração da população residente no campo e, principalmente no estado do Rio de Janeiro (4 %), segundo Alentejano (2011), nos conduz a redimensionar as potencialidades deste movimento. Isto, em especial, por conta dos gastos de energia que o movimento passa a enfrentar a cada ano para mobilizar, tanto com ações quanto ideologicamente, um continente populacional cada dia mais urbano.

Para autores como Olson (2011) e Putnam (1997), além destes fatores, vale ressaltar os custos de manutenção desta mobilização que, conforme o “cálculo olsoniano”, a população mobilizada tende a valorizar mais as linhas instrumentais de ação, em oposição às ideológicas e/ou de valores. Segundo Azevedo e Prates (1995), pela característica da dinâmica dos movimentos sociais, que possuem de forma inerente interesses que se manifestam em ações tanto instrumentais quanto a valores, é esperado que parte significativa dos envolvidos diminua seu investimento e contribuição após a conquista de algum ganho esperado. No caso

do MST e dos assentamentos rurais, essa característica se materializa no número desproporcional de lideranças e articulações em relação ao montante de “beneficiados”¹⁶.

Os movimentos de luta pela reforma agrária do Rio de Janeiro tiveram grande influência do meio urbano, justamente pelo fato de que os conflitos envolvendo terra estavam nas localidades limítrofes ao perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro (PEDROZA, 2010). Isso não refletiu a realidade de todo o estado. Como o próprio Grynszpan (2011), na década de 1960, apesar de aglutinar a grande maioria dos litígios envolvendo terra, houve um conflito na cidade de Campos dos Goytacazes, na região (Imbé) totalmente rural.

Na região Norte Fluminense, o MST encontrou uma conjuntura político-econômica de desmantelamento da atividade sucroalcooleira. Com isso, o Estado deixou de intervir e, conseqüentemente, financiar o setor privado do empresariado. Nestas condições, chagava-se ao fim de décadas de empréstimos e subsídios para o setor que viu durante décadas no estado, uma fonte alternativa para as dificuldades do setor. Neste processo de transição econômica, o MST abriu caminho para suas mobilizações, entre estas, a que originou o Assentamento Zumbi dos Palmares.

¹⁶ Não fazendo deste termo uma forma de diminuir a contribuição e investimento individual. Antes, salientando que a maior parte dos assentados, ao menos no PA Zumbi dos Palmares, não contribuíram de forma concreta para novas ocupações e beneficiamento de outros acampados após terem conquistado o lote.

CAPÍTULO 4 – LUTA PELA TERRA NO NORTE FLUMINENSE E A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES



4.1 – A atividade canaveira em Campos dos Goytacazes

A história econômica do Norte Fluminense está intimamente associada ao cultivo e beneficiamento da cana, que tem sua cidade polo – Campos dos Goytacazes – como protagonista desta atividade que extrapolou os limites regionais. Esta ligação é tão tênue que Lewin et al. (2005, p. 65) chegam a afirmar que “a história do município de Campos dos Goytacazes (...), certamente confunde-se com a história do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil e principalmente no Rio de Janeiro”. Esta atividade econômica desenvolvida em Campos dos Goytacazes está entre as mais antigas do Brasil (NEVES, 1997, p. 16), mantendo-se relevante, para atualidade da cidade e região, seus desdobramentos socioeconômicos.

O século XVII foi o período em que ocorreu a transição da preponderância econômica da pecuária para a atividade canaveira e a fabricação de açúcar. Segundo Lewin et al. (2005), a região era grande fornecedora de carne para o Rio de Janeiro. Contudo, a atividade açucareira estabeleceu-se com grande força tornando-se parte indissociável da história tanto regional (Norte Fluminense), quanto de Campos dos Goytacazes.

Na virada do século XIX, notava-se um número crescente de engenhos de cana-de-açúcar na região. Surgem neste período os Engenhos a tração, os Engenhos a vapor assim como os Engenhos centrais, seguido pelo surgimento das primeiras usinas de açúcar. Foi no século XIX que a cidade de Campos conheceu o Senhor de Engenho que era dono de escravos. É ainda neste período que surgem os proprietários de Engenhos a vapor, donos de títulos nobiliárquicos e as companhias proprietárias dos Engenhos Centrais. Surge também um dos atores que iria dominar a cena na cidade, os usineiros que não eram apenas proprietários de escravos, mas de grandes extensões de terra e de fábricas (usinas) capazes de proporcionar uma alta produção se comparada com as anteriores (LEWIN et al., 2005, p. 66-67).

Na virada do século XIX para o XX, a atividade açucareira em Campos continuou crescendo; mesmo que parte considerável das usinas tivesse falido, outras surgiram e mantiveram aproximado o número de estabelecimentos em atividade. No período entre 1914 e 1919, com as dificuldades de produção e comercialização dos países envolvidos na I Guerra Mundial, o açúcar chegou a ser considerado um “produto de guerra”. Este período foi tão estimulante para o setor que a cidade chegou a importar animais e cereais, devido ao emprego de maior parte das terras para a produção de açúcar (LEWIN et al., 2005, p. 67).

Este impulso da atividade açucareira conduziu Campos ao *status* de segundo maior produtor de açúcar do Brasil, perdendo apenas para Pernambuco no fim da década de 1920. No ano de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, este setor passou por mais um impulso. Segundo Lewin et al. (2005) e Fausto, (2002), a política getulista buscou logo minar o poder político ruralista. Para tanto, reformulou o aparato estatal tendo como uma de suas principais características a atuação de caráter “interventor”. Assim, ele

(...) atuava com intenções “disciplinadoras” visando tirar das mãos dos produtores de café todo o poder político-econômico nacional através da regulamentação e da criação de diversos órgãos que viriam a regular as produções agrícolas como o Instituto Brasileiro do Café (IBC), Instituto do Cacau da Bahia, entre outros. O Estado passa a intervir também na economia açucareira, como agente mediador e orientador visando estimular a instalação e a expansão das usinas em todo o país assim como a expansão do mercado interno do álcool (LEWIN et al., 2005, p. 68).

Além disso, em 1931 foi decretada a obrigatoriedade da aquisição de pelo menos 5% da produção de álcool pelos importadores de gasolina, e a criação de uma estrutura de orientação para a manutenção do equilíbrio da atividade açucareira no Brasil. Esta burocracia se organizou na Comissão de Defesa da Produção Açucareira (CDPA).

Apesar de todo esforço para minar as potencialidades políticas e econômicas dos ruralistas ligados à cafeicultura, com a criação da burocracia interventora e da busca do esvaziamento de sua preponderância na direção política do Brasil, foi importante, conforme (LEWIN et al., 2005), a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933. Isto por ter refletido no setor sucroalcooleiro em âmbito nacional, mas, principalmente, em Campos dos Goytacazes.

De acordo com Lewin et al. (2005, p. 69), como foi feito com o café, o governo Getúlio criou o IAA com intuito de, além de estabelecer os preços mínimos e máximos do açúcar, também orientar e subsidiar a atividade sucroalcooleira por meio da “(...) fixação dos limites da produção de cada unidade industrial, aprovação dos excessos para fabricação do álcool, auxílio às usinas de moagem [e oferta de] crédito especial para usineiros”. Estes fatores fortaleceram o setor em Campos dos Goytacazes. Neste sentido, o Instituto teve algumas fases de atuação importantes, em que

A atuação do IAA pode ser dividida em algumas etapas assim periodicizadas: nas três primeiras décadas dedicou-se à implantação dos Planos Anuais de Defesa de Safra que, desde 1939, tiveram como objeto inicial somente o açúcar. De 1944 em diante, dedicaram-se à produção de álcool e entre 1952 e 1959, incluíram também a aguardente e, finalmente, a partir de 1974, seriam objetos o álcool e o açúcar e suas matérias-primas (LEWIN, 2005, p. 69).

Em Campos dos Goytacazes, a Usina São João, cujas terras protagonizaram a luta pela terra em 1997, foi uma das usinas que mais se beneficiou dos programas de incentivo desenvolvidos pelo IAA, conforme Lewin et al. (2005). Além disso, afirma a autora, que os benefícios refletiram muitas vezes de forma conflituosa, uma vez que a expansão despertou o interesse dos usineiros em ampliar suas terras para satisfazer o mercado e lucrar com o barateamento da matéria-prima (em que os pequenos proprietários tiveram papel importante no fornecimento de cana para as usinas).

4.1.1 – Instituições, cooperativas e a crise do setor canavieiro em Campos dos Goytacazes

A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (1933) foi um fator desencadeador de conflitos entre usineiros e plantadores (fornecedores de cana) em Campos dos Goytacazes. No

entanto, afirma Lewin et al. (2005, p. 70) que o instituto não interveio diretamente em tais animosidades pelo fato de sua função estar intimamente relacionada à regência do preço do açúcar, e não da matéria-prima (cana).

No entanto, a continuidade da relação conflituosa levou o IAA a enviar um superintendente para realizar um estudo na região com objetivo de propor soluções para as partes conflitantes. Entre as propostas estavam o armazenamento dos excedentes e o lançamento gradativo do açúcar no mercado. Mas, segundo Lewin et al. (2005, p. 71), os impasses foram amenizados somente em 1941, quando “foi criado o Estatuto da Lavoura Canavieira que estabelecia regras e regulava as transações entre usineiros e fornecedores de cana”.

A criação do Estatuto possibilitou que o Sindicato Agrícola de Campos se tornasse, em 1948, a Associação Fluminense dos Plantadores de Cana (Asflucan). Em mesma data, o Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo onde, de acordo com Lewin et al. (2005, p. 73), “(...) organizou-se como Cooperativa de Produtores de Álcool e Açúcar Fluminense (Cooperflu)”, sendo esta última responsável por intermediar muitas transações financeiras e comerciais para o setor.

A partir da atuação da Cooperflu, as usinas campistas poderiam requisitar financiamentos através de pedidos individuais diretamente ao IAA, mas também se associar a Cooperflu e através dela requisitar novos empréstimos ao IAA, bancos públicos e privados. As usinas associadas ficavam, deste modo, subordinadas à cooperativa na comercialização de sua produção. Certamente, diante de todas estas facilidades as usinas de cana viviam um período de grandes ofertas de capitais e facilidades para obtenção de empréstimos que conseqüentemente muitos benefícios somados a algumas dívidas a pagar para bancos privados, e principalmente, para o IAA (LEWIN et al., 2005, p. 73).

Com propósito de maximizar as potencialidades do setor, também foi criada a Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana (Cooperplan) que, em Campos, passou a realizar atividades em convênios com várias instituições presentes na cidade, entre elas, a Escola Técnica de Campos, Emater-Rio, Conselho Nacional do Álcool (CNA). Este último, segundo Neves (1997), por meio do reconhecimento, em 1981, da aquisição do Engenho Central Grumarim para fabricação de aguardente e, posteriormente, destilaria de álcool.

Apesar da existência destas cooperativas com intuito de viabilizar a atividade econômica açucareira da região e de suas potencialidades econômicas, o que acabou

ocorrendo foi que os cooperados passaram a usufruir de forma desmedida de empréstimos. Conforme Neves (1997) e Lewin et al. (2005), este foi um fator importante no desencadeamento de um montante de dívidas que chegou ao ponto de ser insuportável.

Outro fator foi que as usinas passaram a realizar acúmulo de administrações. Segundo Lewin et al. (2005), eram realizadas compras de usinas menores com intuito de aumentar a produção, no entanto, estas aquisições levavam em consideração as dívidas da indústria adquirida. Com isso, conforme as aquisições tornaram-se mais frequentes, foram ficando maiores os déficits das usinas devedoras. Foi o que chamou de “múltiplo endividamento”. Em síntese, pode-se se dizer que:

Nesta época, as usinas entraram em um processo de crescente endividamento devido aos empréstimos feitos para realização de grandes reformas a partir do início dos anos 70, aos maus resultados operacionais em função do descompasso entre a capacidade de moagem das usinas superdimensionadas e a oferta de cana disponível, à queda dos preços do açúcar, ao precário sistema administrativo em nível gerencial das usinas, à falta de apoio à etapa estratégica de reestruturação do setor na época e à imediata e ampla aplicação do processo de irrigação nas lavouras de cana (NETO, 2006, p. 238).

Somados a este cenário de endividamentos, conforme Neto (2006), ainda está a questão da desvalorização do cruzeiro frente ao dólar. Com isso, as perspectivas de investimentos, captação de recursos e pagamento de dívidas ficaram mais difíceis para o setor que viu a atividade sucroalcooleira definhando com o fechamento de maior parte de suas usinas.

No início da década de 1990, na chamada “era Collor”, a política econômica dos brasileiros sofreu uma virada com a hegemonia dos ideais neoliberais. Com ela foram reelaboradas as ações do governo em relação a sua participação nos gastos públicos, o que incluiu, além de gastos com saúde, educação, saneamento, entre outros, um recuo com os programas de assistência de crédito para o setor industrial. Segundo Lewin et al. (2005), o Estado deixou de intervir como anteriormente na economia do país.

O problema é que com a extinção de alguns órgãos públicos muitos projetos de relevante importância para o país deixaram de ser executados. O setor canavieiro enfraqueceu-se na medida em que o órgão público que mais incentivava o setor havia sido extinto, o IAA. No caso da região de Campos, podemos notar que o declínio da produção açucareira coincide com a extinção do IAA. De fato, o Instituto foi uma das principais bases de sustentação econômica da região que vinha sofrendo graves e sucessivas crises devido às baixas do preço do açúcar (LEWIN et al., 2005, p. 89).

Mattos (2002) ainda destaca que houve uma forte “internacionalização da economia”, na qual os industriais brasileiros passaram a ter que disputar de forma direta com as economias estrangeiras historicamente mais bem estruturadas. Assim, esta conjuntura econômica desfavorável mostrou-se presente também para economias regionais como a sucroalcooleira. Isto, pela dependência por décadas do estado para suporte de suas dívidas e financiamentos de benfeitorias e projetos de ampliação (LEWIN et al., 2005; ALENTEJANO, 2011; NETO, 2006).

4.2 – O MST e a reforma agrária no Norte Fluminense: o caso de Campos dos Goytacazes

No contexto de crise do setor sucroalcooleiro que o MST buscou realocar suas atividades no Rio de Janeiro. Neste sentido, o MST realizou o que Alentejano (2011) chamou de “interiorização”. Isto por conta de ter tido frustradas suas tentativas de organização de conflitos na Baixada Fluminense em meados da década de 1980. Para Alentejano (2011), nesta segunda tentativa de inserção no cenário de conflito fundiário fluminense, suas atividades começaram inicialmente pela “periferia da região canavieira”, atingindo primeiro os municípios limítrofes a Campos dos Goytacazes (Conceição de Macabu e Macaé).

O Norte Fluminense experimentou uma situação de reforma agrária anterior à década de 1990, mais precisamente na região do Imbé no período pré-64, em Campos dos Goytacazes. As disputas ocorridas entre posseiros e proprietários da região levaram a constituição do Assentamento Novo Horizonte. No entanto, desde então a citada região não havia vivenciado experiências semelhantes. Lutas com tais propósitos ressurgiram aproximadamente quatro décadas depois, mais precisamente em 1997, com as ocupações em Macaé e Conceição de Macabu.

Outro indicativo da dificuldade da luta pela terra adentrar o coração da região canavieira e do MST nela se estabelecer está no fato de que o primeiro assentamento rural aí criado (...) só ocorreu em 1997. Os trabalhadores que ocuparam a Fazenda Santa Rita e Severina em Macaé foram transferidos para o Assentamento Cambucaes no Município de Silva Jardim, na Região das Baixadas Litorâneas, e só em 1997 a Fazenda Capelinha, em Conceição de Macabu, pertencente a uma usina falida, foi desapropriada, sob pressão dos trabalhadores organizados pelo MST (ALENTEJANO, 2011, p. 34).

Segundo Soares (2013), atualmente a região do Norte Fluminense possui 11 assentamentos sendo o Assentamento Zumbi dos Palmares o maior. Esta região tornou-se assim a principal em termos de atuação do MST no Rio de Janeiro. Alentejano (2011, p. 33) afirma que “das 27 ocupações feitas no Norte Fluminense em terras de usinas, das quais 21 realizadas pelo MST (77,8% do total), treze áreas foram conquistadas (48,1%) e outras seis (...)” continuavam ocupadas. O autor segue afirmando que nos demais oito casos (29,6%) as usinas conseguiram a reintegração de posse e a paralisação dos processos de desapropriação. Além disso, Alentejano (2011) salientou que 18 das citadas ocupações ocorreram em Campos dos Goytacazes, sendo assim, o município com maior número de ações organizadas pelo Movimento.

Estes dados mostram a principal área de atuação do MST no Norte Fluminense e, mais que isso, o espaço agrário canavieiro no estado como centro de disputas pela reforma agrária. O espaço historicamente dominado pela elite agrária local que, nos anos de 1950-1960, quando a Baixada Fluminense estava vivenciando intensas disputas pela terra, Campos registrou apenas um conflito (GRYNSZPAN, 2009). Mesmo assim, até a memória de seu principal líder, José Pureza, foi apagada pela conjuntura ditatorial (ERNANDEZ, 2010). Mas a recente história da região tem mostrado que a luta pela terra vêm angariando conquistas materializadas no número de assentamentos.

Em Campos dos Goytacazes, o MST chegou para organizar uma ocupação pela primeira vez em 1996 (articulação). A situação da usina diante de seus funcionários e do governo era, segundo Lewin et al. (2005, p. 86), de endividamento e atraso de salários sucessivos, em que as comercializações das safras não cobriam as dívidas e, com isso, o faturamento estava preso a uma lógica decrescente. A usina São João chegou a abrir falência em 1996, mas continuou funcionando de forma precária. Em 1997, não possuindo mais qualquer condição de continuidade de suas atividades, a usina deixou de funcionar definitivamente e, com ela, uma quantidade de trabalhadores rurais ficaram desempregados.

Este montante de pessoas, com direitos trabalhistas a receber, e uma conjuntura de desgaste do setor, ofereceram os elementos para atuação do MST. O movimento começou sua mobilização em 1996. Assim, o número de famílias (aproximado de 700) foi mobilizado para iniciar o processo de ocupação e pressão sobre o INCRA para reforma agrária nas terras da usina São João.

4.3 – A formação do Assentamento Zumbi dos Palmares

Quando falamos de “formação” de um assentamento, vale ressaltar que ela não acontece com a simples reunião de pessoas para habitar os lotes. Antes, constitui-se em um processo que em muitos casos pode demorar anos. Processo este que pode envolver luta simbólica por meio dos acampamentos (SIGAUD, 2004), conflitos diretos, muitas vezes, fisicamente violentos (GRYNSZPAN, 2009), entre outros elementos constituintes. Além disso, os conflitos internos por meio de disputas organizativas e de concepções que muitas vezes não são confluentes.

Um primeiro ponto a ser considerado a respeito disso, em relação ao Zumbi dos Palmares, é a origem diversa de seus integrantes (ALENTEJANO, 2005; 2011). Conforme Zinga (2004), alguns vieram de outras ocupações em cidades vizinhas, como Macaé. Outros eram moradores da periferia da cidade e foram acionados pelo trabalho de base do MST via associação de moradores, para integrarem o processo de ocupação. Além destes, existem os trabalhadores rurais que eram empregados no campo e que viram a oportunidade de possuir o próprio pedaço de terra para trabalhar e sobreviver. Alguns destes estavam associados a sindicatos rurais, como foi o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana, que contribuiu para a articulação da ocupação (PEDLOWSKI, 2011).

Neste sentido, antes de falar de formação vale falar de encontros, de projetos de vida distintos que confluíram em uma primeira vontade que, neste caso, foi a oportunidade de ter acesso à terra e de viver nela. A “formação” do Assentamento passou pela ajuda mútua, pelo direcionamento planejado de vontades, ou seja, pela conscientização de que a condição em que estas pessoas estavam as tornou “iguais” diante de uma situação de exclusão (SIGAUD, 2004). Assim, como afirma Woodward (2011, p. 19), houve a “ausência de uma consciência da diferença” em que as principais energias foram direcionadas para um objetivo comum: acessar a terra.

Esta tomada de consciência e luta tende a contribuir para a formação do que Pollak (1989, p. 4) denominou de “memórias subterrâneas”, mantendo-se presente e diluída nos integrantes de certa população que buscaram imposição diante das representações hegemônicas. Esta relação começou a ganhar força e movimento quando os que estavam lutando em cidades vizinhas, antes de chegarem às terras da Usina São João, afirmam alguns, tornaram-se “alvo” da militância do MST. Atuando de modo a ajudá-los a formar a ocupação e direcioná-los, em

caso de reintegração de posse ou da insuficiência de terras para todos, a novas frentes de ocupação, como descreveu um assentado:

Eu era simplesmente um camarada que tava instalado ocupando uma terra lá para ser assentado também. Quer dizer, ele fez essa mobilização lá junto com o pessoal do MST, então convidando várias pessoas de Macaé, não só eu, foi várias pessoas que veio três ônibus lá de Macaé pra cá. Então foi feita essa mobilização antes de nós ocupá a terra aqui, foi feita essa mobilização em várias cidade: Conceição de Macabu, Casimiro de Abreu, Macaé, Rio das Ostras, e outras por aqui de volta também. Então trazendo bastante pessoa. Por que chegando, tem que trazer a quantidade de pessoa pra vim pra uma ocupação tem que ser além do que o que a terra oferece de quantidade que tá ali das pessoa. Porque muitas pessoas se desistem, não fica. Muitas pessoas vem pensando que o negócio vai saí rápido, não sai (“P”, assentado no Zumbi dos Palmares, 2010¹⁷).

Este relato trata de dias anteriores ao 12 de abril de 1997, quando ocorreu a ocupação das terras da Usina São João. Mas esta ação contou com a presença de outros trabalhadores, como os ligados aos sindicatos rurais de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana, entrevistado durante o período da coleta de dados para esta pesquisa, as participações dos sindicatos foram importantes para a realização da reforma agrária nas referidas terras pelo fato de que

O MST ele fazia ou faz um movimento assim, as vezes, de pessoas pra entrar numa área pra obrigar ou forçar a reforma agrária e leva até mesmo pessoa que não é trabalhador rural. O sindicato é diferente. Aí o que aconteceu? Quando entraram para lá, eles tiveram dificuldade para fazer inscrição do número de família que comportava pra ser desapropriada lá a área. E eles não conseguiram. Eles iam nas casas das pessoas e tinha trabalhador que não queria fazer inscrição com eles porque tinha medo e gente que trabalhou na lavoura e na usina não fizeram. Aí eu fui procurado pelo INCRA e por uma pessoa do MST, me visitaram aqui, dizendo que precisavam de uma ajuda do sindicato pra convencer o trabalhador pra fazer as inscrições porque eles estavam tendo dificuldade de pessoas pra se inscrever porque tinha gente desconfiada. Eu disse tudo bem (J. M., presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana, 2014).

¹⁷ As entrevistas datadas em 2010 foram realizadas durante o período de Iniciação Científica, que culminou com um trabalho monográfico concluído em 2013. (GOMES JUNIOR, 2013).

A militância do MST não atuou apenas com intuito de atrair trabalhadores rurais para a ação que se planejava. Ao contrário, buscou também ampliar a frente de ocupação realizando contatos com presidentes de associações de bairro na periferia da cidade (ALENTEJANO, 2011; 2005; LEWIN et al., 2005). Assim sendo, muitas pessoas que não estavam ligadas diretamente à terra chegaram ao acampamento e, conseqüentemente, tornaram-se assentadas.

O MST começou a firmar as suas bases em Campos quatro meses antes (entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997), quando C.L. [sigilo com o nome da liderança] chegou à cidade. Sua presença em Campos destinava-se a mapear a área que seria ocupada pelo MST, além de cadastrar as famílias que por ventura estivessem interessadas na proposta do Movimento. Para tanto, C.L., como é chamado, percorreu toda área urbana e rural da cidade fazendo o que o Movimento vai chamar de “trabalho formiguinha”, indo a cada associação local, fosse ela de moradores, rurais ou favelas, para explicar o que pretendia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, quais eram suas propostas, seus desafios e sua história (LEWIN et al, 2005, p. 109).

A descrição de Lewin et al. (2011) salienta que o trabalho de militância já estava sendo há muito realizado em Campos dos Goytacazes e que, em conexão com os não contemplados em outras regiões, esperava-se a chegada de trabalhadores que já estavam na luta em cidades limítrofes, como Macaé.

Apesar da articulação descrita, o primeiro grande impasse no momento da formação do Assentamento foi justamente o de estabelecer que “trabalhador” seria contemplado, uma vez que a perspectiva apontada pelo INCRA na época apontava para as 506 famílias, o que gerou um impasse entre o MST e os sindicatos de trabalhadores rurais, em que estes últimos não vislumbravam abrir mão das famílias que inscreveram para o processo de ocupação e reivindicação diante do INCRA (uma vez que o número de famílias ocupadas era superior ao de possíveis lotes no Assentamento).

Esse conflito surgiu da tentativa do Sindicato de São Francisco de Itabapoana de manter os trabalhadores ligados ao perímetro territorial de seu município. Com isso, caso fossem contemplados, esses trabalhadores continuariam dentro da própria cidade e nas terras que estavam mais familiarizados. Mais do que estes dois fatores, eles estariam mais próximos para a manutenção de laços de amizade e parentesco, sendo estes segundo Zinga et al. (2011) e Cordeiro e Pedlowski (2009), um dos principais fatores de continuidade de camponeses no Zumbi dos Palmares. Nas palavras do presidente do Sindicato de São Francisco:

O sindicato aqui fez aproximadamente cem inscrições, nós aqui fizemos. E Campos fez mais uns duzentos, aproximadamente trezentos inscrições. (...) Aí, o que acontece? Completou as setecentas e trinta famílias e demos entrada. Aí o INCRA veio e fez um levantamento. Lá [nas terras] não pode... não cabe setecentas e trinta famílias. Pelo levantamento da área que vai ser distribuída, é quinhentos e seis famílias. Aí marcaram uma reunião. Novamente voltamos no sindicato dos trabalhadores rurais e eles falaram que estavam com setecentas e trinta família mas só cabe quinhentos e seis. Aí eu disse: – Olha, eu vou falar uma coisa pra vocês. Vocês tira do de vocês. Agora, do meu lá do que eu fiz no sindicato e Campos aqui vocês não tira... mexe ninguém não. Por que agente passou o pente fino. O trabalhador legítimo, gente que tinha trabalhando, de carteira assinada, que a gente sabe que é trabalhador (J. M., presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana, 2014).

Tal processo se deu enquanto a ocupação e as disputas estavam em andamento. Neste mesmo período, após a ocupação em 12 abril de 1997, os trâmites com o INCRA estavam em processo com vistas a regularizar a desapropriação das terras da usina São João para fins de reforma agrária, considerado:

(...) um dos mais ágeis de definição sobre reforma agrária, já no momento de uma visita do então ministro da Reforma Agrária Raul Jungmann à cidade de Campos dos Goytacazes, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou em 03/10/1997 o ato de desapropriação das terras que vieram a compor o Assentamento Zumbi dos Palmares, apenas seis meses após a ocupação das terras pelo MST (CORDEIRO; PEDLOWSKI, 2009, p. 10-11).

A partir de então, o Assentamento Zumbi dos Palmares foi criado e as famílias distribuídas nos lotes. Mas essa distribuição implicou em um processo de readaptação muito grande. Apesar de as famílias terem saído de baixo da lona, elas estavam indo para lotes em que muitos não tinham nem barracas. Estavam vazios, sem qualquer construção. Houve assentados que conseguiram aproveitar construções de antigos trabalhadores da usina, mas muitos tiveram que começar do zero. Como a assentada “M”, que encontrou seu lote:

Liso, liso. Você... ia lá em cima no morro, e olhava pra cima assim, porque de lá é meio morrinho e da pra gente ver a planície né. Aí eu ficava, meu Deus como que eu vou plantar? Não tem água, não tem poço. O poço que tinha aqui atrás é salgado. Não tem um poço de água boa, não tem nada Senhor (“M”, assentada no Zumbi dos Palmares, 2010).

Assim, neste primeiro momento dentro dos lotes, os assentados tiveram problemas que são manifestos até hoje, como falta de assistência técnica, ausência do poder público, ausência de escolas (existente apenas no núcleo II), transporte público precário, falta de segurança e policiamento. Deste conjunto, afirma Pedlowski (2011) que a reforma agrária realizada no Norte Fluminense é “desassistida”. Enfrentando uma série crônica de problemas, uma vez que o governo estadual e municipal, para citar instâncias mais próximas, não materializaram o reconhecimento da reforma agrária como uma estratégia de desenvolvimento econômico, social e também político, como aponta o estudo realizado nas “manchas de assentamentos” do Brasil por Leite et al. (2005).

Quanto à formação do Zumbi dos Palmares e de seus atores, podemos salientar, em uma primeira consideração, que o posicionamento da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana de colocar-se como “imprescindível” possui duas questões. Uma envolve uma instância de operacionalização da ocupação, uma vez que as famílias filiadas a este sindicato importaram para potencializar a pressão com o INCRA pela reforma agrária nas terras da Usina São João. Por outro lado, mostrou o enfraquecimento da ação inicialmente desempenhada pelo MST, uma vez que inseriu no contexto de disputa pela terra um contingente avesso à “forma acampamento” de luta, como bem definiu Sigaud (2010). Aversão esta identificada durante a pesquisa de campo. Assim, no núcleo V, onde a maioria dos assentados é oriunda do STRSFI, esta aversão à ocupação e, conseqüentemente ao MST, foi evidenciada não apenas por meio de críticas às estratégias do movimento, como também pela negação de qualquer vínculo com o MST¹⁸.

Uma segunda consideração refere-se ao fato de que a inserção dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Campos e São Francisco de Itabapoana no processo de ocupação acabaram excluindo, do acampamento e de suas potencialidades transformadoras (SIGAUD, 2004), uma fração constituinte do Zumbi dos Palmares; uma vez que os trabalhadores rurais a ele ligados não participaram da ocupação e de todo processo de troca de experiências e aprendizados. Este é um fator importante no que se refere à formação do Zumbi dos Palmares, quando consideramos a participação no acampamento como elemento primordial no desenvolvimento da cultura política dos assentados. Também, como será tratada posteriormente, uma chave interpretativa a respeito dos índices de intensidade da cultura política evidenciada no Zumbi dos Palmares.

¹⁸ Apesar de reconhecer a importância do MST para a reforma agrária, a grande maioria desqualifica a estratégia de luta via ocupação.

CAPÍTULO 5 – ORGANIZAÇÃO DO ZUMBI DOS PALMARES E O ENFRAQUECIMENTO DO MST



5.1 – Os integrantes do Assentamento Zumbi dos Palmares

Os dados sobre os assentados do Zumbi dos Palmares foram obtidos durante a pesquisa de campo que, entre seus instrumentos, contou com a aplicação de um questionário, o uso do diário de campo e, em relação às lideranças, também a aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturado.

A metodologia para aplicação dos questionários buscou uma ordenação em que, a cada cinco lotes, um questionário foi aplicado. Nos casos em que o assentado ou qualquer representante da família não foi encontrado no lote, passou-se a aplicação para o lote seguinte. Com isso, buscou-se evitar a aplicação tendenciosa dos questionários¹⁹. No tocante as lideranças, estas foram procuradas com base nas informações dos assentados. Como o universo das lideranças foi alcançado em sua totalidade, não houve a necessidade de qualquer forma de sorteio.

¹⁹ Nos casos em que não foi possível encontrar nenhum representante do lote, estabeleceu-se que tanto o lote de número posterior quanto anterior poderia servir como substituto para a aplicação dos questionários.

No capítulo anterior foi abordada a origem espacial dos assentados no processo de ocupação e constituição do Assentamento. Aprofundando os conhecimentos a respeito dos assentados, forneceremos uma leitura mais ampla e mais rica a respeito de sua constituição social, considerando informações como cor, estado civil, escolaridade e atuação política relacionada à luta pela terra.

O número de assentados que declararam permanência desde o período da ocupação (1997) é 68, ou seja, aproximadamente 69,4% dos assentados permaneceram nos lotes. Esta informação importa no sentido de ressaltar um período de 18 anos de relações sociais e suas especificidades para o conjunto da análise da cultura política no Zumbi dos Palmares. Além disso, serve para ressaltar a forma, como evidenciou Pedlowski (2011), de resistência dos assentados diante da política agrária desenvolvida no Norte Fluminense (que tende a atuar, conforme já citado, como fator agravante das desistências).

Em seu trabalho, Zinga et al. (2011, p. 145) afirmam que a média de assentados que deixam os assentamentos para a região Sudeste é de 19,6%. Em seu estudo realizado em 2004-2005 no Zumbi dos Palmares, salienta que “21% das famílias responderam que já eram o segundo ou terceiro ocupantes da terra”.

Neste sentido, o Zumbi dos Palmares se encontraria atualmente com uma média elevada de desistências em relação ao estado do Rio de Janeiro se não considerássemos o fato de a ação de assentar continuar ao longo dos anos. Assim, 30,6% dos assentados que afirmam chegada posterior à constituição do assentamento não remetem a lotes vazios. Pelo contrário. Esta porcentagem “renovada” de assentados está não apenas ocupando os lotes, mas, principalmente, cultivando-os.

Poderíamos afirmar que sua porcentagem (30,6%) é elevada, se considerássemos esta rotatividade como uma constante, o que poderia se configurar como fator agravante das possibilidades da reforma agrária para as regiões que “recebem” assentamentos rurais (LEITE et al., 2004)²⁰. No entanto, não foi o evidenciado nesta pesquisa e, os assentados que não participaram do processo de ocupação afirmam que, apesar das dificuldades, desejam continuar nos lotes. Apesar destas confirmações, Zinga et al. (2011) apontam que as principais motivações para o abandono dos lotes são:

²⁰ Nesta pesquisa, Leite et al. (2004) afirmam que as regiões que recebem assentamentos rurais possuem aumento significativo de atividades comerciais e, conseqüentemente, econômicas. Isto pelo fato de passar a existir um contingente populacional que tende a acarretar novas demandas e serviços.

a) deficiência na oferta de infraestrutura e serviços públicos nos assentamentos (e.g., escolas, atendimento médico e estradas); b) aspectos diretamente ligados às ações do Estado na condução do processo de assentamento, incluindo a definição da área dos lotes, os critérios de seleção de candidatos, o atraso na implementação de infraestrutura básica, a ineficiência na liberação das primeiras linhas de crédito, os prazos de carência de empréstimos incompatíveis com o ciclo de produção, e a falta de assistência técnica à produção e comercialização; c) dificuldades de gestão dos lotes pela imposição de regras sem discussão prévia com os assentados (p. 141).

Como já apontado em tópicos anteriores, a questão do número de escolas e assistência médica no assentamento é precária, caracterizada pela existência de uma escola no núcleo II e um posto médico no núcleo IV, apenas. Dentre os fatores de desistência acima mencionados, vale demonstrar a importância atribuída pelos assentados a demandas existentes no assentamento, ou seja, as necessidades prioritárias para o Zumbi dos Palmares na opinião dos assentados em ordem de importância são:

Tabela 3. Demandas prioritárias apresentadas pelos assentados

Crédito Rural	Assistência Técnica	Agricultura Familiar	Educação do Campo	Agroecologia	Outra	Não Respondeu	N = (98) (%)
28,6	24,5	24,5	10,2	7,1	3,1	2	

No Zumbi dos Palmares os fatores de desistência salientados por Zinga et al. (2011) são evidenciados, principalmente, através da demanda por crédito rural, assistência técnica e condições de exercício de uma agricultura de base familiar. O primeiro corrobora a presença de uma cultura agrícola muito carente de insumos industriais (adubos e pesticidas) como é o caso da cana e do abacaxi.

A segunda foi constantemente evidenciada pelos assentados como uma carência crônica que, mesmo quando existe, não é capaz de proporcionar um acompanhamento das atividades. Quando muito, a assistência técnica (COOPERAR e EMATER) se preocupa em manter mapas de produtividade agrícola e animal sem, no entanto, ser uma prática capaz de “assistir” os assentados durante o processo de plantio, manejo e colheita.

Quando questionados sobre a qualidade da assistência técnica que recebem, a grande maioria dos assentados afirmou que o padrão de assistência presente no Zumbi dos Palmares

não contempla soluções de problemas ou maximização de possibilidades agrícolas. Quando muito, uma presença é mais formal que informacional e/ou produtiva²¹.

Por último a demanda pela agricultura de base familiar envolve fatores que vão além da relação família-trabalho. Isso ficou evidente nas reivindicações de unidades escolares no campo, além de uma educação que possa ter ressonância para o mundo rural e suas especificidades. Com evidência deste quadro, a agricultura familiar carece de todo aparato salientado por Zinga et al. (2011).

O que impossibilita seu desenvolvimento pleno, se tratando do Assentamento Zumbi dos Palmares, é justamente esta condição de “desassistência” (PEDLOWSKI, 2011). Este desajuste entre uma sanção burocrática de desapropriação de terras para reforma agrária e seu reconhecimento como política pública carente de atenção e cuidados para que possa alcançar maiores níveis de eficiência.

Neste sentido, a ação coletiva promovida pelo MST e demais trabalhadores do Norte Fluminense deixou claro a evidente superação da “clássica” atuação dos movimentos sociais (ALEXANDER, 1998), ou seja, com objetivos voltados estritamente para aquisições e conquistas materiais. Com isso, mais do que socialização de bens desta natureza, o que se percebe no Zumbi dos Palmares é uma luta que também almeja conquistas culturais e políticas que possam, em conjunto com demais demandas, refletir em vias de acesso à esfera pública. Assim, apontamos para a necessidade de agregar a conquista da terra a conquistas que também são simbólicas.

Neste sentido, no tocante a variável cor, houve predominância de declarações da cor “branca”, de 42,8% dos assentados. Outros 39,8% declararam-se pardos, 13,3% declararam-se pretos e 3,1% não responderam. Além destes, em 1% (um caso) se declarou amarelo e não houve nenhuma referência à atribuição indígena.

Com isso, podemos apontar para dois fatores que merecem atenção. O primeiro é a possibilidade de vislumbrar a reforma agrária como uma política de inserção de fração da população negra em uma condição de assentados e, com isso, elevação dos padrões materiais e qualidade de vida (LEITE et al., 2004). Segundo, que essa população negra não manifestou

²¹ A assistência técnica no período da pesquisa estava sendo oferecida por duas instituições diferentes. Nos núcleos II, III e V, uma empresa contratada por licitação estava prestando, a COOPERAR. Segundo alguns cooperados, a empresa estava passando por graves problemas por conta de atrasos de pagamentos e repasses por parte do governo. Nos núcleos I e IV, a EMATER-RJ.

qualquer tipo de delimitação de luta política que considerasse uma busca por igualdade racial ou algo semelhante.

No que se refere ao matrimônio, a população assentada apresenta uma configuração em que o número de matrimônios corresponde a 69,4%. No entanto, a porção restante importa como fator de possível agravante para o estabelecimento da agricultura de base familiar e da economia de gastos e energias²² para manutenção da família e da produtividade do lote. Neste sentido, além da fração que não declarou matrimônio (17,3%), 10,2% é composta de divorciados e 3,1% viúvos.

Outro fator que contribui para o aumento do dispêndio de energia dos assentamentos é o baixo nível de escolaridade. A evidência deste fator como um agravante está presente no cotidiano dos assentados em ações como: pedidos de aposentadoria, burocracias para acessar linhas de crédito, organização de documentos referentes às associações e burocracias financeiras (comercialização de produtos). Este último bem evidente através de uma cultura imediatista de comercialização dos produtos, na qual os assentados priorizam a concretude das negociações e acabam sendo alvos fáceis de atravessadores (principalmente com pagamentos através de cheques sem fundo e sustados).

A respeito desta questão, vale lembrar que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana funciona como importante espaço de socialização, uma vez que é frequente a presença de trabalhadores e assentados realizando pequenas consultas a respeito de legislação, procedências burocráticas, entre outras necessidades.

Quanto à representação do grau de escolaridade dos assentados, ficou distribuída da seguinte forma: 17,3% não possuem qualquer grau de escolaridade (são analfabetos), 24,5% possuem a 3ª série do Ensino Fundamental ou menos, 21,4% completaram a 4ª série do Ensino Fundamental, 14,3% possuem o Ensino Fundamental incompleto, 7,1% possuem o Ensino Fundamental completo, 2,1% possuem o Ensino Médio incompleto, 12,3% possuem Ensino Médio completo e, por fim, 1% (um caso) possui Ensino Superior completo.

As dificuldades burocráticas pertinentes à baixa escolaridade poderiam ser amenizadas através da participação dos assentados em organizações associativas. No entanto, com exceção de igrejas e do sindicato rural, os assentados possuem pouca participação. Um

²² A ideia de gasto de energia é apresentada com o significado atribuído por Fialho (2008, p. 73); ou seja, um investimento a mais de uma das formas possíveis de capital (econômico, social, entre outros) para manutenção de relações que proporcionem a satisfação de interesses.

exemplo é a própria ligação dos assentados com movimentos de luta pela terra ou o próprio MST.

Tabela 4. Grau de pertencimento dos Assentados ao MST

Grau de pertencimento	Nunca pertenceu	Já pertenceu	Pertence mas não participa ativamente	Participa ativamente	Não respondeu
Frequência (%)	63,3	13,3	12,2	9,2	2

Esta não participação ou ligação, mesmo que não ativamente, com movimentos sociais evidencia, além do baixo associativismo na cultura política do assentamento²³ (assunto tratado no capítulo seguinte), uma ausência de tomada de decisões e de construção coletiva de demandas. O reflexo desta ausência de conexão com a questão agrária e dos movimentos que geram demandas diante do Estado para materialização de direitos se apresenta também por meio da percepção da presença do MST na região Norte Fluminense. Assim:

Tabela 5. Percepção dos assentados do Zumbi dos Palmares a respeito da atuação do MST

N = 98 (%)	Em processo de Fortalecimento	Em processo de Crescimento	Em processo de Diminuição	Movimento Social Estagnado	Não Responderam
	10,2	4,1	7,1	74,5	4,1

10,2% dos assentados percebem o MST em processo de fortalecimento na região, 4,1% o percebem como em processo de crescimento, 7,1% o percebem em processo de diminuição, 74,5% o percebem como *Movimento Social estagnado*²⁴ e, por último, 4,1% não responderam.

Esta racionalização das ações envolvendo objetivos de forma instrumentalizada está presente no assentamento desde sua formação. Este cálculo realizado de forma “egoísta” e que tem como princípio o dispêndio mínimo de energia para aquisição de bens, como bem

²³ Não apenas em relação ao Zumbi dos Palmares, mas em estudos realizados em outras regiões e metrópoles brasileiras, em relação a outros países e algumas de suas metrópoles, a cultura política do Brasil é, de modo geral, baixa. Ver AZEVEDO, Sergio de et al. (2009).

²⁴ Grifo nosso. O termo estagnado, quando apliquei o questionário, foi com o significado de que a atuação do MST encontra-se paralisada.

demonstrou Olson (2011), pode ser compreendido no posicionamento dos assentados em relação à questão agrária, ou seja, no Zumbi dos Palmares as ações motivadas por valores foram superadas a partir do momento que os trabalhadores iniciaram o acesso à terra. Como exemplo, podemos citar a participação dos assentados em outras ocupações após a conquista do lote.

Tabela 6. Participação em ocupações após a conquista do lote

Grau de Participação	Nunca	Algumas vezes	Frequentemente	Raramente	Não respondeu
Frequência (%)	81,6	4,1	11,2	2	1

Mesmo se considerarmos o restante que nunca participou, a porcentagem é muito inferior para poder ao menos indicar algo diferente de uma mentalidade organizativa e de ação oposta ao “instrumental”. Este tratamento dado aos anseios dos assentados contribui também, como afirma Putnam (1997), para o enfraquecimento de organizações que possam mediar coletivamente os interesses dos assentados. Nesta perspectiva, por mais que algumas lideranças afirmem que “suas associações” mobilizam os associados, durante o trabalho de campo, foi evidenciada uma descrença na eficácia destes modelos organizativos (representação por meio de associação de moradores/assentados)²⁵.

Um aspecto desta realidade de relações sociais é que se construiu uma forma de identificação institucional com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Assim, com o enfraquecimento do MST e a não constatação de outros movimentos sociais atuando no assentamento, os assentados passaram a associar as demandas à responsabilidade do órgão. Apesar do reconhecimento atribuído ao INCRA como o mais próximo do MST e da participação na luta para a constituição do assentamento, a percepção é de que tais instituições estão pouco atuantes e/ou presentes.

²⁵ Inicialmente, as associações tiveram força como instrumentos exigidos pelo INCRA para acesso e gestão de recursos financeiros para os assentados.

Tabela 7. A instituição mais próxima do MST na percepção dos Assentados

Instituição	Frequência (%)
CPT	14,4
Partidos	2
Igrejas	2
Associações	6,1
Prefeitura	6,1
INCRA	39,9
Mídias e Universidades	3
Não respondeu	26,5

O INCRA é a instituição que mais “trabalha com o MST” na percepção dos assentados. Neste caso, como o MST está com sua militância enfraquecida e dispersa, o INCRA sobressai. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi mencionada na maioria das vezes pelos assentados que declararam algum tipo de ligação com o MST. No entanto, durante toda a coleta de dados, a CPT apareceu de forma bem discreta e sua atuação não vem sendo percebida pela maioria dos assentados como apoio em potencial para as demandas do assentamento, principalmente, demandas estruturais.

Mesmo o Zumbi dos Palmares possuindo uma base religiosa que se declara católica, em sua maioria, não foi possível associar a CPT à preponderância do catolicismo pelos assentados. Neste sentido, a CPT está atuando de forma muito limítrofe entre o assentamento (principalmente na festa junina, que ocorre anualmente no núcleo IV) e os poucos militantes do MST. Apesar disso, os assentados não apresentaram qualquer oposição em relação à CPT, pelo contrário, afirmam que foi importante durante o processo de ocupação, no entanto, não a percebem de forma próxima e/ou atuante na atualidade.

5.2 – A proposta de organização do Assentamento apresentada pelo MST

Após a constituição do Zumbi dos Palmares, os assentados receberam as primeiras orientações de organização que incluíam, entre outras coisas, a forma de organização espacial (núcleos ou agrovilas), de trabalho (coletivo, cooperado, etc.), e a criação de uma organização (associações) que pudesse representar os assentados. Neste processo, em relação ao primeiro ponto, o MST apresentou sua proposta:

A disputa entre MST, as famílias que iriam formar o assentamento e o INCRA ficou clara ainda no processo de parcelamento da terra. O MST inicialmente defendia a adoção de modelos coletivos de utilização da terra, com base na experiência acumulada em outras regiões do país. Contudo, ao se deparar com a oposição da maior parte das famílias ao sistema de cooperação simbolizado pela proposta das agrovilas, o MST concentrou sua ação na definição da forma e localização espacial dos lotes. No início de 1998, por inspiração do MST, o território do assentamento foi dividido em cinco regiões, nas quais os futuros assentados deveriam se instalar provisoriamente, até que fosse feita a demarcação definitiva dos lotes, o que deu início de fato ao processo de parcelamento das terras desapropriadas (PEDLOWSKI, 2011, p. 124).

Esta proposta ainda perdura na concepção de lideranças do MST na região que foram assentadas no Zumbi dos Palmares. Uma delas, quando indagada a respeito da demora da titulação das terras, afirmou que estava satisfeito em estar na terra e que não se preocupava nem um pouco com relação a esta questão. Finalizou a questão dizendo: “por mim não teria nem cerca de um lote para o outro, porque a terra é um bem de Deus, não tem que ser privada” (“F”, assentado no PA Zumbi dos Palmares), evocando a concepção de socialização da propriedade, tão marcante no discurso do Movimento (FERNANDES, 1994) e de seus materiais pedagógicos (livros, site na internet, cartilhas).

O ocorrido no primeiro momento de divisão e organização do Zumbi dos Palmares foi um embate entre uma proposta coletiva de organização da propriedade em oposição a uma cultura de socialização de bens de forma individualizada, como é o caso do consumo na sociedade capitalista. Como bem ressaltou Marx (1985), a propriedade coletiva também “é uma forma de propriedade”, no entanto, esta concepção não foi bem recebida pelos assentados. Evidenciando que a base de atuação do MST na região estava constituída, em grande parte, sobre orientações organizativas de cunho mais instrumental (AZEVEDO; PRATES, 1995).

A cultura urbana presente na luta pela terra no Rio de Janeiro (ALENTEJANO 2011; GRINSZPAN, 2009; SIGAUD, 2010) também se sobressaiu neste momento, no qual a opção pela coletividade foi proposta para uma população em que, grande parte, habitava as periferias de Campos dos Goytacazes e não possuía qualquer experiência parecida (SOARES, 2011), a não ser a do acampamento e de seu funcionamento (divisão de tarefas e responsabilidades).

Conforme Lewin et al., (2005), ainda houve muitos fatores menores que em conjunto contribuíram significativamente para desgastar a relação das lideranças do MST com os assentados durante o processo de “organização” do assentamento. O primeiro deles está

relacionado à venda de uma porção de cana que já estava plantada quando os assentados ocuparam a terra.

Quando a fazenda foi ocupada em 1997 ainda havia patrimônio da usina São João dentro dela. A cana-de-açúcar plantada antes da ocupação era propriedade da usina. Quando chegou a época do corte, em 1998 os trabalhadores rurais foram convidados, por uma determinada quantia, a colher a cana-de-açúcar, já que esta tem mercado garantido em Campos. O corte foi feito e a venda da cana para as usinas também. Parte do pagamento foi realizado, mas surgiu um problema posterior, que foi pautado pela falta de transparência dos líderes do MST. O dinheiro da cana não poderia ter sido usado pela direção do Movimento para pagar seus compromissos porque não pertencia ao Movimento, ou ainda, aos assentados. A direção foi acusada algumas vezes de ter “sumido” com o dinheiro da cana-de-açúcar, que se encontra atualmente bloqueado na justiça (LEWIN et al., 2005, p. 125).

Neste momento surgiu mais uma ocupação no Norte Fluminense, além de terem se intensificado as lutas do movimento no Pontal do Paranapanema. De acordo com Lewin et al. (2005), isto foi um fator que dispersou as lideranças do MST para atuarem nestas novas frentes e, com isso, elas acabaram perdendo mais espaço ainda no assentamento.

Outro fator que pode ter contribuído para tais embates em relação à proposta do MST (principalmente o relacionado à proposta de organização do Zumbi dos Palmares em agrovilas) foi que muitos assentados realizaram plantações e constituíram “roças” de algumas culturas durante a ocupação. Como afirmou o assentado “H. C.” (núcleo III), quando as demarcações começaram a ser realizadas ele já tinha uma roça de aipim onde hoje é seu lote. Ele não queria ver o seu “trabalho perdido”, por isso pediu que permanecesse no mesmo lugar.

Esta ideia de trabalho desperdiçado também foi evidenciada por outros assentados, como o senhor “E” (núcleo I). Assentado desde o início, o senhor “E” sofreu sua “primeira tormenta” no assentamento quando sortearam²⁶ os lotes e ele foi deslocado para outra área no núcleo, tendo de deixar para trás uma roça onde já plantava e colhia no período de acampamento. Por ser próxima a uma área de tabua, a terra era mais fértil e o senhor “E” afirmou que: “se eu estivesse lá, eu estaria muito bem e não estaria nessa secura, referindo-se

²⁶ O número de famílias superou o número final de lotes. Com isso, houve a necessidade do sorteio.

ao lote atual em que reside e trabalha que, de tão seco, está praticamente cheio de vestígios ressequidos de plantações (além de rachaduras)²⁷.

5.2.1 – A proposta de organização do Zumbi dos Palmares apresentada em oposição ao MST

A maioria dos assentados não apoiou a divisão do assentamento em agrovilas, preferindo morar diretamente nos lotes. Com exceção de parte dos assentados dos núcleos II e IV, a população tinha como vizinho o morador mais próximo (dois alqueires de distância para esquerda ou direita, de acordo com a posição do lote).

No entanto, o núcleo II possui uma divisão em agrovila que na realidade não existe, pois boa parte de seus assentados que não reside nos lotes, e mora fora do Zumbi dos Palmares ou no bairro de Brejo Grande²⁸. Segundo o assentado “F” (conhecido como Chicote), “a gente tem o nome de agrovila, mas não somos agrovila”; disto afirma que, “eu me arrependo, porque eu fui um dos que votou contra a agrovila”. “F” salienta que houve uma proposta que ele mesmo ajudou a desconstruir e que, atualmente, seria um importante fator de integração diante da condição vigente de dispersão.

Esta distância entre os assentados certamente não contribuiu para consolidar um “capital social” (PUTNAM, 1997) voltado para maximizar as potencialidades do Assentamento; acredito até mesmo que é um fator a considerar no baixo nível de cooperação existente, mesmo considerando a existência de laços de amizade e parentesco (ZINGA et al., 2011; CORDEIRO, 2011), o fator “distância” continua relevante até mesmo na mobilização cotidiana, por exemplo, participação das reuniões das associações.

No núcleo IV (localizada em Campelo) esta proposta está mais consolidada, e os assentados que optaram por morar nos lotes possuem uma fração de terra delimitada dentro da agrovila caso queiram construir suas casas nela. Isso ocorreu com maior frequência no ano de 2014, por conta de alguns crimes que acabaram forçando alguns assentados a construir suas casas na agrovila (que é bem povoada).

²⁷ Ver imagem 5, em anexos.

²⁸ Bairro limítrofe ao Assentamento e à localidade de Jacarandá, “centro” do núcleo II (onde se localizam a escola existente no núcleo e o galpão que abriga a Associação e as principais reuniões).

Conforme Lewin et al. (2005), a primeira proposta contra a organização em agrovilas veio do próprio INCRA. Isto ocorreu porque o INCRA, com o objetivo de instituir metas para a reforma agrária, propôs a divisão em lotes menores para que pudessem ser assentadas pelo menos 700 famílias. No entanto, esta divisão não levou em consideração as parcelas de reservas naturais, a necessidade de estradas, terra degradada, entre outros fatores comprometedores estruturalmente.

A divisão do assentamento em núcleos também foi uma proposta alternativa à organização apresentada pela militância do MST no período. Primeiro, porque o MST não apoiou o fortalecimento de uma “ideia” de vários assentamentos em um, subentendida na divisão em núcleos. Segundo, pelo fato de a militância do MST ter enxergado o Zumbi dos Palmares naquela conjuntura de inserção do movimento no Norte Fluminense como uma ponta de lança para futuras ações (o que realmente aconteceu). Por isso o MST percebeu esta organização com conteúdo de divisão.

A liderança do MST quando inquirida sobre a percepção dos assentados sobre cada agrovila afirmou que “na visão deles, cada Zumbi é independente, mas na nossa visão cada uma é relativamente autônoma, necessitando, no entanto, a criação de uma coordenação central – uma brigada do zumbi – para amarrar os diferentes interesses e ritmos. O Zumbi é uma grande escola para nós, quem quiser ver problemas de toda ordem, venha participar dessa comunidade; com o Zumbi aprendemos muito, mas também apanhamos muito” (LEWIN et al., 2005, p. 126-127).

Os sindicatos também tiveram papel importante, como o Sindicato Rural de São Francisco de Itabapoana, que lutou para que os trabalhadores nele filiados não fossem assentados distantes da localidade de Cajueiro (parte do Zumbi dos Palmares pertencente ao Município de São Francisco de Itabapoana). Com isso, no momento em que optaram pelo sorteio, as discussões aumentaram por conta da possibilidade de trabalhadores ficarem “longe”. O presidente J. M. afirmou: “eu mesmo fiquei longe. Depois que eu consegui voltar pro cinco, porque primeiro eu fui assentado lá no quatro”.

O constante clima de embates, conflitos, disputas, especulações e desconfiança, acabaram contribuindo para que muitos assentados se reportassem ao MST como fator de causa destas discussões desgastantes. Para Pedlowski (2011), a inserção pelo INCRA de sindicatos foi uma forma de minar a proposta de organização do MST, o que realmente ocorreu.

As lideranças não foram suficientes para atuar em várias frentes (LEWIN et al., 2005), as propostas não conseguiram se manter ou ganhar força, como foi o caso da agrovila no núcleo II, e uma série de laços estabelecidos por grupos de pessoas antes do assentamento ainda no meio urbano.

A combinação de fatos foi suficiente para que o MST não tivesse preponderância quanto à forma de organização territorial. Nas palavras de uma assentada do núcleo II, reportando-se ao MST, “não vou negar que eles foram importantes, afinal, se eu estou aqui é porque tivemos a ajuda deles. Mas foi só naquele momento. Depois agente não quis eles aqui mais não” (entrevista com “B”).

5.3 – Os núcleos e suas Associações: disputas organizacionais

Em um primeiro momento após a instituição legal do Zumbi dos Palmares, surgiu uma discussão entre os atores envolvidos (MST, assentados e INCRA) a respeito da organização do assentamento. Assim, entre propostas mais individualistas e outras de cunho mais coletivo, o impasse se arrastou até o ano seguinte, 1998.

O que restou atualmente da proposta do MST foram as duas organizações baseadas em agrovilas, existentes nos núcleos II (Jacarandá) e IV (Campelo). No entanto, estas duas agrovilas não demonstram significativa atividade agrícola coletiva. O que transparece ainda são os laços de parentesco e de amizade, nos quais as trocas de trabalho e ajuda coexiste. Contudo, sem caracterizar qualquer destes núcleos como com base essencialmente em sistema de “cooperação”. O comum dos assentados desses núcleos, e dos demais, é encontrá-los trabalhando sozinhos os próprios lotes. Nestes termos, foram evidenciadas tentativas coletivas de comercialização, sem significar formas diferenciadas de parceria, troca de trabalho ou coisa do gênero.

Deste processo de organização territorial, ficou estabelecida a divisão do assentamento em cinco núcleos (PEDLOWSKI, 2011; LEWIN et al., 2005). Primeiro provisoriamente, até que se definisse se seria implantado o modelo de agrovilas em todos eles, mas, com o passar do tempo, a divisão em núcleos prevaleceu e existe até hoje.

Em cada um deles existiu inicialmente uma associação de assentados, para fins de resolução de conflitos, demandas de assistência técnica, dúvidas a respeito de pedidos de financiamento e crédito, e também tentativas de formar cooperativas para que pudessem maximizar as potencialidades produtivas, de comércio e de compra de insumos

(PEDLOWSKI, 2011; LEWIN et al., 2005). Os presidentes destas associações construíram com suas comunidades um capital social (PUTNAM, 1997). Este capital se deu por meio dos serviços prestados às associações e suas respectivas comunidades.

No núcleo I, a senhora “V” (bem avaliada no núcleo I) possui um capital social reforçado por muitos assentados, pois ela é muitas vezes lembrada como a “mulher que grita mesmo”, a que “pede”, e que em muitos casos apresenta-se como mediadora de conflitos entre assentados. Em sua residência é comum a presença de pessoas solicitando sua intervenção por conta de desavenças, como avanço de delimitação de terra, gado solto e prejuízos na lavoura alheia, desentendimentos pessoais, entre outras formas conflituosas de relação. Assim, ouvi muitas vezes a expressão: “eu fui lá na dona V” ou “eu falei com dona V”.

Neste sentido, podemos falar na construção de laços de “confiança”. Apesar de Feres Junior e Eisenberg (2006) abordarem o conceito com fragilidade por conta da possibilidade de ser interpretado de maneira diversa, dependendo do país, língua, cultura, religião, entre outros aspectos, o entendemos na perspectiva antropológica apresentada por Sigaud (2004), ou seja, uma condição de compartilhamento de experiências e necessidades que impõem carências de resolução a todos os pertencentes de um determinado grupo em luta e que se reconhece através dela por uma construção simbólica de significados.

Assim, no núcleo I, além da Associação que foi criada no início do Assentamento, outra associação se formou com o intuito de disputar a representação de suas ações enquanto comunidade. Esta segunda é presidida pelo “G” (conhecido no Assentamento como Hulk). Ele é uma das lideranças do MST no Assentamento e na região Norte Fluminense. No entanto, após a morte de Cícero (liderança do MST no Norte Fluminense, assassinado no dia 25/01/2013 quando deixava o acampamento organizado nas terras da Extinta Usina Cambaíba). “G” afirma que pretende ser mais cauteloso com suas ações, apesar de defender posicionamento alinhado com a proposta geral do MST.

O núcleo II encontra-se com a Associação desativada burocraticamente. No entanto, a presidente continua, segundo ela, prestando serviços de assistência aos assentados. Entre os mais solicitados, está a declaração de permanência no lote e de atividade como trabalhador (a) rural, que serve no INSS para compor o dossiê de solicitação de aposentadoria “pela terra”. Neste núcleo não houve a consolidação de qualquer forma alternativa de representação, ou seja, não se formou Associação e/ou grupo de oposição.

Já no núcleo III, existe a Associação presidida pelo “R” (que é bem avaliado pelos associados), que se encontra atuante. A maioria dos assentados a reconhecem como organização principal de representação dos interesses do núcleo. Neste, o “R” é sempre lembrado como uma pessoa “boa demais”, “trabalhador”, “gente fina demais”, “pode contar com ele”, entre outras expressões que sempre o qualificam como um bom presidente e que consegue angariar conquistas para o núcleo, por exemplo, compra de maquinários para a Associação e de prestação de serviços, como o tombamento de terras. Apesar disso existe uma Associação de oposição, presidida por “L”.

Esta última, a associação presidida por “L” não conseguiu manifestar ressonância significativa quanto a sua importância para o núcleo. Neste sentido, não foi verificado em nenhuma das visitas a campo (no núcleo III) a relevância da Associação presidida pela assentada “L”. Contudo, parece estar retomando uma organização de associados de oposição à principal Associação do núcleo e que, até o momento, não se consolidou de forma significativa a ponto de ser parte das discussões dos assentados do referido núcleo.

O núcleo IV manifesta de forma clara a organização espacial no modelo agrovila presente na localidade de Campelo, que possui duas associações. Na primeira, presidida pela assentada “E”, está a fração do núcleo que se opõe às propostas organizativas do MST. Na segunda, presidida pela assentada “V”, está a fração do núcleo que possui militância do MST. Além disso, a associação liderada por “V” está gerando uma cooperativa com objetivo de amadurecer uma experiência coletiva de comercialização.

No núcleo V (cuja Associação manifesta sinais de desarticulação), a disputa é tênue. Apesar de não existir mais de uma associação, a existente convive com uma representação dividida em que a presidente é benquista por uma fração dos assentados e o vice-presidente por outra. Assim, de modo geral, podemos apresentar estas associações (as formas organizativas em agrovila e/ou residência nos lotes) com importantes consequências sociais. Neste sentido, antes de abordar alguns deles, apresentaremos na tabela 8 um resumo da configuração do assentamento.

Tabela 8. A organização espacial dos núcleos e a existência de Associações Cooperativas no Zumbi dos Palmares

Núcleos	I	II	III	IV	V
Agrovila		x		x	
Lotes Individuais	x		x		x
Cooperativas				x	x

Entre elas, podemos destacar a relevância do parecer, de permanência e trabalho destas organizações (associações) para o processo aposentadoria dos assentados. Nestas condições, o trabalhador pode passar a receber um salário mínimo por conta de seus serviços desempenhados no campo que:

No início de 1963, por meio da Lei Federal 4.214, começou a ser desenhado um singelo modelo de amparo previdenciário ao trabalhador rural. Em 1969, o Decreto-Lei 564 garante Previdência aos trabalhadores em agroindústrias e o Decreto-Lei 704 garante cobertura previdenciária à mão de obra utilizada por pessoa física fornecedora de produtos “in natura”. Somente a partir de 1971, com o advento da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, os trabalhadores do setor rural começaram a ser alcançados pela Previdência Social, ou seja, mais de oitenta anos depois da existência de mão de obra remunerada no setor rural. A conquista foi consolidada pela Constituição federal de 1988 (CARVALHO, 2011, p. 3).

Mas este “direito” tem estado à prova diante de uma burocracia estatal desarticulada que não consegue identificar os assentados no momento em que estes se apresentam como “sujeito de direitos”, como afirma Neves (2007). Alguns casos identificados durante esta pesquisa foram de mulheres que, por não possuírem registro matrimonial, tiveram suas aposentadorias negadas quando estas foram solicitadas. Já o caso mais comum se refere a uma lógica histórica relacionada à indústria canavieira que não terminou para a maioria dos assentados com a reforma agrária.

A questão referente ao exercício de direitos relaciona-se aos documentos comprobatórios de ligação do assentado ao trabalho no campo. Nos termos do art. 48 da Lei n.º 8.213/91, § 1º (GUIMARÃES, 2009), o(a) trabalhador(a) necessita possuir a idade prevista para a aposentadoria, 60 para homens e 55 para mulheres, e apresentar os comprovantes (notas) emitidos pelo fornecimento de seus produtos (em grande parte, cana).

Nesta lógica, o Estado, via INCRA, desapropria e assenta famílias de trabalhadores rurais, fornece um contrato de assentamento para estes trabalhadores, “monitora” a permanência destes nos assentamentos. No entanto, na hora dos assentados conseguirem o benefício de aposentadoria necessitam de uma “comprovação” de fornecedores de cana. Como afirma Pedlowski (2011), esta situação de “desassistência” demonstra que os assentados estão “entre o descaso do estado e a resistência”. Apesar de estes acontecimentos assolarem muitos assentados, esta realidade não é geral e muitos conseguiram sem problemas ter acesso ao benefício previdenciário.

Outro fator importante para as associações está ligado à experiência política anterior ao assentamento. Neste sentido, algumas lideranças de associações possuem capital social adquirido antes do processo de ocupação da Usina São João, como é o caso evidenciado no núcleo I, onde os dois atuais presidentes exerciam a função em associações de moradores de bairros da periferia da cidade (“V”, em Cidade Luz e “G”, em Parque Prazeres). Estas duas lideranças chegaram a participar de eleições municipais como candidatos a vereadores representando suas respectivas comunidades (PFL e PPB, respectivamente).

Estes, quando foram procurados pelo trabalho de base do MST para organização da ocupação também levaram para o acampamento relações sociais estabelecidas com ideias e interesses em comum, relações estas amplificadas “com consequências duradouras”. Contudo, a amplificação destes laços foi prejudicada por alguns fatores de divergências políticas.

Pedlowski (2011, p. 123-124) sugere que “o sucesso político do MST no processo de ocupação foi parcialmente neutralizado pelo INCRA”, pelo fato de ter introduzido no assentamento trabalhador dos sindicatos rurais e ex-trabalhadores das usinas. Não vendo positivamente a associação destes atores ao processo de formação do assentamento, devido à não existência de certa confluência a respeito do modelo de reforma agrária a ser instituído.

Apesar de existir relevante importância a respeito das associações e de suas funções burocráticas e “pedagógicas” (socialização de conhecimentos), existem interpretações que abordam o conflito existente entre a organização de ocupação entre MST, INCRA e sindicatos valorizando outros horizontes de conflitos (PEDLOWSKI, 2011; ZINGA, 2004). Nesta leitura as associações são abordadas como requisitos “impostos” pelo INCRA para operacionalizar os trâmites de concessões de direitos por parte do Estado aos trabalhadores que passaram à condição de assentados. Segundo Pedlowski (2011, p. 125), isto contribuiu para a formação de uma relação em que os assentados passaram a depender diretamente das lideranças.

Apesar de Pedlowski (2011) e Lewin et al. (2005) abordarem as associações como exigências externas à vontade do MST e de trabalhadores mobilizados e, por isso, fonte de conflitos, existe uma face atual destas organizações que é o não interesse por parte da população do assentamento em participar de sua gestão. Isto reflete outra questão a ser tratada de forma geral sobre a relação entre os assentados e as associações, ou seja, uma esfera instrumental desta realidade social (AZEVEDO; PRATES, 1995).

Sobre este aspecto, a presidente da associação do núcleo II afirma que por dois mandatos consecutivos ela vem abrindo para que se apresente um sucessor à presidência da associação, no entanto, ela nunca consegue uma candidatura, o que demonstra bem a “lógica da ação” apresentada por Olson (2011), uma vez que os atores, concluindo que o esforço é maior que o objetivo, não lançam mão de seus interesses particulares em prol de recompensas consideradas menores.

O desinteresse por parte de uma significativa fração dos assentados em participarem como protagonistas dos processos de vontade coletiva. Mais do que isso, evidencia também que o assentamento possui uma grande maioria de assentados cuja cultura política é individualista e, por isso, não conseguem ver ressonância de suas vontades em ações que envolvam o bem comum (incluindo o seu), como afirma Putnam (1997).

Essa realidade delimita o ponto de disputas entre lideranças e suas associações no Zumbi dos Palmares e direciona a discussão para a relação dos assentados em relação a estas propostas de direção. O que parece estar intimamente conectado, uma vez que os assentados demonstram também que não desejam investir frações de tempo de trabalho na organização e manutenção das associações. Como demonstrou Tocqueville (1998) a respeito do desenvolvimento das instituições, que em uma sociedade democrática este regime político pode oferecer uma contrapartida negativa. Esta é justamente a opção de não participar da construção de instituições e de projetos coletivos e/ou institucionais.

A população do assentamento apresentou um comportamento próximo ao evidenciado por Tocqueville (1998) a respeito da liberdade no regime democrático: opção por não participar do que é coletivo, ou melhor, de não dar continuidade a um modelo organizado de reivindicação e luta pelo exercício da cidadania. A isto, somam-se um descrédito atribuído às associações por conta de não resolverem problemas “individuais”. Muitos assentados afirmaram que “não adianta ir mais lá” (se referindo às reuniões), “eu quero ir lá cobrar”, “é sempre a mesma conversa e não resolve nada”. Assim, o processo de consolidação do

assentamento fica mais enfraquecido por conta deste clima de descrédito que começa pela tentativa de resolução individual de problemas e demandas.

O desempenho prático das instituições, segundo presumimos, é moldado pelo contexto social em que elas atuam. Assim como o indivíduo pode definir e defender seus interesses diferentemente em diferentes contextos institucionais, também uma instituição formal pode atuar diferentemente em diferentes contextos (PUTNAM, 1997, p. 24).

O entendimento de falência por parte de alguns assentados de algumas potencialidades das instituições (leia-se associações) pode ser visto, segundo Putnam (1997), pelo prisma de que refletem um estado social. Estado este, citado anteriormente, de individualismos sobrepondo os interesses coletivos. A relação das lideranças e suas propostas organizativas também foram analisadas em uma perspectiva regional, considerando o aspecto político.

Podemos identificar a partir daí quatro tipos de inserção do Assentamento Zumbi dos Palmares na política local: 1- Relação dos políticos com a população assentada: por verem nessa população um grande apoio eleitoral, não deixam de estar em contato, seja apenas para fazer política, seja por convicção ideológica. 2- Relação dos políticos com algumas lideranças assentadas: uma variação do primeiro tipo. Utilizando a liderança assentada como um cabo eleitoral. 3- Lideranças assentadas que viram políticos locais: É o caso da utilização da liderança para conseguir um espaço na política. 4- Política dentro dos assentamentos: fazer carreira política, disputando por vezes seguidas a presidência da associação e da cooperativa no assentamento (LEWIN et al., 2005, p. 137-138).

Em relação ao primeiro ponto, vale ressaltar que a quase totalidade dos assentados declaram que não percebem a presença de políticos no assentamento, mesmo realizando trabalhos de caráter clientelístico como concessão de empregos, benesses materiais ou qualquer outro tipo de favor com fins eleitorais. Um fato importante é que a memória política dos assentados, mesmo os que se opõem a ele, evoca sempre o governo de Arnaldo Vianna²⁹. O que mais se repetiu foi a frase: “se temos este asfalto, foi graças ao governo de Arnaldo. O único que fez alguma coisa aqui dentro”. Em todos os núcleos o que se vê é um grande

²⁹ Político (PDT) e médico campista. Foi eleito vereador em Campos dos Goytacazes (1993-1996). No período de 1997-2000 exerceu o cargo de vice-prefeito, sendo os últimos dois anos deste mandato como prefeito interino. Em 2000 elegeu-se prefeito de Campos dos Goytacazes com mais de 140 mil votos.

descaso, mesmo eleitoral, por parte dos políticos locais o que, certamente, inclui os vereadores.

Em relação às lideranças assentadas, realmente, por exemplo, a dona “V” e o “G”, foram cabos eleitorais e até mesmo candidatos em disputas eleitorais para vereador na cidade de Campos dos Goytacazes. Eles também afirmam que trabalharam como cabos eleitorais para outros políticos com fins, segundo eles, de angariarem melhorias para o Zumbi dos Palmares. No entanto, quando perguntei ao “G” sobre a maior dificuldade em ser militante, ele respondeu que é a dificuldade em ser ouvido e de ter acesso a políticas públicas. Para ele, esse é um desgaste que, mesmo afirmando que não vai deixar de militar, reconhece como um grande empecilho.

A respeito de lideranças virarem políticos locais, isto está totalmente fora de questão. Primeiro por conta de uma baixa na militância, tanto do MST quanto de outras propostas dentro do Zumbi dos Palmares. Segundo, pelo esgarçamento das relações identitárias após a constituição do assentamento que gerou uma fragmentação das vontades.

Por último, a constituição de carreira política via liderança e presidência de associação está totalmente descartada atualmente pelo fato de as associações serem para boa parte dos assentados uma responsabilidade que eles não desejam, muito menos, reconhecer a ponto de poder formar uma base para ascensão política. Mesmo contribuindo para a formação de certo capital social, nos dias de hoje, nas condições e na cultura política que está presente na prática dos assentados, isso seria insuficiente para elevar politicamente uma liderança.

Nestes termos, as associações estão enfraquecidas pela pouca participação da população no processo de gestão de demandas e conflitos. Quanto à organização, não se tocou mais na discussão a respeito de prós e contras de uma agrovila e/ou residência no próprio lote. Quanto aos elementos coletivos, o núcleo IV segue tentando amadurecer uma experiência de cooperativa e que, até o momento, parece estar em vias de consolidação. No entanto, este modelo de comercialização é pouco ressonante no Assentamento, apesar de existir uma experiência recente e carente de concretude no núcleo V. Por fim, existe sim uma ideia de representação coletiva a respeito do Assentamento (ANDERSON, 1993), contudo, ela parece enfraquecida quando se toma como exemplo de sua materialização às associações dos referidos núcleos e à relação dos assentados com as mesmas.

5.4 – A percepção dos assentados sobre as lideranças do Assentamento

As indagações dos assentados (não excluindo as lideranças desta população) sobre as lideranças estão associadas às formas de ação desempenhadas por eles próprios enquanto associados, como bem propõe Putnam (1997) ao tratar do caráter das instituições em relação à organização social em que se encontram. Isto, por conta de apresentarem um baixo nível de participação em discussões coletivas associado ao desgaste destas organizações em manterem-se como espaços de mediação de vontades e interesses.

Conforme Putnam (1997, p. 31), os “modelos e sistemas de engajamento cívico” possuem influência sobre governos e, conseqüentemente, ajudam em sua própria manutenção. Desta forma, participação e gestão se autoalimentam. Contudo, nas associações do Zumbi dos Palmares, esta “alimentação” tem faltado com vigor para seu melhor funcionamento.

No Zumbi dos Palmares, o que atualmente se encontra evidenciado é o desgaste da relação social comunitária e de suas possibilidades. Por mais que se tenham evidências, como já citado, de que fatores como parentesco e laços de amizade (ZINGA et al., 2011; CORDEIRO, 2011) estejam presentes nas motivações de permanência no assentamento, eles não demonstraram nesta pesquisa que os assentados tenham uma forma consistente de organização de interesses por meio das associações. Assim, a presença de uma cultura comunitária com predominância do individualismo, referente às associações, leva os assentados a se referirem às mesmas **sempre por meio dos nomes de seus presidentes**, ou seja, a “pessoa” (presidente de associação) é referência preponderante à instituição.

As motivações para acessar às lideranças e associações que mais se evidenciaram dizem respeito a declarações de permanência no assentamento (para fins de aposentadoria) e coleta de assinaturas para receber ou impedir o acesso de determinado trabalhador ao núcleo pretendido em caso de desistência ou falecimento, por exemplo. Ou seja, estas demandas são demandas individuais.

No entanto, a própria existência das associações demonstra que existe certo grau de associativismo que, neste caso, não pode ser tratado de forma maniqueísta. Não podemos falar em capital social ou de sua ausência antes de tratar as peculiaridades desta realidade e entendê-la a partir de seus elementos constitutivos.

Ao falar da cultura brasileira, Martins (2013) se opôs à definição de Canclini (1997) de uma “cultura híbrida”. Segundo sua análise do cotidiano do homem do campo, sua cultura é formada por “sobreposições”. Estas evidenciam a presença tanto de elementos modernos

quanto de elementos tradicionais. Por isso, o não tratamento maniqueísta deve ser preservado e o entendimento da relação entre associações e associados no assentamento deve ser vista, principalmente, com ausência de dualismos.

Nesta ótica, os assentados possuem atitudes e tomadas de decisão que parecem não possuir lógica. No entanto, tais posições caracterizam esta sobreposição cultural (MARTINS, 2013). Nesta perspectiva, podemos destacar algumas situações e estratégias de relacionamento evidenciadas no Zumbi dos Palmares e em seus respectivos núcleos e associações, com intuito do entendimento da percepção dos assentados em relação às lideranças nos núcleos. Primeiro, a ligação burocrática dos assentados às associações. Segundo, a não participação dos assentados em relação às atividades propostas pelas lideranças. Por último, a visão da liderança como o conquistador, o provedor de soluções (para si).

A primeira questão levantada em relação à percepção dos assentados sobre as lideranças está intimamente ligada à constituição destas lideranças. Primeiro, houve todo o processo de ocupação, de luta cotidiana e de resistência e da socialização de tarefas desenvolvidas no início do Assentamento (LEWIN et al., 2005; SIGAUD, 2004), que contribuiu muito para que assentados conquistassem capital social dentre demais assentados, mesmo que posteriormente ao período de acampamento estas relações não tenham permanecido intensas como forma de “associação de moradores”.

Mais um dado marcante em relação ao Zumbi dos Palmares foi que estas lideranças formaram associações que tiveram suas características e motivações iniciais alteradas por uma lógica de gestão de recursos para o Assentamento via INCRA que abalou as motivações comunitárias iniciais de ação (PEDLOWSKI, 2011). Assim, para fins de compreensão do papel desempenhado por estas associações e demais atores na formação do assentamento, vale ressaltar algumas questões.

A primeira delas relaciona-se ao caráter autoritário com que as associações foram inicialmente concebidas. Este aspecto certamente dificultou a construção com discussão coletiva a respeito das melhores possibilidades e a que fins e necessidades estas associações serviriam. Antes de tudo, o INCRA exigiu uma instituição com propósitos estritamente instrumentais e, com isso, ajudou a conceber um modelo de associação com propósitos imediatistas que, neste caso, giraram em torno da gestão de recursos para o assentamento.

A segunda questão se refere à CPT. O fato de não estar sendo percebida pelos assentados não significa que ela deixou de atuar no Assentamento e/ou região. Pelo contrário,

continua atuante, no entanto, suas atividades estão mais localizadas e atendendo novas demandas. Entre elas, podemos destacar a organização de eventos e discussões sobre a Educação do Campo e a conquista de direitos territoriais de comunidades remanescentes de quilombo. Estas foram umas das últimas ações que tomei conhecimento de que estavam sendo desenvolvidas pela CPT. Além disso, vale ressaltar que estes trabalhos envolvem comunidades de várias localidades de Campos dos Goytacazes, o que explica a não percepção da CPT por parte dos assentados.

A terceira questão envolve as lideranças do MST. O enfraquecimento da militância na região e, conseqüentemente, no Zumbi dos Palmares, é um fato. A percepção dos assentados sobre a ausência de ações do MST não corrobora apenas este caráter pulverizado da militância do movimento, mas, também, os ataques sofridos pelo MST nos últimos anos. Vale ressaltar o assassinato de Regina dos Santos Pinho e Cícero Guedes, ambos em 2013.

Regina foi uma assentada de importância indescritível e “capilar” para o MST. Digo “capilar” pelo fato de que esteve presente tanto nos maiores quanto nos menores eventos organizados pelo MST no Zumbi dos Palmares e região. Como citei neste trabalho, a própria Regina afirmou: “estou em todas”. Sua ligação com as mulheres do Zumbi dos Palmares com as ações da CPT, com os eventos do MST e, até mesmo, com a “semana do produtor rural”, organizada anualmente pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Deste último evento, ela havia comprado alguns dos maquinários para produção de linguiça e estava fazendo experimentos para “socializar” a novidade que aprendeu na semana do produtor rural. Por todos estes fatores, o seu assassinato foi um golpe forte para todos os assentados e, certamente, para o MST.

O mesmo se pode falar do Cícero Guedes. Sua dedicação ao MST e sua atuação para muito além dos limites do Zumbi dos Palmares foram, certamente, alguns dos motivos que levaram ao seu assassinato. Uma militância como ele, que “encarava de frente”, como disse o senhor “G.” (núcleo V). Sua importância para organização, ocupação, estratégia de luta, socialização, tanto para a ocupação do Zumbi dos Palmares quanto para demais acampamentos em Campos dos Goytacazes e região, não pode ser mensurada. Assim, tomando o acampamento como um espaço pedagógico, de acordo com Sigaud (2004), certamente pode-se afirmar que, a morte do Cícero Guedes representou a morte de um dos grandes pedagogos do MST na região Norte Fluminense.

Por último, para fins de construção interpretativa e de conhecimento a respeito da cultura política no Zumbi dos Palmares, torna-se necessário considerar com estas informações

um conjunto maior e mais complexo de variáveis (ALMOND; VERBA, 1992; INGLEHART, 1989), abordadas no capítulo seguinte (capítulo 6), ou seja, os dados sobre associativismo (participação em sindicatos, partidos políticos, igrejas, grupos desportivos e outras associações voluntárias), mobilização sociopolítica (participação na assinatura de abaixo-assinado, boicote de produtos, participação em manifestações, entre outros) e sofisticação política (leitura de assuntos sobre política em jornais, mídias informativas e uso de internet com fins de informação sobre política), usados para construção dos índices analíticos sobre a cidade de Campos dos Goytacazes e o Assentamento Zumbi dos Palmares.

CAPÍTULO 6 – AS FORMAS DE ASSOCIATIVISMO E MOBILIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA: a cultura política no Assentamento Zumbi dos Palmares



As contribuições da chamada “Nova Cultura Política” (CLARK; NAVARRO, 2007; RENNÓ, 1998) inserem-se em um momento histórico que não é conjuntural, ou seja, seus defensores afirmam que esta renovação teórica responde a uma série de transformações cujos elementos se encontram diretamente associados à chamada globalização. Neste sentido, inserem-se a intensificação do fluxo de capitais, os fluxos migratórios, mudanças nas formas de participação política, entre outros, evidenciadas nos países desenvolvidos.

Neste quadro, pesquisas buscaram analisar a influência destas mudanças em países em desenvolvimento, como o Brasil (AZEVEDO et al., 2012). Os indicadores construídos em tais pesquisas, entre eles, associativismo, mobilização sociopolítica, exposição à mídia e socialização secundária, mostram que na perspectiva teórica da nova cultura política o Brasil possui, no geral, baixos índices em relação aos países estudados (AZEVEDO et al., 2009). Assim, a presente pesquisa utilizou esses quatro indicadores como cerne da análise sobre a cultura política no Zumbi dos Palmares.

A região Norte Fluminense, mais precisamente Campos dos Goytacazes e Macaé, devido ao quadro de mudanças econômicas que possibilitou maior fluxo de capitais e pessoas, elevou estas cidades à condição de polos econômicos regionais. Como tais, atraíram o

interesse de instituições e pesquisadores em que, entre outros estudos, foram realizadas pesquisas sobre a cultura política (AZEVEDO; FERNANDES, 2014).

Considerando as possibilidades metodológicas em relação ao caráter comparativo dos estudos sobre cultura política (RENNÓ, 1998), o questionário aplicado para coleta de dados no Assentamento Zumbi dos Palmares (Campos dos Goytacazes/São Francisco de Itabapoana – RJ) foi o mesmo utilizado na pesquisa que abordou a cidade de Campos dos Goytacazes.

As análises realizadas nesta pesquisa são baseadas na construção de índices compostos, ou seja, cada índice é construído com base em um grupo de variáveis que o constitui. Desta forma, para a análise das formas de associativismo foram consideradas as informações sobre as seguintes formas associativas: partido político, sindicato, grêmio ou associação profissional, igreja ou outra associação religiosa, grupo desportivo, cultural ou recreativo, grupo de associação voltada para defesa do meio ambiente e, por último, participação em outra associação voluntária qualquer.

Para análise da mobilização sociopolítica foram as seguintes informações: ação em defesa do meio ambiente, participação em fórum na internet, aparecer na mídia, contribuição para causas públicas, contatar político, participar de comício ou reunião política, participar de ato público (meio ambiente), participar de manifestações sociais, boicotar produtos e participação em abaixo-assinado.

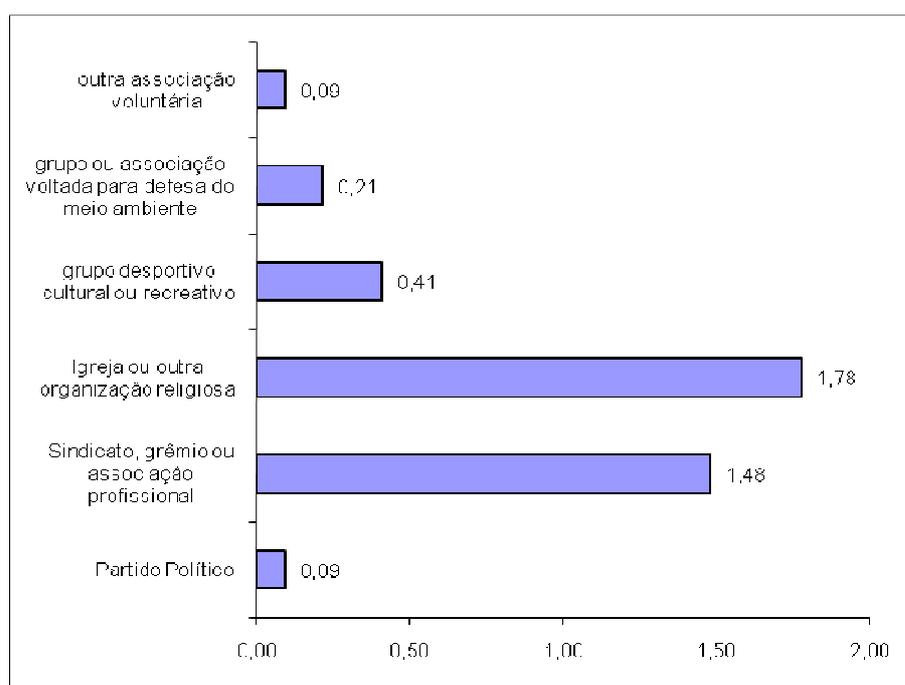
Com relação ao índice de socialização secundária, foram utilizadas informações sobre: a regularidade com que os assentados conversam sobre política com os vizinhos, em reuniões associativas, em casa ou de seus familiares, em encontro com os amigos e no local de trabalho. Por último, no índice de exposição à mídia informativa e sua utilização para obter informações sobre política foram utilizadas informações sobre o uso da internet, do rádio, televisão e jornais.

A construção e análise dos quatro índices possuem um grau de variação que vai de 0 a 3. Sendo assim, quanto mais próximo estiver de 0, o indicador apresenta a não participação dos indivíduos na forma de ação contemplada. Já o contrário, quanto mais próxima de 3, mais os indivíduos comprovam participação no conjunto informado para construção do índice. Nestes termos, podemos avançar em direção às análises e resultados obtidos sobre a cultura política no Assentamento Zumbi dos Palmares.

6.1 – Indicadores sobre a cultura política no Zumbi dos Palmares

A conquista do direito de acesso à terra foi um momento decisivo na trajetória de vida dos integrantes do Assentamento Zumbi dos Palmares, principalmente, porque muitos deles deixaram de ser assalariados rurais e passaram a trabalhar na própria terra (ALENTEJANO, 2011; PEDLOWSKI, 2011). Este processo contribuiu para o desenvolvimento de organizações associativas em que grande parte da população assentada ainda não havia integrado tais formas de mobilização. Assim, considerando a análise em perspectiva mais ampla, visualizaremos de forma conjunta as formas de associativismo e o grau de intensidade evidenciados.

Gráfico 1. Intensidade de associativismo no Zumbi dos Palmares



Os índices de associativismo mostram, de forma geral, uma intensidade muito baixa (ou seja, em uma escala de ponderação de 0-3 nenhuma das formas de associativismo ultrapassou sequer os 2 pontos)³⁰. Além disso, com exceção do associativismo profissional e

³⁰ Quando afirmo que estes índices são baixos, saliento que poucas das variáveis assinaladas ultrapassam metade das possibilidades de intensidade. Além disso, em um quadro de pesquisas mais geral e que abrange as metrópoles brasileiras em relação às de outros países, a cultura política dos brasileiros também é evidenciada

religioso, as demais são pouco significativas. A exceção é a “participação em grupo cultural ou recreativo”, isto pelo fato de o assentamento já ter possuído ponto de cultura, grupos de fabrico de artesanato, práticas artísticas e uma escola de agroecologia³¹ (GOMES JUNIOR, 2013).

A explicação para o associativismo profissional pode ser encontrada na própria história do assentamento, que envolve a presença de sindicatos rurais e de um significativo volume de ex-assalariados do campo. Além disso, o conjunto de fazendas da extinta Usina São João era muito extenso (LEWIN et al., 2005) e carecia não apenas de muitos trabalhadores, como também de que parte destes trabalhadores residissem em suas terras. Por conta disso, a ligação de parte destes trabalhadores com os sindicatos é mais longeva e intensa por possuírem uma constituída identidade de trabalhador rural, seja pela vida no campo, ou por um passado ligado à terra (PEDLOWSKI, 2011).

Quanto ao associativismo religioso, os integrantes do Zumbi dos Palmares, de modo geral, declaram-se cristãos. Não houve qualquer menção a outro credo religioso, com raras declarações de indivíduos que se dizem “sem religião”. Mesmo neste caso, afirmam que creem em Deus. A prática religiosa presente no assentamento distribui-se da seguinte maneira.

Tabela 9. Prática religiosa no Assentamento Zumbi dos Palmares (N = 98)

Religião	Católico	Evangélico não pentecostal	Evangélico pentecostal	Sem religião
(100)	61,3	14,3	22,4	2

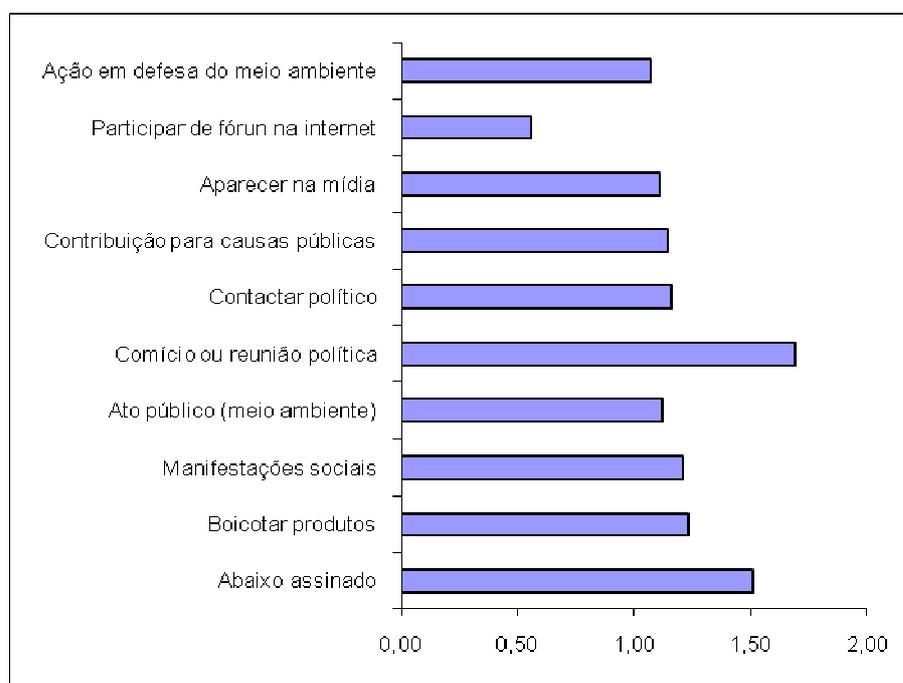
Segundo Azevedo e Fernandes (2014), o associativismo religioso tende a minimizar os níveis de mobilização sociopolítica, ou seja, quanto maiores os níveis de intensidade de associativismo religioso, proporcionalmente menores são os níveis de mobilização sociopolítica.

como de pouca intensidade. Ver AZEVEDO, Sergio de. et al. *Metrópoles, cultura política e cidadania no Brasil*. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 11, p. 347-366, (2009 a).

³¹ Chamada pelos assentados de “Escolinha de Agroecologia” é um espaço de encontro realizado uma vez por mês com o intuito de trocar experiências e soluções agrícolas sustentáveis. Além disso, muitas experiências homeopáticas são socializadas. Por muito tempo funcionou no CIEP de Travessão, no entanto, atualmente a proposta é de que seja itinerante e que possa ser realizada em outros Assentamentos.

No que se refere à mobilização³² sociopolítica do Zumbi dos Palmares, o maior índice é o “comício e reunião política”, seguido de “abaixo-assinado”. Os demais índices aparecem com um grau de mobilização muito próximo, excetuado o item “participar de fórum na internet”, que tem desempenho muito baixo.

Gráfico 2. Mobilização sociopolítica dos integrantes do Zumbi dos Palmares



É possível dizer que os índices de mobilização sociopolítica dos integrantes do Zumbi dos Palmares, excetuando “comício e reunião política” (que de forma singular supera “abaixo-assinado”), também são relativamente baixos quando comparados aos índices obtidos em pesquisas sobre cultura política que consideram elementos da Nova Cultura Política (AZEVEDO, Sergio de, et al., 2009 a).

A grande novidade é que, pela primeira vez em pesquisas deste tipo, o item “comício ou participação política”³³ aparece em primeiro lugar superando o “abaixo-assinado” que

³² O conceito de “mobilização sociopolítica” possui nesta pesquisa o significado de formas de organização e/ou participação de ações em prol de alcançar e/ou contribuir com interesses extraindividuais.

³³ O que foi verificado, primeiramente, na cidade de Campos dos Goytacazes (Azevedo; Fernandes, 2014) e posteriormente no Zumbi dos Palmares por meio desta pesquisa. No entanto, no primeiro caso, a questão não foi problematizada pelos autores no trabalho publicado no referido ano. Mesmo sem este tratamento e abordando outra realidade, o trabalho de Azevedo et al. (2009 b) apresentou a possibilidade de problematização via análise por nível de escolaridade.

sempre se apresenta como a manifestação mais utilizada, até mesmo, pelo fato de tratar-se de um instrumento que exige menor custo de participação (ou seja, apenas uma assinatura) como bem afirma Olson (2007).

Azevedo et al. (2009 b, p. 711) apresentaram uma possibilidade explicativa em estudo realizado sobre a chamada “nova cultura política” (NCP) onde foram analisados sete países, entre eles, Brasil, Canadá, Estados Unidos, França, Suécia, Espanha e Portugal. Em todos esses países, a modalidade de ação sociopolítica “abaixo-assinado” é superior ao índice “participação política”. Azevedo e colaboradores também mostram que este índice não é maior apenas nos casos de baixa escolaridade, ou seja, nos quais se verifica quatro anos ou menos de estudo. Isto pode apontar que, na cidade de Campos e, conseqüentemente no Zumbi dos Palmares, esta especificidade pode ter relação com um baixo nível de escolaridade que contribui para que as pessoas optem pela mobilização em reuniões políticas pelo fato de muitas vezes estarem impossibilitadas de manifestarem-se através da forma escrita.

O que ajuda a explicar a preponderância da “participação política” é o próprio processo de constituição do assentamento que, segundo os próprios assentados, possuiu certo investimento por parte de políticos locais (mesmo que seja de forma localizada e pontual, como em períodos eleitorais). No entanto, os assentados demonstram na atualidade uma tendência à descrença em relação a tais “eventos” (o que já foi discutido no capítulo anterior), por perceberem que se constituem em ações momentâneas e desprovidas de capacidade de resolução de problemas. Além disso, apontam grande personalismo nestas reuniões por meio dos presidentes das associações e que, passados os períodos eleitorais, estes eventos também deixam de acontecer.

Quanto a “assinar um abaixo-assinado”, Azevedo e Fernandes (2014) sugerem que aparece em segundo no grau de intensidade por conta da pouca energia investida nesta forma de mobilização. No caso específico do Zumbi dos Palmares, outro fator importante é que o “abaixo-assinado” constitui-se no assentamento em um instrumento que pode ser usado tanto para equalizar demandas como também para a “aceitação” de determinado assentado em potencial. Durante o trabalho de campo ³⁴, inúmeras vezes foram mencionadas experiências de assinatura para que pudesse ser corroborada a presença de determinadas pessoas como instrumento de composição do processo de acesso ao assentamento.

³⁴ Termo utilizado aqui com o propósito de expressar o cotidiano de coleta de dados e informações no assentamento.

Como exemplo, um assentado “X”, cujo irmão ficou doente e veio a falecer, precisou de um abaixo-assinado para que, diante do INCRA, pudesse demonstrar ser bem aceito pela comunidade do núcleo e demonstrar que realmente vivia e trabalhava no lote. Esta experiência foi vivenciada, segundo especificidades, por outros indivíduos que já estão assentados ou em processo de regularização.

Nesta perspectiva que Olson (2011) salienta que o esforço é calculado pelo volume da recompensa. Neste caso, a participação em um abaixo-assinado ou petição diante da possibilidade de manter um possível colaborador e conhecido próximo é razoável. Todas as demais formas de mobilização política apareceram de modo semelhante, com exceção da variável “participar de fórum na internet”, o que se explica, primeiro, pela grande ausência deste instrumento na vida dos assentados e, em segundo, pela dificuldade de acessar este serviço na área do assentamento. Vale ressaltar que os dados sobre mobilização política referente à “participação em fórum na internet”, segundo Azevedo e Fernandes (2014), tendem a ser maiores nas áreas urbanas, especialmente, entre os setores privilegiados (leia-se com maior renda e nível educacional).

6.1.1 – Intensidade do associativismo no Zumbi dos Palmares e Campos dos Goytacazes

Agora quando comparamos os dados referentes à intensidade de associativismo e mobilização política relacionadas ao Zumbi dos Palmares e a Campos dos Goytacazes, podemos construir uma análise enriquecedora. Como bem salientou Rennó (1998), o aparato teórico da cultura política possui implícito o elemento comparativo. Vejamos os índices na tabela seguinte:

Tabela 10. Intensidade de associativismo em Campos e no Zumbi dos Palmares

Formas de associativismo	Zumbi dos Palmares	Campos dos Goytacazes
Partidos políticos	0,09	0,29
Sindicato, grêmio ou associação profissional	1,48	0,42
Igreja ou organização religiosa	1,78	1,87
Grupo desportivo, cultural ou recreativo	0,41	0,63
Outra associação voluntária	0,09	0,53
Média	0,68	0,62

Com exceção do associativismo profissional, em todas as demais formas os índices que representam o assentamento são menores. No entanto, quando se considera a média esta interpretação é modificada, ou seja, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos assentados (PEDLOWSKI, 21011), a intensidade dos índices de associativismo presentes no Zumbi dos Palmares são, em média, maiores do que os verificados na cidade de Campos dos Goytacazes (tida como polo regional).

Isto aponta para um diferencial na formação da sociabilidade do assentamento, ou seja, a importância do acampamento para gênese da cultura política dos assentados (SIGAUD, 2004; SIGAUD et al., 2010; BELO; PEDLOWSKI, 2014). Logo, todo o processo de operacionalizar estrategicamente a “forma acampamento” (SIGAUD et al., 2010) e, com isso, de alimentar todas as suas demandas, proporcionou aos assentados uma conjunto de ações, participações, construções e experiências que marcou o processo de formação de sua cultura política.

No caso do associativismo religioso, é pouco inferior no Zumbi dos Palmares, no entanto, como mencionado anteriormente, o associativismo profissional é extremamente mais elevado no assentamento. Certamente isto reflete a já mencionada especificidade histórica do papel dos sindicatos para os trabalhadores rurais nesta realidade social. Agora, quando verificamos os dados referentes à mobilização sociopolítica, os índices são significativamente diferentes, principalmente, pela diminuição das disparidades e superioridade, em sua maioria, por parte do Assentamento.

6.1.2 – Mobilização sociopolítica no Zumbi dos Palmares e em Campos dos Goytacazes

Acreditamos que um dado que deve ser levado em consideração é o aspecto histórico da trajetória de vida dos assentados. Quando utilizamos este termo, o percebemos como uma vida de lutas, em que estas experiências de mobilização muitas vezes não alcançaram êxito nas primeiras tentativas (GONÇALVES, 2004; ALENTEJANO, 2011).

Assim, além do processo que envolveu todo o período no acampamento, necessitou-se também de angariar forças para a superação de dificuldades estruturais e de serviços diretamente relacionadas ao assentamento. Neste sentido, a materialização destas ações é evidenciada na tabela 11.

Tabela 11. Intensidade de mobilização sociopolítica segundo a modalidade de ação política em Campos e no Zumbi dos Palmares

Modalidade de ação sociopolítica	Zumbi dos Palmares	Campos
Assinar um abaixo-assinado	1,51	1,76
Boicotar produtos	1,23	0,84
Participar de manifestação social	1,21	0,93
Participar de comício ou reunião política	1,69	1,85
Contatar políticos/alto funcionário do Estado	1,16	0,94
Dar dinheiro/recolher fundos para causas públicas	1,14	0,89
Contatar ou aparecer na mídia	1,11	0,62
Participar de fóruns pela internet	0,56	0,70
Média	1,18	1,07

Os assentados, considerando a totalidade das formas de ação política, possuem níveis de intensidade maiores de mobilização sociopolítica que os encontrados em Campos dos Goytacazes³⁵ (em média). Nas modalidades em que os índices referentes ao assentamento são superiores, podemos realizar algumas considerações que esclarecem a respeito desta superioridade.

A primeira modalidade, “boicotar produtos”, pode-se dizer que a não compra de alguns insumos agrícolas estão fortemente associados a sua superioridade. Podemos apontar, principalmente, insumos que podem ser inseridos no conjunto dos chamados “agrotóxicos” (herbicidas, fungicidas e inseticidas). Algumas culturas cultivadas no assentamento, como o abacaxi, possuem uma grande demanda destes insumos (TERRA et al., 2011). No entanto, experiências negativas de intoxicação associadas ao desenvolvimento de uma concepção produtiva (agroecológicas) têm conduzido alguns poucos assentados a diminuir o consumo destes produtos ou, até mesmo, não adquiri-los (GOMES JUNIOR, 2013)³⁶.

³⁵ Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, Iuperj, ICS-UL, ISRP (2008); Pesquisa Observatório das Metrópoles, UENF, Ucam-Faperj (2009).

³⁶ Esta pesquisa mostra o papel da “Escolinha de Agroecologia”, onde os assentados compartilham formas alternativas de solucionar problemas agrícolas. Em seus trabalhos, são socializadas experiências negativas com agrotóxico e os males causados por estes produtos. Durante a pesquisa, alguns assentados, mesmo os que não usam agrotóxicos, afirmaram que tiveram algum tipo de irritação ou complicação de saúde através de contaminação pelo ar.

Na modalidade “participar de ação social”, o próprio fato de estar em um assentamento de reforma agrária já explica bastante este índice (SIGAUD, 2004; BELO; PEDLOWSKI, 2014). Além disso, as condições em que os assentados receberam a terra (sem energia elétrica, muitos lugares sem ruas abertas, nenhuma condução, entre outros fatores) foram agravantes de mobilização que impuseram a esta população, em algum momento, atos de mobilização em prol destes serviços elementares. Mesmo que não se tenha chegado ao ideal, em algum nível houve avanço por conta destas condições, principalmente, se considerada a relação entre o custo de tais mobilizações e seus benefícios (OLSON, 2011; AZEVEDO; PRATES, 1995).

Muitas das dificuldades encontradas no início do assentamento também se transformaram em mobilização para os agentes políticos, principalmente, pela ausência que havia de transporte escolar, ambulâncias e postos de saúde, que na maioria do Assentamento existe. Esta ausência do poder público e de seus serviços, na verdade, pode ser o reflexo desta procura maior em “contatar políticos/altos funcionários do Estado”.

Nesta perspectiva da ausência (PEDLOWSKI, 2011), podemos interpretar também o comportamento dos integrantes do Assentamento em relação a “dar dinheiro para uma causa pública” e “contatar ou aparecer na mídia”. Assim, tanto a média geral do associativismo quanto a mobilização sociopolítica, apresentam índices maiores de intensidade no Assentamento.

O fato é que o Zumbi dos Palmares é fruto de um movimento social de luta pela terra, que contou com uma partilha de tarefas, necessidades e soluções divididas cotidianamente (SIGAUD, 2004; SIGAUD et al., 2010; BELO; PEDLOWSKI, 2014). Com isto, os desdobramentos envolvendo mobilização não apenas surgiram, mas também se manifestaram de forma estritamente necessária para as demandas existentes na realidade dos assentados.

Mesmo que este processo tenha se enfraquecido a partir da entrega dos lotes aos assentados, estas experiências foram vivenciadas pela necessidade de contribuir para a criação e organização de um espaço de convivência e moradia que, primeiro, foi um espaço de luta. Por conta disso, os dados a respeito do associativismo são maiores no Zumbi dos Palmares. A presente diminuição de sua intensidade é compreensível, enquanto não houver a necessidade de esforços cuja recompensa seja compatível com os mesmos (OLSON, 2011).

Mesmo que os valores que passaram a vigorar no cotidiano do Zumbi dos Palmares estejam mais próximos de “instrumentais” do que “ideais”, e que enquanto “comunidade” (PUTNAM, 1997) isso tenha contribuído negativamente para a solução dos anseios e

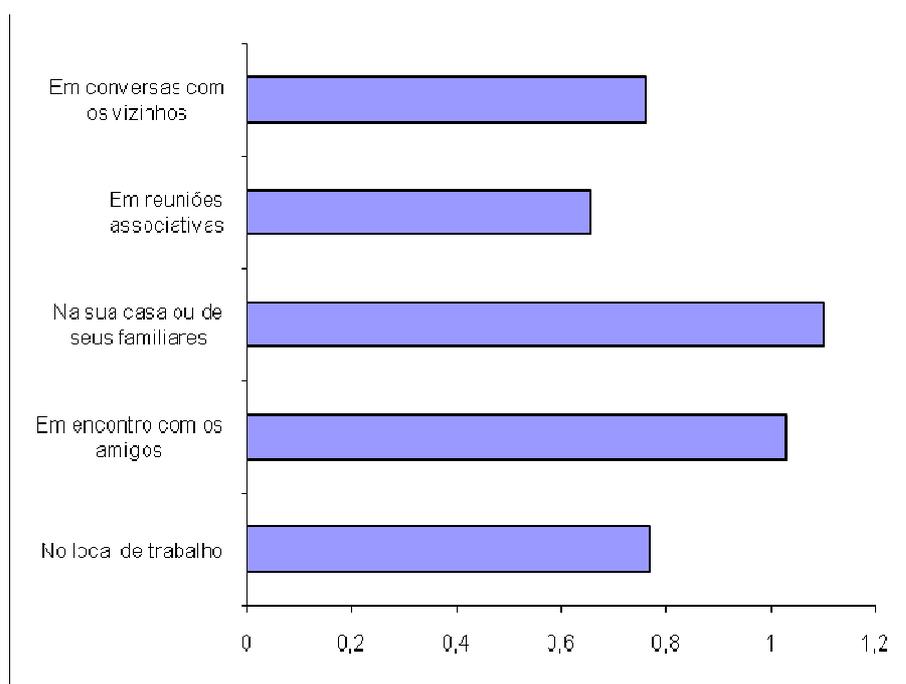
necessidades da grande maioria, experiências de mobilização foram vivenciadas e, apesar de tudo, não desapareceram em meio a um individualismo avassalador, pois existem parcerias (amizades, lembranças, aprendizados, vivências, memórias) que coexistem e fazem parte desta identidade maior chamada assentamento Zumbi dos Palmares.

6.1.3 – Os fatores cognitivos da cultura política no Zumbi dos Palmares

A “sofisticação política” dos indivíduos pertencentes ao Zumbi dos Palmares será analisada de acordo com a proposta analítica de Azevedo e Fernandes (2014). De acordo com estes autores, a sofisticação política divide-se em dois conjuntos de fatores. O primeiro conjunto, chamado de “socialização secundária”, busca apreender o índice de intensidade com que os indivíduos conversam sobre política no local de trabalho, em encontro com os amigos, em casa com os familiares, em reuniões associativas e em conversas com os vizinhos. Já o segundo é chamado “exposição à mídia”; analisa a intensidade com que os integrantes do Assentamento acessam informações sobre política através de jornais, televisão, rádio e internet.

Quanto ao primeiro conjunto, “socialização secundária”, os índices mostram que os assentados possuem baixos índices quando o assunto é “falar sobre política”. Assim, as variáveis que compõem o referido índice apontam que no Zumbi dos Palmares poucos são os momentos em que seus integrantes reservam para tratar de assuntos referentes à política, como pode ser visualizado no gráfico a seguir:

Gráfico 3. Índice de socialização secundária dos integrantes do Zumbi dos Palmares



Em uma escala analítica de 0 a 3, nenhuma das variáveis acima passou de (1,2), evidenciando que os assentados possuem em seu cotidiano a “política” como um assunto dentre os que são tratados com pouca frequência e/ou intensidade. Estas variáveis possuem grande influência da organização espacial dos assentados e do nível de energia que necessita ser gasto para que haja maior interação (OLSON, 2011).

O primeiro deles, “conversas com os vizinhos”, pode ser explicitado pelo fato de que geograficamente os assentados vivenciam um cotidiano de distâncias, uma vez que os lotes impõem esta organização. Assim, com exceção do núcleo IV³⁷, que possui uma agrovila, nos demais núcleos do Assentamento as pessoas estão muito dispersas e, por isso, acabam mantendo relações que não contam com encontros frequentes.

No que se referem a reuniões associativas, os assentados tem nas associações um espaço de reivindicações e discussões que foi o mais acionado. No entanto, com o passar dos anos, estes passaram a receber o descrédito em relação à efetiva capacidade de resolução de anseios e conflitos. Somam-se a isto as disputas internas que contribuíram para a multiplicação destas associações. Por conta destes fatores, “falar de assuntos políticos”,

³⁷ O núcleo II também possui uma organização em agrovila, no entanto, como os próprios assentados afirmam, esta organização existe apenas no papel.

apesar de pouca intensidade, apareceu com evidência mais aparente no espaço da casa dos assentados.

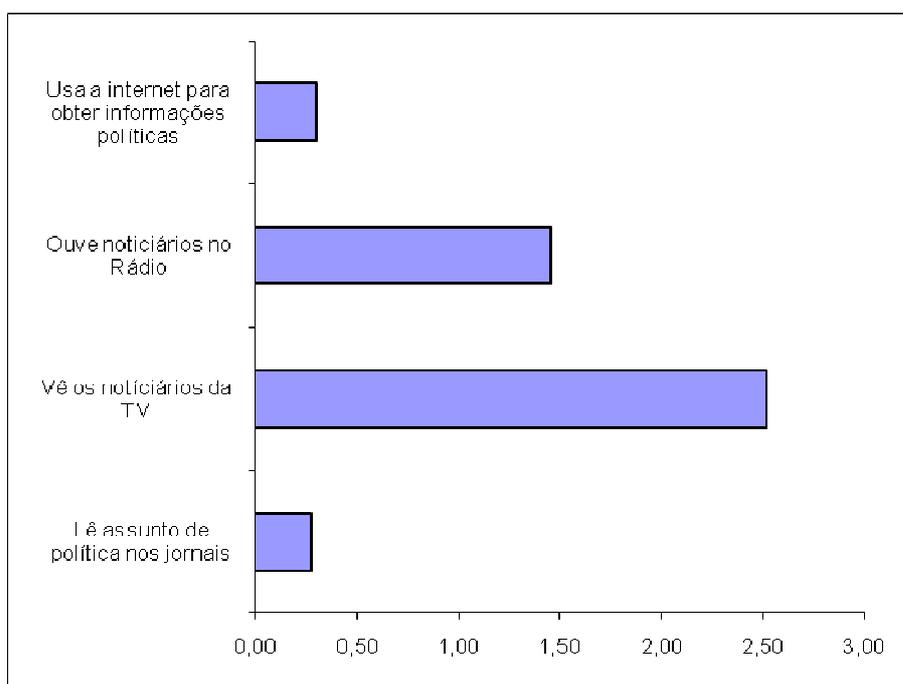
Quando comparados aos índices de intensidade de Campos dos Goytacazes, podemos perceber uma grande diferença entre as duas realidades. Segundo Azevedo e Fernandes (2014), enquanto esta possui um índice de socialização secundária de (1,65), no assentamento este índice é de (0,86), ou seja, praticamente o dobro. Isso pode ser muito bem explicado pela organização espacial da cidade e pela peculiar característica de proximidade entre os indivíduos que, por meio desta, podem estabelecer maiores níveis de relações interpessoais, quer dizer, são formas específicas de sociabilidade em que a última apresenta maior dinamismo (o que não significa superioridade em termos qualitativos).

Nestes termos, comparativamente, em Campos dos Goytacazes esta socialização é mais intensa “no local de trabalho”, seguido de “em casa com os familiares”, “encontro com os amigos”, “em conversas com os vizinhos” e, por último, “em reuniões associativas”. Com exceção deste último (aproximadamente 1,0), todos os demais apresentaram um grau de intensidade superior a (1,4), de uma escala analítica de 0 a 3, ou seja, no que se refere à socialização secundária, os assentados apresentam índices distantes em relação aos apresentados pelos indivíduos moradores da cidade.

Quanto ao acesso dos assentados a informações referentes à política por meio de mídias, estes apresentam um índice médio de intensidade igual a (1,14). Azevedo e Fernandes (2014) apontam que este dado referente aos indivíduos moradores de Campos dos Goytacazes é igual a (1,55). Por conta de toda ausência de infraestrutura e dificuldades de acesso a serviços por que passam os moradores do Zumbi dos Palmares (PEDLOWSKI, 2011), esperávamos que este índice pudesse ser menor em relação aos evidenciados em Campos dos Goytacazes.

Para Azevedo e Fernandes (2014, p. 210), a exposição a mídia informativa direciona para “sofisticação política”, principalmente, quando os indivíduos buscam informações em jornais impressos. Isto, pelo fato de exigir “maior grau de interesse, atenção e compreensão cognitiva por parte dos indivíduos”. Neste sentido, os dados referentes ao Zumbi dos Palmares apresentam a seguinte configuração:

Gráfico 4. Índice de exposição à mídia informativa no Zumbi dos Palmares



Apresentando índices semelhantes aos da cidade de Campos dos Goytacazes, os assentados possuem como principais veículos de informação sobre política os telejornais e os veículos de radiodifusão. Segundo Azevedo e Fernandes (2014), quando se usa como referencial apenas os dados referentes à leitura de jornais, Campos apresenta um índice de (1,13), enquanto que no Zumbi dos Palmares é de (0,28).

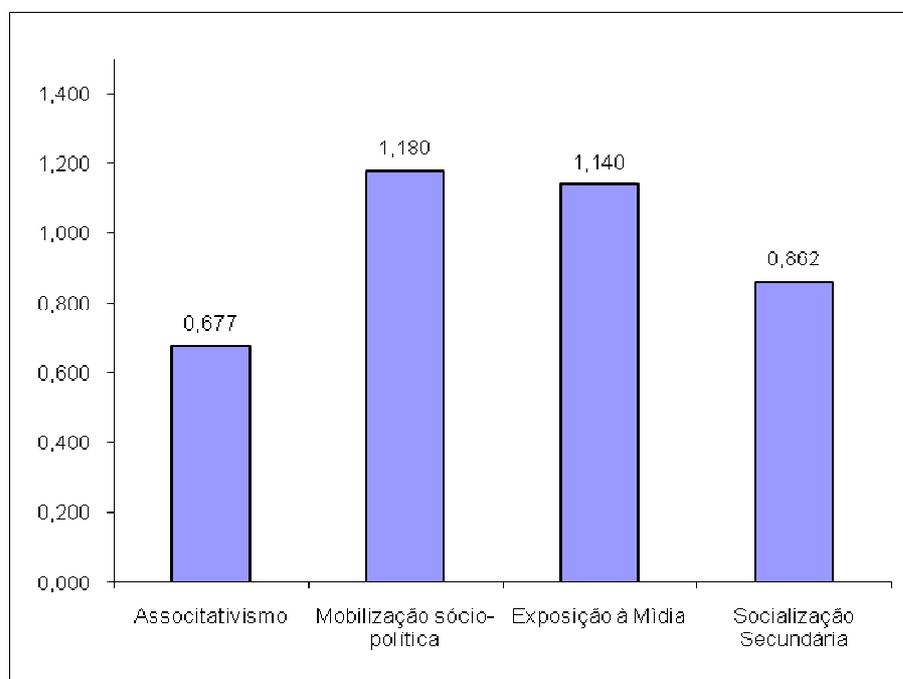
Diferenciais semelhantes foram confirmados no que se refere ao uso da internet e à leitura de jornais, tanto para o Zumbi dos Palmares quanto para Campos dos Goytacazes. Neste sentido, nas duas realidades a internet é um veículo de acesso a assuntos sobre política mais utilizada que os jornais. O diferencial, neste caso, fica por conta de que em Campos verifica-se mais que o dobro de acesso a este veículo de informação.

Além dos fatores relacionados à precariedade de serviços no Assentamento (PEDLOWSKI, 2011), a “sofisticação” política sofre com um fator marcante, ou seja, o nível de escolaridade dos assentados. Assim, em uma realidade social em que, somados à porcentagem dos que não possuem qualquer grau de escolaridade e os que possuem a 3ª série do Ensino Fundamental ou menos se obtém o percentual de 41,8%, fica estruturalmente debilitado qualquer possibilidade da existência de uma “sofisticação política”. Principalmente, quando a leitura possui uma preponderância nesta análise (AZEVEDO; FERNANDES, 2014).

6.4 – A cultura política no Zumbi dos Palmares

As análises do conjunto de fatores que constituem a teoria da cultura política apontam que, de modo geral, os índices médios são baixos no Zumbi dos Palmares (ALMOND; VERBA, 1992; AZEVEDO; FERNANDES, 2014; AZEVEDO et al., 2009). Apesar de a maioria dos seus integrantes possuírem um passado e/ou ter ligação com o meio urbano da cidade de Campos dos Goytacazes e adjacências (ALENTEJANO, 2011), estas experiências não refletiram em uma equidade ou proximidade quanto à constituição da cultura política. Isso pode ser visualizado no gráfico a seguir.

Gráfico 5. Determinantes da cultura política no Zumbi dos Palmares



Os índices médios em uma escala de 0 a 3 não passam de 1,5, ou seja, nem mesmo chegam a atingir a metade da intensidade máxima possível. Estes números são menos expressivos quando comparados com os índices referentes a Campos, com exceção dos fatores relacionados à participação política. Assim, em uma perspectiva comparada, podemos visualizar melhor estes dados na tabela 12.

Tabela 12. Determinantes da cultura política em Campos e no Zumbi dos Palmares

Determinantes	Zumbi dos Palmares	Campos dos Goytacazes
Associativismo	0,68	0,75
Mobilização sociopolítica	1,18	1,07
Exposição à mídia	1,14	1,55
Socialização secundária	0,86	1,65

Os resultados apontam para a existência de experiências diferenciadas de formação da cultura política, o que aponta para algumas especificidades em sua configuração. Para os integrantes do assentamento estas diferenças são maiores em relação aos fatores cognitivos. Já quando analisados os elementos referentes à participação política, os índices referentes a Campos dos Goytacazes são inferiores.

Em relação ao “associativismo”, podemos salientar a intensidade das relações urbanas, contudo, tanto nos dados referentes a Campos dos Goytacazes quanto ao Zumbi dos Palmares, esta diferença importa pouco uma vez que o associativismo religioso manifesta-se como a principal forma em ambos.

No Zumbi dos Palmares as demais formas associativas, os sindicatos, por exemplo, são evidenciadas, contudo, estão longe de representar uma organização de interesse geral como representaram os acampamentos no processo de ocupação (SIGAUD, 2009; BELO; PEDLOWSKI, 2014). Estas organizações expressaram o momento máximo de associativismo com fins coletivos em que, após a conquista dos lotes, desgastou-se sem que pudesse gerar organizações duradouras com possibilidade de gerir novas demandas e anseios (PUTNAM, 1997). Um bom exemplo é a condição atual das associações.

Neves (2013, p. 16), em estudo sobre associações rurais, afirma que “uma das mais fundamentais na produção de descrédito das associações” é a impossibilidade de construção de um projeto durável. Esta análise ajuda a pensar a realidade do Zumbi dos Palmares, uma vez que as associações de moradores tiveram papéis muito pontuais em termos de legitimidade para representar os assentados. Dentre estes momentos, uns dos principais foram os poucos períodos de mediação de recursos para o assentamento (PEDLOWSKI, 2011; LEWIN et al., 2005). Nesta perspectiva, não houve a criação de um ente representante do coletivo, até mesmo, pelo fato da coletividade não querer demandar energia para esta forma associativa. Neste sentido, exigiu-se para abertura do diálogo:

(...) a construção de um representante delegado. Para que este representante seja legítimo e legalizado, a construção de um nós deve visualizar a dinâmica do processo ou do movimento social em jogo. O efeito imediato é a eleição do porta-voz. Como os compulsórios associados não atribuem delegação pelo caráter formal ou impessoal que o modelo associativo pressupõe, eles investem no controle da diferenciação do saber e do prestígio inerentes ao exercício do porta-voz. E projetam formas de controle sob a modalidade de rumor ou fofoca, resistências à adesão, desqualificando de imediato o porta-voz. A sobrevivência desta leva-o a recair num personalismo que transforma o acesso ao cargo, num dom ou numa diferenciação frente aos que representa (NEVES, 2013, p. 21).

Esta proposta interpretativa conflui com a análise de Putnam (1997), quando salienta que a não participação dos indivíduos nos processos decisórios e de gestão, contribui para que se desenvolvam “instituições” que refletem pouco os anseios coletivos. A mesma inquietude que desperta Tocqueville (1998), ao atribuir à participação nas instituições grande importância para a construção de espaços democráticos.

Quanto à “mobilização sociopolítica”, o índice geral aponta para uma pequena superioridade do assentamento em relação a Campos dos Goytacazes, contudo, esta se dá pela própria história dos assentados e a experiência destes enquanto movimento social. No entanto, algumas similitudes interessam quanto ao peso destas “especificidades”. O primeiro deles, é que nos dois casos o fator “comício ou reunião política” aparece como a principal forma de mobilização (Zumbi dos Palmares = 1,69; Campos = 1,85).

Outro dado confluyente é o “assinar um abaixo-assinado”. Segundo Azevedo e Fernandes (2014), este aparece como pouco importante devido ao pouco dispêndio de energia. No entanto, como já foi citada, no Zumbi dos Palmares esta forma de mobilização apresenta-se como um instrumento político, uma vez que, na principal forma em que é requerido, busca representar a vontade coletiva de permanência ou não de um possível integrante (assentado).

No geral, com exceção de “participar de comício ou reunião política”, “assinar um abaixo assinado” e “participar em fóruns pela internet”, nos demais, os índices do assentamento são maiores. Mesmo nestes em que é superado, não o são com disparidade acentuada. Neste sentido, apesar de possuir um índice geral maior em intensidade que os apresentados pela cidade de Campos, o Zumbi dos Palmares é superior também nos dados mais relevantes para a construção deste índice (AZEVEDO; FERNANDES, 2014) como, por exemplo, “contatar ou aparecer na mídia (Zumbi dos Palmares = 1,11; Campos dos Goytacazes = 0,62).

Os fatores relacionados à “exposição à mídia” são menores no assentamento justamente por conta das dificuldades estruturais por que passa o meio rural. Neste sentido, o acesso à informação por meio de jornais e revistas, por exemplo, torna-se quase que improvável se os assentados não os adquirirem na cidade.

Outro fator importante é a dificuldade por que passam os assentados para conseguirem serviços de internet, não apenas pela inexistência física por meio de cabos como também pela dificuldade de sinal via satélite. Tanto é que, em muitos lugares, nem mesmo serviço de telefonia móvel é possível. Com isso, confirmou-se uma expectativa em relação à importância desta variável para análise (uma vez que esperávamos encontrar a dificuldade de oferta deste serviço no assentamento). Por último, os índices gerais sobre a cultura política no Zumbi dos Palmares são inferiores quanto à “socialização secundária”, e isto pode ser explicado pela organização familiar, espacial e social do assentamento. Este é dividido em lotes (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Neste sentido, a organização familiar da produção, uma característica do assentamento (BERGAMASCO; NORDER, 1996), transforma este “lugar de trabalho” em um ambiente de relações menos intensas que o ambiente de trabalho urbano. Assim, nesta forma organizacional, a interação dos assentados com os demais integrantes do assentamento torna-se menos intensa. Como a organização das agrovilas vigorou efetivamente em um núcleo apenas (IV), tornaram-se menores os espaços e possibilidades cotidianas de discussões.

Na guisa de conclusão, a cultura política dos integrantes do Zumbi dos Palmares na mídia e em grande quantidade de indicadores e variáveis supera os índices evidenciados na cidade de Campos dos Goytacazes. Mesmo esta despontando como um polo regional e sofrendo influências de variáveis atribuídas à globalização.

Esta afirmativa está pautada, entre outras coisas, na especificidade da formação social do Zumbi dos Palmares em que, apesar de possuir uma sociabilidade mais lenta e local (BAUMAN, 1998), ganhou em legado histórico (PUTNAM, 1997). Esta conquista está presente tanto no processo de formação do assentamento (BELO; PEDLOWSKI, 2014), quanto no cotidiano e na resistência (PEDLOWSKI, 2011). Por conta disso, a cultura política dos integrantes do Zumbi dos Palmares apresenta números expressivos e superiores quando comparado com Campos dos Goytacazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante ao aspecto econômico, a reforma agrária tem se mostrado um instrumento capaz de contribuir com o aumento da dinâmica econômica de regiões que recebem assentamentos, além de contribuir para a melhoria da vida destas pessoas (LEITE et al., 2004). Neste ponto, a luta é pelo acesso aos bens indispensáveis à vida, que primordialmente, passam pela possibilidade de acesso ao material. No caso dos camponeses alijados, este bem imediato é a terra.

No Brasil o movimento que tem capitaneado a luta pela terra é o MST, que encontrou e ainda enfrenta muitos desafios no Brasil e em regiões onde se propõe a atuar. Esta luta encontra-se viva atualmente em quase todo o Brasil por meio de ações em diversos estados (COMPARATO, 2001), e no Rio de Janeiro não é diferente (ALENTEJANO, 2011).

Com as especificidades de cada região, o MST se deparou no Rio de Janeiro um campesinato com traços e influências do urbano (GRYNSZPAN, 2009; PEDROZA, 2010). Por conta disso, encontrou grandes dificuldades para socialização de suas ideias, principalmente, quanto à promoção de uma cultura de coletivização da propriedade. Este sim foi e continua a ser um dos grandes desafios do movimento, que vê muitas vezes todo um processo de luta e todo um investimento em promoção desta cultura coletiva sucumbir em meio ao enraizado individualismo característico da sociedade capitalista (GOHN, 1999). Este também foi um dos grandes desafios do MST no Rio de Janeiro, que não se manifestou apenas nos primeiros momentos, mas também, no processo de consolidação do espaço de luta do MST no Rio de Janeiro.

Em meio a dificuldades como estas é que o MST chegou ao interior do Rio de Janeiro, mais precisamente na região Norte Fluminense (GONÇALVES, 2004; LEWIN et al., 2005; ALENTEJANO, 2005). Talvez em outras regiões do Brasil, por exemplo, no Sul, esta proposta coletiva possa ter maior ressonância diante da organização dos assentamentos. No entanto, na realidade abordada por esta pesquisa isso não foi verificado, a não ser a tentativa de consolidar entre pequenos grupos ações de trabalho coletivo. Mesmo nestes casos, este trabalho está relacionado à comercialização e não à produção de bens.

Neste sentido, a atuação do MST no Norte Fluminense enfrentou e ainda enfrenta muitas dificuldades e, entre as principais, podemos citar a marcante e histórica cultura individualista da maioria dos participantes dos movimentos de luta pela terra na região, o que é manifesto pela dificuldade de manter formas coletivas duradouras (NEVES, 2013). Não que

isso seja um problema determinante, a questão é que estes elementos dificultam a atuação e a legitimação da luta pela socialização da propriedade da terra na região. Além destas dificuldades, envolve um desgaste dos espaços de discussão e resolução de questões que influenciam coletivamente os assentados.

É marcante que a atuação do MST trouxe muitos avanços expressos, principalmente, pelo número de assentamentos existentes após sua atuação no Norte Fluminense. Contudo, este ainda poderia ser maior caso houvesse a possibilidade de manter as mesmas motivações que iniciaram todo o processo. Assim, apesar de ter entrado no coração da atividade canavieira, sabemos que os gastos e investimentos humanos são altos e, por conta disto, difíceis de serem mantidos (OLSON, 2011; AZEVEDO; PRATES, 1995).

Mesmo assim, as motivações que nortearam os integrantes do MST alcançaram êxitos que estão presentes até hoje na região, por meio de alterações geográficas, sociais, econômicas que levaram centenas de pessoas a acessarem à terra via este movimento (ALENTEJANO, 2011). Ele não foi duradouro por conta da formação social específica da maioria parte dos integrantes dos movimentos de luta pela terra atuantes no Norte Fluminense, principalmente, os ligados e/ou organizados pelo MST. Vale ressaltar que tais desdobramentos também foram causados pelas escolhas realizadas pelos assentados, cuja organização de forma reflexiva não pode ser negada (MELUCCI, 1999).

Neste aspecto, esta pesquisa buscou compreender as motivações da formação da cultura política deste que é, não apenas o maior assentamento do Norte Fluminense, mas do Rio de Janeiro, o Assentamento Zumbi dos Palmares. A constituição de seus integrantes é alinhada às peculiaridades históricas do campesinato do Rio de Janeiro, ou seja, a presença de uma influência urbana (ALENTEJANO, 2011; PEDROZA, 2010).

Assim, muitos dos assentados do Zumbi dos Palmares são oriundos do meio urbano campista ou de cidades vizinhas, como Cardoso Moreira, Italva, São Francisco de Itabapoana (que abriga geograficamente parte do Assentamento – núcleo V), Macaé, entre outras. O que norteou este trabalho foi justamente a busca pelo entendimento da cultura política dos integrantes desse Assentamento, com o intuito de compreender, em relação a um cenário mais amplo, o de Campos dos Goytacazes como polo regional (AZEVEDO; FERNANDES, 2014), quais os fatores constituintes da socialização e mobilização deste contingente populacional que, por meio de tais ações, passaram à condição de sujeitos de direitos (NEVES, 2007).

O primeiro fator a ser considerado, é que os integrantes do Zumbi dos Palmares logo romperam, em sua maioria, com o MST. É claro que esta ruptura não se deu de forma

estaque e/ou total. Contudo, parece que ela nunca sequer existiu para a maioria dos assentados – afirmam que nunca pertenceram ao MST. Apesar disso, eles não deixaram de reconhecer a importância do MST, e apontam que ele foi extremamente importante para organização e mobilização dos assentados no período de ocupação e acampamento.

O nosso entendimento é que, mesmo havendo esta negação por parte da maioria, este pertencimento de fato existiu. Principalmente por meio da forma de luta, ou seja, a “forma acampamento” (SIGAUD et al., 2010). Esta estratégia foi socializada e apreendida pelos assentados. Nestes termos, mesmo que haja uma negação institucional, não pôde haver uma negação de atuação histórica e, por isso, muito mais ampla do que aceitar ou não um vínculo de pertencimento com o MST.

Vínculo este, que também foi rompido por parte do próprio MST (LEWIN et al., 2005). Foi um movimento estratégico também a canalização das forças militantes para áreas com maiores potenciais de conquistas. Além disso, quando as lideranças do MST deixaram o Zumbi dos Palmares e se dirigiram para Paranapanema, as terras já estavam asseguradas aqui. Foi necessário fortalecer uma frente mais ampla de luta. Foi o que fez, também, o MST.

Outra esfera desta ruptura com o MST também pode ser evidenciada na organização espacial do Assentamento, em que a agrovila (proposta organizativa do MST), efetivamente se consolidou apenas no núcleo IV. No núcleo II, ela existe tecnicamente, no entanto, na prática e na vivência e permanência dos assentados, ela não é real.

Esta negação de uma coletividade, a partir da propriedade, levou a inviabilizar ou ao menos dificultar a existência de espaços representativos da vontade coletiva. Neste sentido, os assentados optaram por organizar os lotes, a produção, comercialização, financiamento, entre outras necessidades, como insumos e incentivos, de forma individualizada. Como bem afirma Putnam (1997), a ausência das pessoas na formação e consolidação de espaços deliberativos e representativos da vontade coletiva não contribui para que haja representação nas instituições. E é justamente deste mal que vêm sofrendo as instituições que sobreviveram no Assentamento, ou seja, as Associações.

Primeiramente, vale lembrar que um dos fatores importantes para a sobrevivência destas associações foi a necessidade primeira de gestão de recursos para os assentados. Por isso, em um primeiro momento, surgiram como uma necessidade instrumental e não pelo reconhecimento da necessidade destas como representantes dos anseios e vontades da coletividade (LEWIN et al., 2005).

Segundo, os assentados mostraram com isso que a motivação principal de participação no processo de luta pela terra tinha mais afinidade com “relações a fins” do que “valores”. Isso pode ser evidenciado pela pouca participação destes nas associações, principalmente, quando se trata da busca de uma representação política pela via partidária e eleitoral, ou seja, eles querem que exista um representante para suprir as eventuais necessidades, no entanto, não vislumbram qualquer contribuição para que estas associações possam maximizar suas potencialidades (seja assumindo responsabilidades, frentes de trabalho, divisão de tarefas, entre outras formas de comprometimento).

Neves (2013) salienta justamente esta “impossibilidade” de criação de projetos duráveis. Nesta crítica, no caso do Zumbi dos Palmares, o que perdurou foi o individualismo em meio ao coletivo, a organização dos lotes individualmente em meio à agrovila, a comercialização individual perante a cooperativa. Neste último, apesar de existir tentativas de cooperativa nos núcleos V e IV, elas ainda não estão totalmente consolidadas e, além disso, não representam sequer uma vontade da maioria de cada um destes núcleos.

Neste conjunto, a cultura política dos assentados mostra-se superior em alguns aspectos e inferior em outros, quando comparado aos índices referentes a Campos dos Goytacazes. No primeiro, esta superioridade se evidenciou nas práticas referentes à participação e mobilização política (associativismo e mobilização sociopolítica). No segundo, os índices mostraram-se inferiores no que se refere aos fatores cognitivos.

Assim, quanto ao associativismo, os assentados demonstraram que possuem maior desenvoltura quando se trata de associativismo religioso. A segunda maior frequência foi o pertencimento dos assentados ao sindicato rural. O associativismo partidário, como bem salientou Azevedo e Fernandes (2014), é pouco frequente entre os assentados e, também, entre os moradores do meio urbano campista. Isto pelo fato de a manifestação desta forma de associativismo, geralmente³⁸, manifestar-se entre pessoas com maior grau de escolaridade e de classe social mais elevada. Neste sentido, os integrantes do Assentamento mostraram uma tendência esperada e manifesta na maior parte de Brasil.

A mobilização sociopolítica dos assentados é pouco maior do que a verificada em Campos, contudo, a diferença está no fato de que, nas modalidades em que é superada, esta diferença é muito pequena. Além disso, na maioria, os assentados mostram maior mobilização

³⁸ Segundo Azevedo e Fernandes, isto se dá no Brasil pelo fato de o país manifestar, de modo geral, a forma clássica de associativismo partidário. Isto, quando comparado com países desenvolvidos, onde se tem evidenciado o que Clark, Navarro e seus pares (2007) chamam de “nova cultura política”.

política. Com exceção de “participar em fóruns pela internet”, em todas as demais modalidades os assentados ultrapassaram a marca de 1,0 (de uma escala de 0 a 3). Em Campos, isto não ocorreu em 6 das 8 modalidades analisadas.

Quanto à “exposição à mídia”, a própria localização do assentamento contribui para que esta não ocorra de forma mais eficiente. Apesar de ser um assentamento com grande influência urbana (devido à proximidade), esta ainda não é o suficiente para estender parte da oferta dos serviços urbanos à sua população.

Neste sentido, o Zumbi dos Palmares apresentou como a cidade de Campos, que os principais responsáveis pela socialização destas pessoas à informação sobre política são a televisão e o rádio. Outras formas, como internet, são dificultadas pelo fato de não haver infraestrutura para oferta de tais serviços.

Quanto à socialização secundária, vale ressaltar que a organização familiar dos núcleos contribui para que seus índices de intensidade sejam menores do que os evidenciados em Campos. Além disso, os assentados apresentaram enfaticamente que, nos dois locais mais representativos da cultura associativa do Assentamento (Igrejas e sindicatos rurais), os mesmos não falam de política. Além disso, os núcleos familiares visitados são todos muito pequenos e, em boa parte deles, apenas os adultos trabalham. Os filhos não se encontravam, em sua maioria, presentes nos lotes como força de trabalho ativa. O que, neste quesito, é mais um indício complicador.

Já nas Associações, afirmam que em momentos de eleição estes espaços até apresentam algumas propostas de trabalho e/ou alianças com alguns políticos. Contudo, são sempre pontuais e nunca duradouras. Por isso, as associações também perderam muito crédito como ambiente de discussão política, uma vez que estas “conversas” e “reuniões” são, em sua maioria, em períodos eleitorais.

Outro aspecto, que diz respeito à busca pelo enquadramento nos moldes organizativos para distribuição de recursos deferida pelo INCRA, que acabou fortalecendo a organização para tomada de decisões de caráter individual. Neste caso, as Associações passaram a ser vistas como condição para gestão de recursos de seus associados, por exemplo, a concessão de material para a construção das primeiras casas, galpões e posteriormente reformas. Além disso, alguns empréstimos para benfeitorias nos lotes dos assentados.

Estes elementos materializam-se como resultantes de práticas sociais referentes à cultura associativa dos assentados, em que muitos dos trabalhadores concebem demandas de forma individualizada. Neste sentido, algumas possibilidades de construção de capital social

não são aproveitadas pelos assentados (PUTNAM, 1997). Vale lembrar a dificuldade de se pressionar as lideranças que, por conta da organização espacial (distância entre os assentados e seus respectivos lotes), tende a contribuir para que o “cálculo olsoniano” (OLSON, 2011) se realiza sem o risco de coerção.

Por último, vale ressaltar que para todas as famílias que lutaram e/ou ainda lutam pela terra, o Zumbi dos Palmares é o elemento econômico constituinte de toda transformação, quer dizer, estas pessoas por meio do acesso à terra deixaram uma condição de exclusão para serem assentados; neste sentido, esta nova condição social tem possibilitado, apesar de suas fragilidades, ganhos significativos que podem, com o devido tratamento, ser mesmo mesurados (LEITE et al., 2004).

Assim, enquanto para algumas realidades e regiões (Norte Fluminense) a relação com índices de desenvolvimento econômico pode ser tratada de forma mais direta (AZEVEDO; FERNANDES, 2014), para outras, existe certa especificidade, como é o caso do Assentamento. Para seus integrantes, uma mudança econômica que pode afetar sua cultura política é a própria condição de assentado.

A partir dela, eles passaram a possuir maiores quantidades de bens, de acesso a serviços e enfatizam uma melhoria da qualidade de vida, se comparada ao período anterior à chegada ao Assentamento (GOMES JUNIOR, 2013). Neste aspecto, enquanto autores estudiosos da cultura política estão considerando transformações econômicas globais e/ou regionais (CLARK; NAVARRO, 2007), para o estudo de realidades como a do meio rural, vale ressaltar que as mudanças econômicas ainda são elementares. No entanto, são mudanças carregadas de significância não apenas para estas pessoas como para toda uma região (LEITE et al., 2004), uma vez que puderam contribuir para o acesso de pessoas antes marginalizadas ao nível mínimo de cidadania através de moradia e posse de um bem durável como o lote de terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Edusp, 2007.

ABU-EL-HAJ, J. “O debate em torno do capital social: uma revisão crítica”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, 1. sem. 1999.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. “Luta Por Terra e Reforma Agrária no Rio de Janeiro”. *Revista Eletrônica da Associação de Geógrafos do Brasil*. Niterói, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. “O Norte Fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro”. In: PEDLOWSKI, Marco A. et al. *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

ALEXANDER, Jeffrey C. “Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais”. *RBCS*, v. 13, n. 37, 1998.

ALMOND, G.; VERBA, S. “La cultura política”. In: BATLE, Albert. *Diez textos básicos de Ciencia Política*. Barcelona: Ariel, 1992 [1963].

ALMOND, Gabriel. *Una disciplina segmentada*. Escuelas y corrientes en las ciencias políticas. México D.F.: FCE, 1999.

ANDERSON, Benedict. “Introducción”. In: *Comunidades imaginadas*. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 1993.

AZEVEDO, S.; FERNANDES, J. S. “Pólos regionais do Norte Fluminense e a Região Metropolitana: cultura política em perspectiva comparada”. *Cadernos Metrópole* (PUCSP), v. 16, p. 195-217, 2014.

AZEVEDO, Sergio de et al. “Metrópoles, cultura política e cidadania no Brasil”. *Cadernos Metrópole* (PUCSP), v. 11, p. 347-366, (2009 a).

AZEVEDO, Sérgio de et al. (Org.). *Cultura Política, Cidadania e Voto: desafios para a governança metropolitana*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio Augusto Pereira. “Movimientos sociales, accion colectiva y planificacion participativa em el Brasil”. *Revista EURE*, v. 21, n. 64, p. 103-120, Santiago de Chile, diciembre 1995.

_____. “Mudanças e permanências da cultura política nas metrópoles brasileiras”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 691-733, (2009 b).

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BELO, D. C.; PEDLOWSKI, M. A. “Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra”. *Revista NERA* (UNESP), v. 17, p. 71-85, 2014.

BELO, Diego Carvalhar. *O processo de formação dos acampamentos e seus impactos no desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária na região Norte Fluminense*. 2012 (Mestrado – Pós-Graduação Políticas Sociais, Campos dos Goytacazes, 2012).

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, A. Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOSI, Alfredo et al. “O MST e a questão agrária – entrevista com João Pedro Stédile”. *Revista Estudos Avançados*, v. 11, n. 31, p. 69-97, 1997.

BOURDIEU, Pierre. “Le capital social”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31: 2-3, 1980.

_____. *Las formas de capital*. Lima: Piedra Azul, 1999.

BRUNO, R. A. L. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura* (UFRJ), v. 4, p. 5-31, 1995.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Revista Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CAMINI, Isabela. *O cotidiano pedagógico de professores e professoras em uma escola de assentamento do MST: limites e desafios*. (Dissertação de Mestrado – Pós-graduação em Educação – Porto Alegre, 1998).

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARVALHO, M. L. N. “Previdência rural: um desafio para a seguridade social”. In: *V Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2011, São Luís – Maranhão. Anais da V Jornada, 2011.

CHILCOTE, R. *Teorias de política comparativa: a busca de um paradigma reconsiderado*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CLARK, T. N.; NAVARRO, Clemente J. *La Nueva Cultura Política*. Miño y Dávila, 2007.

CLARK, T. N.; INGLEHART, Ronald. “La Nueva Cultura Política: cambios en el apoyo al Estado Del Bienestar y otras políticas em lãs sociedades post-industriales”. In: CLARK, T. N.; NAVARRO, Clemente J. *La Nueva Cultura Política*. Miño y Dávila, 2007.

COMPARATO, Bruno Konder. “A ação política do MST”. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 105-118, 2001.

CORDEIRO, M. S. S.; PEDLOWSKI, M. A. “Redes de sociabilidade e estratégias de luta pela reforma agrária. Um estudo de caso no Assentamento Zumbi dos Palmares”. In: *Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*, São Paulo: 2009.

Coleman, J. 1988. “Social capital in the creation of human capital”. *American Journal of Sociology*, 94: 95-120.

CUNHA, L. A. G. “Confiança, capital social e desenvolvimento territorial”. *RA EGA (UFPR)*, Ponta Grossa, v. 4, p. 49-60, 2000.

ENGELKE, Dom Inocêncio. Primeira proposta de reforma agrária da Igreja Católica no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *Programa de reforma agrária: 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ERNANDEZ, Marcelo. “Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro”. In: SIGAUD, Lygia et al. *Ocupações e Acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

EVANS, P. “O Estado como problema e solução”. *Lua Nova: revista de cultura e política*, Rio de Janeiro, n. 28/29, p. 107-156, 1993.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. *Matrizes do pensamento culturalista: Tocqueville; Almond-Verba*. São Paulo: Lua Nova, n. 74, 2008.

FAO/INCRA. *Proposta de Plano de Desenvolvimento do Assentamento Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: 1999, 159p.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

FERES JUNIOR, João; EISENBERG, José. *Dormindo com o inimigo: uma crítica ao conceito de confiança*. Dados (Rio de Janeiro), v. 49, p. 457-481, 2006.

FERNANDES, B. M. “A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Brasil”. *Revista NERA (UNESP)*, NERA/UNESP, v. 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Espacialização e Territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Geografia, São Paulo, 1994).

FERREIRA FILHO, José Marcelo marques. “Conflitos trabalhistas nas “terras do açúcar”: Zona da Mata Pernambucana (Anos de 1960)”. *Revista Crítica Histórica*, ano 3, n. 5, jul./2012.

FIALHO, Fabrício Mendes. “As Múltiplas Definições do Conceito de Capital Social”. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 65, p. 71-87, 2008.

FOX, J. *How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural*. World development, Mexico, v. 24, n. 6, p. 1089-1103, 1996.

GOHN, Maria da Glória. *A formação do cidadão no MST: cultura política e “frames” organizativos*. Anais do XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, 1999.

GOMES JUNIOR, E. S. *A importância das atividades culturais na formação da identidade coletiva em assentamentos de reforma agrária*. (Monografia – Graduação em Ciências Sociais, Campos dos Goytacazes, 2013).

GOMES, Mauro. “Revolução Verde”. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 407-408, 2005.

GONÇALVES, C. U. *Capelinha: marco e marcas da luta pela terra no Rio de Janeiro*. Vértices (Campos dos Goytacazes), Campos dos Goytacazes, v. 6, n. 2, p. 83-102, 2004.

GRYNSZPAN, M. “Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULO, Maria Ignez. (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições dilemas e conquistas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. v. 1. São Paulo: UNESP, 2009.

GUIMARÃES, R. E. R. “O Trabalhador Rural e a Previdência Social: evolução histórica e aspectos controvertidos”. *Revista da AGU*, v. IX, p. 1-16, 2009.

GUISOLPHI, Anderson José. “As marchas da família com Deus pela liberdade: ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964”. *Revista Cadernos do CEOM*, ano 22, n. 31, p. 453-458, 2010.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos – o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

INGLEHART, Ronald. “Cultura política y democracia estable”. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. 42, abril-junio, p. 45-65, 1988.

_____. “Trust, Weel-Being and Democracy”. In: WARREN, M. (Org.). *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

JUNIOR, Antonio Oswaldo Storel; RIBEIRO, Helton Lucinda. “Reforma Agrária e Mudança de Paradigma na Agricultura”. *Revista Adusp*, n. 41, p. 6-11, 2007.

LEITE, Sérgio et al. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Ed.Unesp, 2004.

LIN, Nan; VAUGHN, John C.; ENSEL, Walter M. “Social resources and occupational status attainment”. *Social Forces*, 59, 4: 1163-81, 1981.

LEWIN, Mônica et al. *Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2013.

- MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2002.
- MCADAM, Doug et al. *Para mapear o conflito político*. São Paulo: Lua Nova, 76: 11-48, 2009.
- MELUCCI, Alberto. *Um objetivo para os movimentos sociais?* Lua nova, n. 17, 1989.
- MOREIRA, Roberto José. “Críticas ambientalistas à revolução verde”. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, n. 15, 2000.
- MOTTA, Márcia. “Ligas Camponesas”. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 280-283, 2005.
- MST. *Lutas e conquistas – reforma agrária: por justiça social e soberania popular*. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010.
- NAVARRO, J. Clemente. “La Nueva Cultura Política como agenda de investigación”. In: CLARK, T. N.; NAVARRO, Clemente J. *La Nueva Cultura Política*. Miño y Dávila, 2007.
- NETO, Antonio Julio de Menezes. *A ética da teologia da libertação e o espírito do socialismo no MST*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
- NETO, Romeu Silva. “Indústria e desenvolvimento na região Norte Fluminense: desenvolvimento econômico e o problema da extrema heterogeneidade econômico-espacial no estado do Rio de Janeiro”. In: CARVALHO, Ailton Mota; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira (Org.). *Formação histórica e econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- NEVES, D. P. *Associativismo e personalismo dos mediadores formais: dilemas da organização política de assentados rurais pela intervenção estatal*. Retratos de Assentamentos, v. 16, p. 15-42, 2013.
- NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- NEVES, Delma Pessanha. “Agricultura Familiar: quantos ancoradouros!” In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (Org.). *Geografia Agrária, Teoria e Poder*. São Paulo: Expressão Popular, p. 271-287, 2007.
- NEVES, Delma Pessanha. *Os fornecedores de cana e o estado intervencionista*. Niterói: EDUFF, 1997.
- NOZOE, N. H. “Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia”. *Revista ANPEC*, Brasília, v. 7, p. 587-605, 2006.

OLIVEIRA, Fátima. “Ser negro no Brasil: alcances e limites”. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, 2004.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 2011.

PEDLOWSKI, Marco A. “Os limites da reforma agrária desassistida na região norte do Estado do Rio de Janeiro: entre o descaso do Estado e a resistência dos assentados”. In: PEDLOWSKI, Marco A et al. *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

PEDROZA, Manoela. “Sanear, Despejar e Resistir: revisitando o debate sobre a luta pela terra nos sertões cariocas e na baixada fluminense nas décadas de 1940 e 1960”. *Ruris*, v. 4, n. 2, set./2010.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PRATES, Antônio Augusto P. (1997), “Resenha – Making democracy work. Civic traditions in modern Italy”. *Teoria & Sociedade*, 1: 193-201.

PRIORI, Angelo et al. *História do Paraná (Séculos XIX e XX)*. Maringá: Eduem, 2012.

PUTNAM Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2007.

RENNÓ, L. “Teoria da cultura política: vícios e virtudes”. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-92, 1. sem.1998.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. *MST – Formação política e reforma agrária nos anos de 1980*. (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, 2013).

SIGAUD, Lygia et al. *Ocupações e Acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SIGAUD, Lygia. “Ocupações de Terra, Estado e movimentos sociais no Brasil”. *Cadernos de antropologia social*, n. 20, p. 11-23, 2004.

SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SIMMEL, G. “A Metrópole e a Vida Mental”. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SOARES, Kíssila Neves. *Identificando os impactos das ações coletivas e da distribuição espacial na consolidação dos assentamentos de reforma agrária no Norte Fluminense*. (Mestrado – Pós-Graduação Políticas Sociais, Campos dos Goytacazes, 2013).

SOARES, Kíssila Neves. “Trajetória de vida e a inserção no processo de reforma agrária no Norte Fluminense”. In: PEDLOWSKI, Marco A et al. *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

SOUZA, João Bosco Medeiros de. *Direito Agrário – Lições Básicas*. São Paulo: Saraiva, 1985.

SOUZA, P. M. et al. “Estrutura fundiária das regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro: 1972 a 1998”. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 45, p. 71-91, 2007.

STÉDILE, João Pedro. *Questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

TAGLIETTI, Dablio Batista. “A natureza social e econômica da lei de terras de 1850”. *Revista de Ciências Humanas*, v. 6, p. 189-205, 2006.

TAYLOR, Edward. B. *La ciencia de la cultura*. En: Kahn. J. D. Comp., Espana, Anagrama edition, 1975.

TEDESCO, João Carlos.” O “Conflito de Nonoai”: um marco na história das lutas pela terra no Rio Grande do Sul – 1978-1982”. *Revista Saeculum – revista de História* [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012.

TERRA, Maria Alice da Costa et al. “As características e repercussões socioambientais do uso de agrotóxicos em um assentamento de reforma agrária no Norte Fluminense”. In: PEDLOWSKI, Marco A et al. *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996.

WEBER, Max. “A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além Elba”. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.) *A Questão Agrária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

WEBER, Max. *História agrária romana*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

WELCH, Cliff. “Plantation”. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 353-355, 2005.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: _____ (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

YAMAUTI, Nilson Nobuaki. “A questão da reforma agrária no governo João Goulart”. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 27, n.1, p. 69-86, 2005.

ZINGA, Miguel Raul Mazissa et al. “Condicionantes da evasão e permanência em assentamentos de reforma agrária: o caso do Zumbi dos Palmares”. In: PEDLOWSKI, Marco A et al. *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

ZINGA, Miguel Raul Mazissa. *Um Estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ, 2004* (Mestrado – Políticas Sociais, Campos dos Goytacazes, 2004).

Anexos I

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH
LABORATÓRIO DE GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS - LGPP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA - PPGSP

Identificação	
1. Data da Entrevista	<input type="text"/>
2. Nome	<input type="text"/>
3. Assentamento	<input type="text"/>
4. Número Total de Lotes do Assentamento	<input type="text"/>
5. Número do Lote	<input type="text"/>
6. Sexo	<input type="checkbox"/> 1. Masculino <input type="checkbox"/> 2. Feminino
7. Qual a idade do senhor (a)?	<input type="text"/>
8. Condição do Respondente na Unidade Domiciliar ..	<input type="checkbox"/> 1. Resposável Pelo domicílio <input type="checkbox"/> 2. Cônjuge <input type="checkbox"/> 3. Filho <input type="checkbox"/> 4. Pai/Mãe <input type="checkbox"/> 5. Pensionista <input type="checkbox"/> 6. Outro _____
9. Qual Sua Cor?	<input type="checkbox"/> 1. Branca <input type="checkbox"/> 2. Preta <input type="checkbox"/> 3. Amarela <input type="checkbox"/> 4. Parda <input type="checkbox"/> 5. Indígena <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu
10. Qual seu Estado Civil?	<input type="checkbox"/> 1. Casado ou União estável <input type="checkbox"/> 2. Solteiro <input type="checkbox"/> 3. Vive Separado do Cônjuge <input type="checkbox"/> 4. Divorciado <input type="checkbox"/> 5. Viúvo
11. Até que Série o Senhor (a) estudou?	<input type="checkbox"/> 1. Nenhuma <input type="checkbox"/> 2. 3ª Série do Fundamental ou Menos <input type="checkbox"/> 3. Completou a 4ª Série do Fundamental <input type="checkbox"/> 4. Ensino Fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> 5. Ensino Fundamental Completo <input type="checkbox"/> 6. Ensino Médio Incompleto <input type="checkbox"/> 7. Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> 8. Suoerior Incompleto <input type="checkbox"/> 9. Superior Completo <input type="checkbox"/> 10. Especialização <input type="checkbox"/> 11. Mestrado <input type="checkbox"/> 12. Doutorado <input type="checkbox"/> 13. Alfabetização de Adultos <input type="checkbox"/> 99. Não sabe?Não Respondeu
12. O Senhor (a) está Trabalhando atualmente?	<input type="checkbox"/> 1. Sim. (se sim, vá para a questão 13) <input type="checkbox"/> 2. Não. (se não vá para a questão 14)

<p>13. Nesse Emprego o Senhor (a) é (ler o ítem)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Empresário ou Empregador <input type="checkbox"/> 2. Profissional Liberal (não empregador) <input type="checkbox"/> 3. Autônomo (conta própria) <input type="checkbox"/> 4. Funcionário Público <input type="checkbox"/> 5. Empregado em Tempo Integral <input type="checkbox"/> 6. Empregado em tempo Parcial (40 horas semanais ou mais) <input type="checkbox"/> 7. Empregado em Tempo Menor que o Parcial (15 a 40 horas semanais) <input type="checkbox"/> 8. Auxiliar ou Aprendiz (menos de 15 horas semanais) <input type="checkbox"/> 99. Não Respondeu</p>
<p>14. Nesse Caso o Senhor (a) é (ler o ítem)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Desempregado a menos de 12 meses e tentou encontrar emprego neste período <input type="checkbox"/> 2. Desempregado a mais de 12 meses e está procurando emprego <input type="checkbox"/> 3. Estudante que não trabalha <input type="checkbox"/> 4. Dona de casa que Não trabalha fora <input type="checkbox"/> 5. Aposentado que não trabalha fora <input type="checkbox"/> 6. Inválido sempensão</p>
<p>15. Quando o senhor (a) passou a participar das atividades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST?</p>	<p><input type="text"/></p>
<p>16. Atualmente, como o senhor (a) considera o seu envolvimento com o MST?. (ler o ítem)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Nunca pertenceu <input type="checkbox"/> 2. Já pertenceu <input type="checkbox"/> 3. Pertence mas não participa ativamente <input type="checkbox"/> 4. Participa ativamente <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p> <p><i>Em caso do entrevistado afirmar nunca ter participado marcar a primeira opção.</i></p>
<p>17. Você concorda com as informações da mídia (televisão aberta, rádios e revistas) em relação ao MST? (ler o ítem)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Discorda totalmente <input type="checkbox"/> 2. Discorda quase tudo <input type="checkbox"/> 3. Concorda em parte <input type="checkbox"/> 4. Concorda totalmente <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>
<p>18. Como você vê o MST na Região? (ler o ítem)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Em processo de fortalecimento <input type="checkbox"/> 2. Em processo de crescimento <input type="checkbox"/> 3. Em processo de diminuição <input type="checkbox"/> 4. Estagnado <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>
<p>19. Como você vê o MST no Brasil?</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Em processo de Fortalecimento <input type="checkbox"/> 2. Em processo de crescimento <input type="checkbox"/> 3. Em processo de diminuição <input type="checkbox"/> 4. Estagnado <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>
<p>20. A respeito da ampliação da agenda de atuação do MST, além da terra, que reivindicação você mais valoriza? (ler o ítem)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Agricultura familiar <input type="checkbox"/> 2. Agroecologia <input type="checkbox"/> 3. Educação do Campo <input type="checkbox"/> 4. Crédito Rural <input type="checkbox"/> 5. Assistência técnica <input type="checkbox"/> 6. Outra (especificar) _____ <input type="checkbox"/> 99. Não Respondeu</p>

<p>21. Qual a segunda reivindicação mais importante na agenda de reivindicações do MST em sua opinião? (ler o ítem)</p>	<input type="checkbox"/> 1. Agricultura familiar <input type="checkbox"/> 2. Agroecologia <input type="checkbox"/> 3. Educação do Campo <input type="checkbox"/> 4. Crédito Rural <input type="checkbox"/> 5. Assistência técnica <input type="checkbox"/> 6. Outra (especificar) _____ <input type="checkbox"/> 99. Não Respondeu
<p>22. O senhor (a), após a conquista do seu lote, participou de mais alguma ocupação com o MST? (ler o ítem)</p>	<input type="checkbox"/> 1. Nunca <input type="checkbox"/> 2. Raramente <input type="checkbox"/> 3. Algumas vezes <input type="checkbox"/> 4. Frequentemente <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu
<p>23. Qual o ator ou instituição mais próximo do MST em sua opinião? (ler o ítem)</p>	<input type="checkbox"/> 1. CPT (Comissão Pastoral da Terra) <input type="checkbox"/> 2. Partidos Políticos <input type="checkbox"/> 3. Igrejas <input type="checkbox"/> 4. Associações <input type="checkbox"/> 5. Prefeitura <input type="checkbox"/> 6. INCRA <input type="checkbox"/> 7. Mídias <input type="checkbox"/> 8. Universidades <input type="checkbox"/> 9. Outros movimentos sociais <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu
<p>24. De acordo com o que o senhor (a) respondeu na questão anterior (23), qual o grau de aproximação que o senhor(a) atribui a Instituição/Movimento _____ com o Assentamento Zumbi dos Palmares? (ler o ítem) .</p>	<input type="checkbox"/> 1. Distante <input type="checkbox"/> 2. Poco distante <input type="checkbox"/> 3. Próximo <input type="checkbox"/> 4. Muito próximo <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu
<p>25. Qual o ator ou instituição que mais se opõe ao MST em sua opinião? (ler o ítem)</p>	<input type="checkbox"/> 1. CPT <input type="checkbox"/> 2. Partidos Políticos <input type="checkbox"/> 3. Igrejas <input type="checkbox"/> 4. Associações <input type="checkbox"/> 5. Prefeitura <input type="checkbox"/> 6. INCRA <input type="checkbox"/> 7. Mídias <input type="checkbox"/> 8. Universidades <input type="checkbox"/> 9. Outros movimentos sociais <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu

Política e Cidadania

<p>Por vezes as pessoas participam em grupos ou associações. O senhor participa ativamente, pertence mas não participa ativamente, já pertenceu ou que nunca pertenceu a [LEIAO ITEM]</p>	<p>Nunca pertenceu [0]</p>	<p>Já pertenceu [1]</p>	<p>Pertence mas não participa ativamente [2]</p>	<p>Participa ativamente [3]</p>	<p>Não respondeu [99]</p>
<p>26. Partido político</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>27. Sindicato, grêmio ou associação profissional ...</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>28. Igreja ou outra organização religiosa</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>29. Grupo desportivo, cultural ou recreativo</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>30. Grupo ou associação voltado para a defesa do meio-ambiente</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>31. Outra associação voluntária</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Nunca Participaria [0]	Nunca mas poderia.... [1]	Em anos anteriores [2]	No último ano..... [3]	Não respondeu [99]
Vou ler algumas formas de ação política e social e, por favor, indique, para cada uma delas, se você participou dessa ação no último ano, em anos anteriores, nunca participou ou se nunca participaria. O senhor [LEIAO ITEM]	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32. O senhor (a) já assinou uma petição ou um abaixo-assinado?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33. O senhor (a) já boicotou ou deixou de comprar algum produto por razões políticas, éticas ou ambientais, mesmo pagando mais caro por isso?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34. O senhor (a) já participou de alguma manifestação social?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35. O senhor (a) já participou de algum ato público ou ação em defesa do meio-ambiente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36. O senhor (a) já participou de um comício ou reunião política?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37. O senhor (a) já contactou ou tentou contactar um político ou funcionário do governo para expressar seu ponto de vista?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38. O senhor (a) já deu dinheiro ou tentou recolher fundos para uma causa pública?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39. O senhor (a) já contactou ou apareceu na mídia para expressar as suas opiniões?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40. O senhor (a) já participou de um fórum ou grupo de discussão na Internet?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41. O senhor (a) já realizou algum tipo de ação em defesa do meio ambiente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42. Quando tem uma opinião firme sobre qualquer assunto, com que frequência o sr (a) tenta convencer os seus amigos, colegas de trabalho, familiares, a adotar essa opinião?	<input type="checkbox"/> 1. Frequentemente		<input type="checkbox"/> 2. Algumas vezes		
	<input type="checkbox"/> 3. Raramente		<input type="checkbox"/> 4. Nunca		
	<input type="checkbox"/> 99. Não respondeu				
43. Com que frequência o senhor (a) LÊ ASSUNTOS DE POLÍTICA NOS JORNAIS? (ler o ítem)	<input type="checkbox"/> 1. Nunca		<input type="checkbox"/> 2. Esporadicamente		
	<input type="checkbox"/> 3. 1-2 Dias/Semana		<input type="checkbox"/> 4. 3-4 Dias/Semana		
	<input type="checkbox"/> 5. Todos os dias		<input type="checkbox"/> 99. Não respondeu		
44. Com que frequência o senhor (a) VÊ OS NOTICIÁRIOS DA TELEVISÃO? (ler o ítem) ...	<input type="checkbox"/> 1. Nunca		<input type="checkbox"/> 2. Esporadicamente		
	<input type="checkbox"/> 3. 1-2 Dias/Semana		<input type="checkbox"/> 4. 3-4 Dias/Semana		
	<input type="checkbox"/> 5. Todos os dias		<input type="checkbox"/> 99. Não respondeu		
45. Com que frequência o senhor (a) OUVES OS NOTICIÁRIOS DO RÁDIO? (ler o ítem)	<input type="checkbox"/> 1. Nunca		<input type="checkbox"/> 2. Esporadicamente		
	<input type="checkbox"/> 3. 1-2 Dias/Semana		<input type="checkbox"/> 4. 3-4 Dias/Semana		
	<input type="checkbox"/> 5. Todos os dias		<input type="checkbox"/> 99. Não respondeu		
46. O senhor (a) usa a Internet?	<input type="checkbox"/> 1. Sim (se sim, vá para a questão 47)				
	<input type="checkbox"/> 2. Não (se não, vá para a questão 48)				
47. Com que frequência o senhor (a) UTILIZA A INTERNET PARA SABER NOTÍCIAS E INFORMAÇÃO? (ler o ítem)	<input type="checkbox"/> 1. Nunca		<input type="checkbox"/> 2. Esporadicamente		
	<input type="checkbox"/> 3. 1-2 Dias/Semana		<input type="checkbox"/> 4. 3-4 Dias/Semana		
	<input type="checkbox"/> 5. Todos os dias		<input type="checkbox"/> 99. Não respondeu		
48. Nas eleições qual é a primeira fonte de informação mais importante para formar sua opinião? (ler o ítem)	<input type="checkbox"/> 1. Amigos e familiares				
	<input type="checkbox"/> 2. Chefe ou patrão				
	<input type="checkbox"/> 3. Igrejas ou outros cultos religiosos				
	<input type="checkbox"/> 4. Sindicatos ou associações				
	<input type="checkbox"/> 5. Jornais e revistas				
	<input type="checkbox"/> 6. Televisão				
	<input type="checkbox"/> 7. Rádio				
	<input type="checkbox"/> 99. Não respondeu				

<p>49. E qual é a segunda fonte mais importante? (ler o ítem)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Amigos e familiares <input type="checkbox"/> 2. Chefe ou patrão <input type="checkbox"/> 3. Igrejas ou outros cultos religiosos <input type="checkbox"/> 4. Sindicatos ou associações <input type="checkbox"/> 5. Jornais e revistas <input type="checkbox"/> 6. Televisão <input type="checkbox"/> 7. Rádio <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>																																				
<p>Com que frequência ouve falar de assuntos políticos [LEIA O ITEM]</p> <p>50. No local de trabalho</p> <p>51. Em encontros com os amigos</p> <p>52. Na sua casa ou de seus familiares</p> <p>53. Em reuniões associativas</p> <p>54. Em conversas com vizinhos</p>	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Nunca [0]</th> <th>Raram ente [1]</th> <th>Algumas vezes [2]</th> <th>Frequen- temente [3]</th> <th>Não se aplica [88]</th> <th>Não respo- ndeu [99]</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </tbody> </table>	Nunca [0]	Raram ente [1]	Algumas vezes [2]	Frequen- temente [3]	Não se aplica [88]	Não respo- ndeu [99]	<input type="checkbox"/>																													
Nunca [0]	Raram ente [1]	Algumas vezes [2]	Frequen- temente [3]	Não se aplica [88]	Não respo- ndeu [99]																																
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																
<p>55. O Senhor (a) já conseguiu ou conheceu alguém que conseguiu tirar documento no qual foi necessário a ajuda de (leia as alternativas)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Associação (Bairro, classe, sindicato, MST) <input type="checkbox"/> 2. Vereador <input type="checkbox"/> 3. Prefeitura <input type="checkbox"/> 4. Igrejas <input type="checkbox"/> 5. Não conseguiu/Não conhece <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>																																				
<p>56. O senhor (a) já conseguiu ou conhece alguém que conseguiu algum auxílio do governo, tipo bolsa família, vale gás, bolsa escola no qual foi necessário a ajuda de (leia as alternativas)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Associação (Bairro, classe, sindicato, MST) <input type="checkbox"/> 2. Vereador <input type="checkbox"/> 3. Prefeitura <input type="checkbox"/> 4. Igrejas <input type="checkbox"/> 5. Não conseguiu/Não conhece <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>																																				
<p>57. O Senhor (a) já conseguiu ou conheceu alguém que conseguiu emprego no qual foi necessária a ajuda de (leia as alternativas)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Associação (Bairro, classe, sindicato, MST) <input type="checkbox"/> 2. Vereador <input type="checkbox"/> 3. Prefeitura <input type="checkbox"/> 4. Igrejas <input type="checkbox"/> 5. Não conseguiu/Não conhece <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>																																				
<p>58. O Senhor (a) já conseguiu ou conhece alguém que conseguiu se aposentar ou receber auxílio saúde no qual foi necessário a ajuda de (leia as alternativas)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Associação (Bairro, classe, sindicato, MST) <input type="checkbox"/> 2. Vereador <input type="checkbox"/> 3. Prefeitura <input type="checkbox"/> 4. Igrejas <input type="checkbox"/> 5. Não conseguiu/Não conhece <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>																																				
<p>59. O Senhor (a) já conseguiu ou conhece alguém que conseguiu material de construção no qual foi necessária a ajuda de (leia as alternativas)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Associação (Bairro, classe, sindicato, MST) <input type="checkbox"/> 2. Vereador <input type="checkbox"/> 3. Prefeitura <input type="checkbox"/> 4. Igrejas <input type="checkbox"/> 5. Não conseguiu/Não conhece <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>																																				

<p>60. O Senhor (a) já conseguiu ou conhece alguém que conseguiu remédio, atendimento médico, ou exames no qual foi necessário a ajuda de (leia as alternativas)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Associação (Bairro, classe, sindicato, MST) <input type="checkbox"/> 2. Vereador <input type="checkbox"/> 3. Prefeitura <input type="checkbox"/> 4. Igrejas <input type="checkbox"/> 5. Não conseguiu/Não conhece <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>
<p>61. Os casos citados anteriormente em que a associação, a prefeitura ou alguma igreja ajudou, foi ainda necessária a ajuda de algum vereador? (leia as alternativas)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Em todas as vezes <input type="checkbox"/> 2. Na maioria das vezes <input type="checkbox"/> 3. Em algumas vezes <input type="checkbox"/> 4. Nenhuma vez <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>
<p>Você concorda ou discorda que [LEIA A FRASE]</p>	<p>Discorda Discorda Concorda Concorda Não Totalmente quase tudo em parte.... totalmente respondeu [0] [1] [2] [3] [99]</p>
<p>62. A principal função do vereador é conseguir com o prefeito o acesso de seus eleitores a serviços e políticas públicas</p>	<p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>
<p>63. Com o voto, a população passa todas as decisões políticas para o candidato eleito</p>	<p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>
<p>64. Uma das principais funções do vereador é prestar assistência social, educacional, médica, dentre outras, à população carente</p>	<p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>
<p>65. Acâmara de vereadores deveria ouvir a sociedade na época das votações importantes</p>	<p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>
<p>66. As obras e serviços prioritários em uma região devem ser definidas pela população e acatadas pela câmara de vereadores</p>	<p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>
<p>67. Os vereadores e o Prefeito devem comprometer a não modificar as políticas setoriais definidas pelos Conselhos Municipais de Educação, de Saúde, do Meio Ambiente, dentre outros</p>	<p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>
<p>Ao decidir seu voto para vereador, qual a importância que o(a) senhor(a) atribui às características abaixo indicadas?</p>	<p>Nada Pouco Importante Muito Não importante Importante [2] importante respondeu [0] [1] [2] [3] [99]</p>
<p>68. Propor ações para a cidade como um todo</p>	<p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>
<p>69. Crer em Deus</p>	<p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>
<p>70. Conseguir melhorias para o bairro/comunidade ..</p>	<p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>
<p>71. Fiscalizar o prefeito</p>	<p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>
<p>72. Professar valores religiosos</p>	<p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>
<p>73. Resolver problemas das pessoas, como, por exemplo, arranjar emprego, vaga em hospital, bolsa de estudo, etc.</p>	<p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>
<p>74. Não ser corrupto</p>	<p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>
<p>75. A questão da corrupção na política tem sido um tema recorrente nos últimos anos no Brasil. Ao escolher o seu candidato, quais das informações abaixo mais se aproxima da sua opinião? (ler o ítem)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Em nenhum caso voto em candidato com fama de corrupto. Na falta de opção, prefiro até anular o voto <input type="checkbox"/> 2. A honestidade é um dos elementos a levar em conta, mas não adianta votar em um candidato honesto que não é capaz de fazer nada <input type="checkbox"/> 3. Na realidade a maioria absoluta dos políticos são corruptos, nesse sentido, escolho aquele qu tem mais possibilidade de realizar uma gestão que melhore a vida da minha família, do meu bairro e da minha cidade</p>

<p>76. Na última eleição para vereador, o seu candidato era (ler o ítem)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Católico <input type="checkbox"/> 2. Evangélico <input type="checkbox"/> 3. Espírita <input type="checkbox"/> 4. Outra religião <input type="checkbox"/> 5. Não sabe a religião do candidato <input type="checkbox"/> 6. Não tinha religião <input type="checkbox"/> 7. Não lembra em quem votou para vereador</p>
<p>77. Qual é a sua religião? (ler o ítem)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Católico => Vá para a questão 78 <input type="checkbox"/> 2. Evangélico não petencostal=> Vá para a questão 79 <input type="checkbox"/> 3. Evangélico petencostal => Vá para a questão 80 <input type="checkbox"/> 4. Espírita => Vá para a questão 81 <input type="checkbox"/> 5. Não tem religião => Vá para a questão 82 <input type="checkbox"/> 6. Outra (especifique)_____ (ir para questão 83) <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>
<p>78. Nesse caso, você se considera católico(Pergunta obrigatória para quem respondeu CATÓLICO (opção 1) no quesito 76):</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Praticante da renovação carismática <input type="checkbox"/> 2. Praticante não carismático <input type="checkbox"/> 3. Não praticante <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>
<p>79. Qual Igreja frequenta (pergunta para quem respondeu EVANGÉLICOS NÃO PETENCOSTAIS [opção 2] no quesito 76)? (nos casos em que o entrevistado responder mais de uma, marque a primeira resposta)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Batista <input type="checkbox"/> 2. Adventista <input type="checkbox"/> 3. Outra (especificar)_____</p>
<p>80. Qual Igreja você frequenta (pergunta para quem respondeu EVANGÉLICOS PETENCOSTAIS no quesito 76)? (se o entrevistado já respondeu uma das igrejas abaixo, marque a opção sem perguntar e vá para a questão 82. No caso do entrevistado responder mais de uma, m.....)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Assembléia de Deus <input type="checkbox"/> 2. Universal do Reino de Deus <input type="checkbox"/> 3. Deus é Amor <input type="checkbox"/> 4. Congregacional Cristã do Brasil <input type="checkbox"/> 5. Outra (especificar)_____</p>
<p>81. Dentre as orientações espíritas que eu lerei, o centro espírita que o senhor (a) frequenta é mais identificado com (pergunta para quem respondeu ESPÍRITA no quesito 76. Se o entrevistado já respondeu uma das igrejas abaixo, marque a opção sem perguntar e ..)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Espiritismo Kardecista <input type="checkbox"/> 2. Umbanda <input type="checkbox"/> 3. Candomblé <input type="checkbox"/> 4. Outra (especifique)_____</p>
<p>82. Nesse caso você (pergunta obrigatória para quem respondeu NÃO TEM RELIGIÃO no quesito 76. Nos casos do entrevistado responder mais de uma, marque a primeira resposta):</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Não tem religião mas acredita em Deus <input type="checkbox"/> 2. Não acredita em Deus (ateu) <input type="checkbox"/> 3. Tem dúvidas sobre a existência de Deus e não sabe se acredita ou não (agnóstico) <input type="checkbox"/> 4. Outra resposta (especifique)_____</p>
<p>83. Com que frequência o senhor (a) pratica atividade religiosa? (leia as opções).</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Uma vez por semana ou mais <input type="checkbox"/> 2. Duas ou três vezes por mês <input type="checkbox"/> 3. Uma vez por mês <input type="checkbox"/> 4. Algumas vezes por ano <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>
<p>84. O senhor (a) concorda ou discorda com a LEGALIZAÇÃO DA UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO? (ler o ítem)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Discorda totalmente <input type="checkbox"/> 2. Discorda parcialmente <input type="checkbox"/> 3. Concorda parcialmente <input type="checkbox"/> 4. Concorda totalmente <input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>

<p>85. O que o senhor (a) acha das pessoas que defendem a LEGALIZAÇÃO DA UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO? (leia alternativas)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Podem ser a favor dessa ideia desde que não tentem convencer os demais</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Devem simplesmente seguir o que pensa a maioria</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Podem tentar convencer as pessoas dessa ideia</p>
<p>86. O senhor concorda (a) ou discorda com a LEGALIZAÇÃO DA PENA DE MORTE? (leia alternativas)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Discorda totalmente</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Discorda parcialmente</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Concorda parcialmente</p> <p><input type="checkbox"/> 4. Concorda totalmente</p> <p><input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>
<p>87. O que o senhor (a) acha das pessoas que defendem a LEGALIZAÇÃO DA PENA DE MORTE? (leia alternativas)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Podem ser a favor dessa ideia desde que não tentem convencer os demais</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Devem simplesmente seguir o que pensa a maioria</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Podem tentar convencer as pessoas dessa ideia</p>
<p>88. O senhor (a) concorda ou discorda com a LEGALIZAÇÃO DA MACONHA? (leia alternativas)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Discorda totalmente</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Discorda parcialmente</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Concorda parcialmente</p> <p><input type="checkbox"/> 4. Concorda totalmente</p> <p><input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>
<p>89. O que o Senhor (a) acha das pessoas que defendem a LEGALIZAÇÃO DA MACONHA?</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Podem ser a favor dessa ideia desde que não tentem convencer os demais</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Devem simplesmente seguir o que pensa a maioria</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Podem tentar convencer as pessoas dessa ideia</p> <p><input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>
<p>90. O senhor (a) concorda ou discorda com a LEGALIZAÇÃO DO ABORTO?</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Discorda totalmente</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Discorda de quase tudo</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Concorda em parte</p> <p><input type="checkbox"/> 4. Concorda totalmente</p> <p><input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>
<p>91. O que o Senhor (a) acha das pessoas que defendem a LEGALIZAÇÃO DO ABORTO?</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Podem ser a favor dessa ideia desde que não tentem convencer os demais</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Devem simplesmente seguir o que pensa a maioria</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Podem tentar convencer as pessoas dessa ideia</p>
<p>92. O senhor concorda ou discorda com as COTAS PARA AFRO-DESCENDENTES E POBRES NA UNIVERSIDADE? (leia AS ALTERNATIVAS) ...</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Discorda totalmente</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Discorda parcialmente</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Concorda parcialmente</p> <p><input type="checkbox"/> 4. Concorda totalmente</p> <p><input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>
<p>93. O senhor concorda ou discorda com a frase: O BRASIL NECESSITA DE UM LÍDER FORTE E COM AUTORIDADE (SEM EXPLICAR, LEIA AS ALTERNATIVAS)</p>	<p><input type="checkbox"/> 1. Discorda totalmente</p> <p><input type="checkbox"/> 2. Discorda parcialmente</p> <p><input type="checkbox"/> 3. Concorda parcialmente</p> <p><input type="checkbox"/> 4. Concorda totalmente</p> <p><input type="checkbox"/> 99. Não respondeu</p>

Anexos II

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO-UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
LABORATÓRIO DE GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS – LGPP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA – PPGSP

Data: __/__/__.

Idade: _____.

Nome: _____.

Local da entrevista: _____.

- 1- Em que cidade você nasceu?
- 2- Que atividades você desenvolvia e/ou desenvolve antes de militar no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra?
- 3- Como tomou conhecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra?
- 4- Quando e como passou a fazer parte da liderança do MST na região?
- 5- O que significa pra você integrar a liderança de um movimento como o MST?
- 6- Quais as atividades e responsabilidades desempenhadas por você?
- 7- Qual a sua opinião a respeito das informações veiculadas pela mídia a respeito do MST?
- 8- Qual a agenda atual reivindicada pelo MST?
- 9- Que reivindicações, em sua opinião, o movimento tem como prioritário?
- 10- Quais atores, instituições e/ou movimentos você considera estar mais próximo do MST? Por quê?
- 11- Quais atores, instituições e/ou movimentos você considera estar mais distante ou completamente afastado? Por quê?
- 12- O que, em sua opinião, torna a militância mais difícil?
- 13- Como você avalia, atualmente, a relação do MST com os assentamentos constituídos?
- 14- Em sua opinião qual o papel do Estado no processo de reforma agrária?
- 15- Em sua opinião, o MST está em processo de fortalecimento e/ou crescimento na região ou de estagnação e/ou declínio? Por quê?
- 16- Quais são suas perspectivas futuras a respeito de sua atuação no MST?

Anexos III

A IMPORTÂNCIA DE ATIVIDADES CULTURAIS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA³⁹.

A- Data da entrevista: ___/___/___

B- Nome do entrevistado: _____

C- Local da entrevista: núcleo _____, lote _____

D- Data de chegada no assentamento: ___/___/___

- 1- Em que local residia antes de morar no assentamento?
- 2- Em que tipo de atividade você trabalhava antes de vir para o assentamento?
- 3- Como tomou conhecimento sobre a organização que deu origem ao acampamento?
- 4- Que tipo de tarefas você realizou após ingressar no acampamento?
- 5- Quais as principais dificuldades você enfrentou após o recebimento do lote?
- 6- O que é para você ser “assentado”?
- 7- A sua forma de ver a vida mudou após entrar no assentamento? Se sim, como?
- 8- Qual é a coisa que te deixa mais feliz em viver no assentamento? E a que te deixa menos feliz?
- 9- Você recebeu algum tipo de apoio para se estabelecer no seu lote? Se sim, de que tipo e de quem?
- 10- O que mais mudou em sua vida após o recebimento do lote?

³⁹ Roteiro de entrevista cuja pesquisa foi realizada no âmbito do laboratório de Estudos do Espaço Antrópico – LEEA, setor de estudos Sobre a Sociedade e Ambiente, Centro de Ciências do Homem – CCH-UENF.

- 11- Existe alguma festividade que ocorre dentro do assentamento? Se sim, que tipo e em que época do ano?
- 12- Você está envolvido com algum tipo de atividade cultural (música, literatura, teatro, etc.)? Quais?
- 13- Você compartilha a sua atividade cultural com os assentados? Se sim, como? Se não, por quê?
- 14- Qual a importância desta atividade cultural para você como indivíduo? E para a coletividade do assentamento, qual seria a importância?
- 15- A sua atividade cultural tem algum impacto na forma em que você cultiva o seu lote? Como?
- 16- Mais alguém de sua família que vive no assentamento também desenvolve algum tipo de atividade cultural? Se sim, quem e que tipo de atividade?
- 17- Você tem mostrado a sua “arte” fora do assentamento? Onde?

Anexos IV



Imagem 1 – Antigas instalações da usina São João.



Imagem 2 – As novas instalações da usina São João, concluída poucos anos antes de sua falência em 1997. Este prédio está localizado no início do núcleo I do assentamento Zumbi dos Palmares.



Imagem 3 – Plantação de aipim, uma das culturas mais desenvolvidas no Zumbi dos Palmares (núcleo I).



Imagem 4 – Terra tombada a espera de chuva para novo plantio. Ao fundo é possível ver o perímetro urbano de Campos dos Goytacazes, evidenciando a proximidade de parte do assentamento com a cidade (núcleo I).



Imagem 5 – Terra assolada por uma das maiores secas dos últimos anos. O assentado deste lote (469) afirmou que neste ano (2014) já havia tentado iniciar o plantio seis vezes. Contudo, o que conseguiu foi solo ressecado e plantas ressequidas e/ou mortas.



Imagem 6 – Sistema de filtro com caixas de areia com objetivo de eliminar parte da “ferrugem” e impurezas da água consumida no assentamento (núcleo I, lote 381).



Imagem 7- Fábrica de farinha, lote 294 (núcleo II).



Imagem 8 – Criação de aves (núcleo II, lote 305). Neste lote também foi encontrado a criação de suínos, bovinos e o fabrico de queijo.



Imagem 9 – Uma das lagoas existentes no assentamento. Neste mesmo ano (2014), houve uma grande mortandade de peixes nesta área. Além disto, aves como patos selvagens praticamente desapareceram da localidade (núcleo II).



Imagem 10 – A presença da cana, segundo muitos assentados representa uma “segurança” tanto financeira como previdenciária, uma vez que os recibos de fornecimento são comumente exigidos como comprovação de permanência e trabalho na terra.



Imagem 11 – O único lote, que não sendo limítrofe a nenhuma lagoa, que identifiquei poço com nível satisfatório de água. Ao redor, o assentado cuidou com o plantio de árvores e vegetação nativa. (Núcleo III, lote 247).



Imagem 12 – Nesta foto é possível visualizar, ao redor da residência, um pouco do que foi abordado a respeito das “distâncias” entre os assentados (núcleo III, lote 225).



Imagem 13 – Este é um dos vários poços perfurados sob o financiamento do Ministério de Desenvolvimento Agrário que, além de nunca terem distribuído a água, estão praticamente condenados por ter alcançado lençóis, em sua maioria, com grande nível de salinidade (núcleo IV, lote 115).



Imagem 14 – Fábrica de melaço (núcleo IV, lote 179).



Imagem 15 – Lote de um assentado agroecologista. Percebe-se que as culturas são plantadas em proximidade e, muitas delas, “misturadas” (núcleo IV, lote 198).



Imagem 16 – Atividade com gado leiteiro desenvolvida com sistema de irrigação e rodízio de pasto (núcleo IV, lote 209).



Imagem 17 – Antigas residências dos funcionários da usina São João localizadas em Campelo (núcleo IV).



Imagem 18 – Casa do antigo administrador (Campelo, núcleo IV).



Imagem 19 – Abacaxi, uma das culturas mais cultivadas no Zumbi dos Palmares (núcleo V, lote 5).



Imagem 20 – A resistência da militância do MST no Zumbi dos Palmares.